

O País e a Região de Lisboa e Vale do Tejo

10 anos de Finanças Municipais

Análise evolutiva 2010 a 2019



REPÚBLICA
PORTUGUESA

COESÃO TERRITORIAL

FICHA TÉCNICA

Propriedade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: http://www.ccdr-lvt.pt
Título	O País e a Região de Lisboa e Vale do Tejo 10 anos de Finanças Municipais Análise evolutiva 2010 a 2019
Coordenação	Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Margarida Cucharra (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
Revisão	Alexandra Carapeto (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
Elaboração técnica	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
Tratamento de dados Prestação de Contas	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
Data	Dezembro 2021
ISBN	978-972-8872-82-3

ÍNDICE GERAL

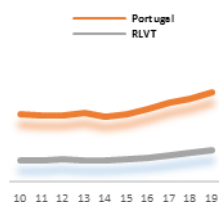
SUMÁRIO EXECUTIVO	1	3.1 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL	27
APRESENTAÇÃO.....	4	3.2 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL.....	28
CAPÍTULO I. DESEMPENHO ORÇAMENTAL – O PAÍS E A RLVT.....	6	3.3 – INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA	29
1 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2010 A 2019	7	3.4 – POUPANÇA CORRENTE.....	30
1.1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL.....	7	CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL – O PAÍS E A RLVT	31
1.1.1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA	8	4 – ANÁLISE EVOLUTIVA DO BALANÇO – 2010 A 2019	31
1.1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO	12	4.1 – ATIVO	32
1.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL.....	13	4.2 – PASSIVO.....	37
1.2.1 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA.....	13	4.3 – FUNDOS PRÓPRIOS	41
1.2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	16	5 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA ESTRUTURA ECONÓMICA – 2010 A 2019	45
2 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2010 A 2019	17	5.1 – CUSTOS	45
2.1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL	17	5.2 – PROVEITOS	50
2.1.1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA.....	18	5.3 – RESULTADOS	55
2.1.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS.....	21	CAPÍTULO III. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL	23	CONCEITOS	60
2.2.1 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA.....	23	PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS	65
2.2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS.....	25	ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS	66
3 – INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA – 2010 A 2019	27		

SUMÁRIO EXECUTIVO

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2010 FACE A 2019

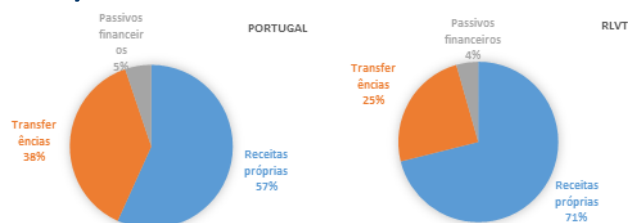
Os municípios portugueses aumentaram +32,3% as receitas cobradas ¹ e +10,6% as despesas pagas, sendo que, neste universo, os municípios da RLVT aumentaram em +49,4% as suas receitas e +19,4% as suas despesas.

RECEITA MUNICIPAL



No País a receita cresceu +2.595,45 milhões de euros (M€) face a 2010, registando em 2019 o valor de 10.626,57 M€. Na RLVT a receita municipal cresceu +1.259,89 M€ face a 2010, totalizando 3.811,01 M€. Este crescimento deveu-se ao aumento da receita fiscal e do saldo da gerência anterior. As cinco maiores fontes de receita municipal decorreram dos impostos diretos, das transferências correntes, das transferências de capital, da venda de bens e serviços e do saldo da gerência anterior, tanto no País quanto na Região. A média anual do peso das receitas correntes foi de 74,6% para o País e de 79,5% para a RLVT.

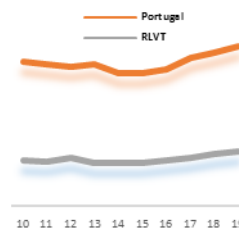
COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL



Na composição da receita municipal, no período dos 10 anos em análise, realça-se o facto de o peso das receitas próprias ser significativamente maior na RLVT, +71% do total de receitas municipais, sendo esse peso de 57% no País. Já o conjunto das transferências recebidas, essencialmente do Orçamento de Estado e Fundos Comunitários, regista um maior peso no caso do universo global dos municípios portugueses (38% versus 25%). O peso das receitas arrecadadas através do recurso ao crédito foi de cerca de 5% e de 4%, para o País e para a Região, respetivamente.

¹ Considerada a receita cobrada líquida, sem reembolsos e restituições.

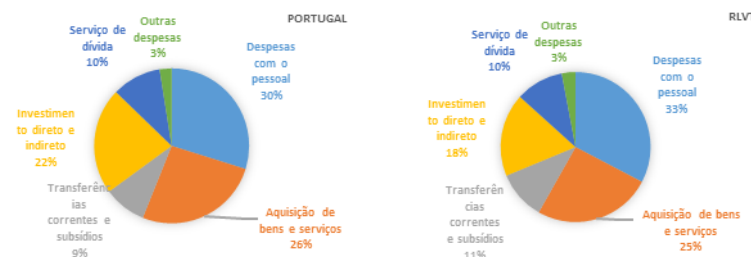
DESPESA MUNICIPAL



A despesa aumentou +832,44 M€ para o total de 8.704,20 M€, no País, enquanto na Região o aumento foi de +486,26 M€ atingindo um total de despesas, em 2019, de 2.990,25 M€. Na RLVT a despesa subiu nos gastos com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes e subsídios, crescendo também o investimento direto e indireto. No caso nacional o investimento direto e indireto desceu, entre 2010 e 2019. Realce também para a descida

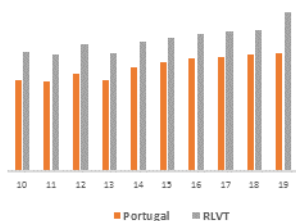
da despesa com o serviço de dívida, nos dois universos em análise. A média anual do peso das despesas correntes foi de 67,9% para o País e de 71,8% para a RLVT.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL



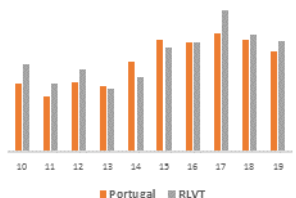
A forma como foram aplicadas as fontes de financiamento municipais, tendo por base todo o horizonte temporal, revela-se genericamente idêntica entre os dois universos. As despesas com o pessoal absorvem à volta de 30% dos gastos no País e 33% na RLVT - e a aquisição de bens e serviços representa cerca de 25% do total de despesas municipais (no País e na RLVT). Já o peso do investimento direto e indireto é superior no País (22%) face à Região (18%). Ao nível das transferências correntes e subsídios atribuídos a outras entidades, a “balança” pende ligeiramente mais para a RLVT (peso de 11% versus peso de 9% no País). Os gastos com o serviço de dívida representaram, no caso português e em particular na RLVT, 10% do total de despesas municipais.

INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA



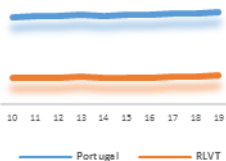
A linha evolutiva evidenciada pelos municípios da RLVT, quase que paralela à do País, revelou sempre melhores rácios de independência financeira, sempre acima dos 50% ao longo do período em apreço, variando entre os 63,1% (2011) e os 86,0%, melhor rácio registado no ano de 2019. No caso do conjunto dos municípios portugueses, com exceção de 2012, o rácio de independência financeira só se revelou positivo (maior que 50%) a partir de 2014, variando entre os 48,1% ocorridos em 2011 e os 64,1% registados em 2019.

EXCEDENTE POUPANÇA CORRENTE



O excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potencializador de uma maior capacidade em investir, tanto no conjunto dos municípios portugueses, quanto em particular no grupo de municípios da RLVT, revelou-se tendencialmente crescente, com descidas em 2011, 2013, 2018 e 2019. O excedente de poupança corrente foi superior no País entre 2013 e 2016. Já na Região a capacidade de gerar poupança corrente foi superior entre 2010 e 2012 (apesar das descidas e subidas anuais alternadas) e entre 2017 e 2019, apesar da descida de 27,7% para 21,7%. Em 2016 o excedente de poupança corrente foi semelhante nos dois universos em estudo (21,4%). O melhor rácio no País e na Região aconteceu em 2017, tendo-se alcançado excedentes de 23,3% e de 27,7%, respetivamente.

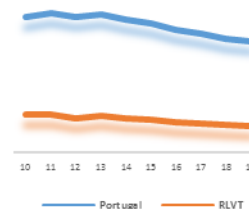
ATIVO



No País o ativo líquido aumentou +5,7% entre 2010 e 2019, atingindo os 42.147,03 M€. Na Região o aumento foi de +6,2% atingindo os 12.963,26 M€, em 2019. O ativo imobilizado representou 93,5% e 90,4% do ativo bruto (média anual no País e na RLVT, respetivamente), sendo a maior componente o imobilizado corpóreo. Ao longo do período tem-se registado uma tendência de queda do peso do ativo imobilizado, em detrimento da subida progressiva

dos depósitos em instituições financeiras e caixa ². No País este agregado subiu de um peso de 1,2% para 3,9% e na RLVT de um peso de 1,6% para 6,6%. Por outro lado, desde 2013 evidencia-se uma tendência de redução do peso das contas a receber, estas últimas correspondentes a um menor volume de dívidas aos municípios.

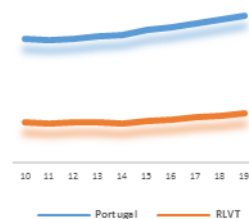
PASSIVO



O passivo evidenciou em termos nacionais e regionais uma tendência de redução no período em análise. No País regista-se um decréscimo de -17,5%, correspondendo a um total de 11.999,75 M€, e na RLVT desceu -28,5% atingindo os 2.899,67 M€ em 2019. No País o peso dos proveitos diferidos (peso médio de 47,6%) ultrapassou o da dívida exigível (peso médio de 42,7%), fruto da descida progressiva do peso deste agregado em -41,1%, entre 2010 e 2019. Na RLVT, o peso da dívida exigível a terceiros, evidenciou uma descida significativa (-35,1%), deixando de ser a maior

componente do passivo em 2019, a favor dos proveitos diferidos, registando um peso médio anual de 49,9%. Na RLVT, em média, 31,9% dos montantes registados como passivos resultaram de proveitos diferidos, refletindo o crescente grau de financiamento dos investimentos com recurso a transferências de capital.

FUNDOS PRÓPRIOS

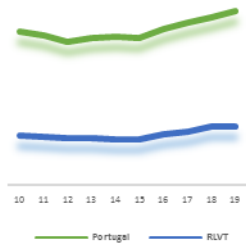


Os fundos próprios, constituídos em grande parte pelo património municipal, aumentaram +19,1% e +23,4%, 2019 face a 2010, atingindo os 30.147,27 M€ e os 10.063,59 M€, respetivamente no País e na Região. O aumento do património foi no País de +9,2%, justificado pela sua valorização por parte de alguns municípios e pelo facto de muitos continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património, mas manteve-se praticamente constante na RLVT. O peso deste, no conjunto dos fundos próprios, tem vindo a cair ao longo

dos últimos 10 anos, de 84,8% para 77,7% no conjunto dos municípios portugueses e de um peso de 84,3% para 69,1% na Região. Contudo, surge reforçado o peso das reservas (de 7,8% para 11,6% no País e de 7,2% para 14,0% na RLVT) e dos resultados transitados, de 5,9% para 7,3% no País e de 5,9% para 13,1% na RLVT.

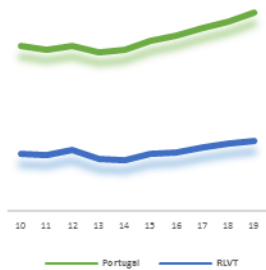
² Componentes do ativo circulante.

CUSTOS



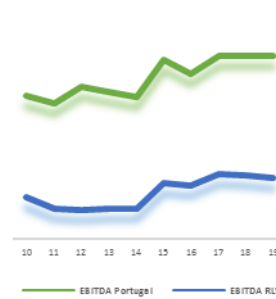
Em 2019 assinalou-se uma subida global dos custos em +13,6% no País e em +19,3% na RLVT, face a 2010, sendo que o seu crescimento foi contínuo a partir de 2015. No conjunto dos municípios portugueses os custos ascenderam, em 2019, aos 8.101,10 M€, dos quais 2.751,70 M€ respeitam aos municípios pertencentes à área territorial da RLVT. A tendência de subida dos custos globais resultou sobretudo do acréscimo em +17,4% e em +19,4% dos custos operacionais, no País e na Região. Na RLVT observou-se também a subida dos custos e perdas extraordinários (+36,6%). Relativamente à estrutura dos custos, evidencia-se uma tendência de subida no peso dos custos operacionais, de 89,7% para 92,7%, entre 2010 e 2019, no País, e na RLVT de 90,7% (2010) e 90,8% (2019). Os custos com o pessoal representam a maior fatia dos custos totais (peso médio anual de 32,0% no País e de 34,9% na Região), seguidos dos fornecimentos e serviços externos, peso médio anual de 26,4% no País e de 27,5% na Região.

PROVEITOS



O panorama foi favorável ao nível nacional e regional (+20,2% no País e +22,5% na RLVT), mantendo-se a tendência de crescimento dos proveitos desde 2013 no País e desde 2014 na Região. Em 2019, os proveitos nacionais ascenderam aos 8.712,25 M€ dos quais 3.106,60 M€ correspondem aos municípios da RLVT. Este aumento foi suportado pelo crescimento verificado nos proveitos operacionais, financeiros e extraordinários. Verifica-se que o peso das transferências e subsídios no total dos proveitos tem vindo a cair no País e na Região ao longo dos últimos 10 anos (de 41,9% para 35,3% e de 27,1% para 21,8%, respetivamente), reforçando-se o peso dos impostos e taxas, de 36,0% para 40,5% em termos nacionais, e de 50,1% para 51,7% na RLVT. Destaque também para o crescimento decorrente das vendas e prestações de serviços que à escala nacional evoluiu de um peso de 9,3% para 10,6%, sendo que ao nível da Região cresceu de um peso de 8,3% para 11,3%.

RESULTADOS



Durante os 10 anos de exercícios financeiros, entre 2010 e 2019, o Resultado Líquido do Exercício (RLE) do conjunto dos municípios foi sempre positivo, tal como o EBITDA. O RLE apresentou a sua menor expressão em 2013, ano em que o País registou um resultado de 71,44 M€, sendo na RLVT de 70,20 M€. O melhor RLE atingido pelos municípios portugueses aconteceu em 2015 com 621,25 M€, sendo de 387,85 M€ na RLVT. Os resultados operacionais, embora com comportamento irregular, sendo mesmo negativos em alguns anos, registaram uma subida em +97,9% em termos nacionais e em +50,7% na Região, entre 2010 e 2019. Em termos de EBITDA, verifica-se, igualmente, uma tendência favorável, entre 2010 e 2019, evoluindo em Portugal de 1.216,15 M€ para 1.549,47 M€ e, na Região, de 353,76 M€ para 512,58 M€.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta um conjunto de dados síntese relativos à gestão orçamental e patrimonial do universo dos 308 municípios portugueses e em particular dos 52 municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) ³, para um período de 10 anos, compreendido entre os exercícios de 2010 ⁴ e de 2019, pretendendo-se fazer uma análise comparativa entre o contexto a nível nacional e o posicionamento dos municípios da RLVT.

De acordo com o princípio da autonomia financeira, as autarquias têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, que têm o poder de arrecadar e dispor de receitas que por lei lhes são destinadas, e de acordo com as decisões tomadas têm expressão nas contas dos municípios e impacto nas economias dos seus territórios.

Não se pretendendo fazer uma análise exaustiva das alterações legislativas ocorridas no período em causa nem avaliar o seu impacto, no presente relatório, julga-se importante, para eventuais interpretações dos resultados apurados, referir sumariamente o enquadramento das finanças locais e regras, que influenciam as execuções orçamentais e financeiras dos municípios retratadas.

Importa referir que a legislação aplicável às finanças locais no período em análise, 2010 a 2019, contempla duas leis de finanças locais, a Lei n.º 92/2007, de 15 de janeiro, que vigorou até 2013, e a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor em 2014 ⁵, alterando o quadro legislativo e definindo o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Estas duas leis articuladas com as leis do Orçamento do Estado e a Lei de Enquadramento Orçamental, estabeleceram as regras de elaboração e execução dos orçamentos municipais, regras de equilíbrio orçamental, tetos de despesa e de enquadramento da dívida e seus limites. Note-se que muitas das vezes as regras definidas pelas leis de finanças locais vigentes, foram alteradas pelas leis anuais do orçamento do Estado, que suspenderam temporariamente ou alteraram as regras, o que dificulta o enquadramento que está subjacente às tomadas de decisão, com reflexos na execução orçamental e financeira municipal.

As finanças locais, durante este período, foram ainda influenciadas por diversas particularidades, como a crise económica e financeira que assolou o país, o que levou à definição de políticas restritivas com impacto nos municípios a partir do ano de 2010. Mas foi a partir do ano de 2012 que as regras para combater o endividamento e a sobreorçamentação, conheceram um novo impulso, com a publicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) ⁶, que veio clarificar a necessidade de cabimentar a despesa orçamentada determinando o cabimento na receita disponível nos três meses seguintes, bem como as imposições das leis orçamentais, para reforço da redução dos pagamentos em atraso, da redução da dívida e de restrição de previsão das receitas respeitantes à venda de bens imóveis, ao vedar aos municípios, em sede de elaboração dos documentos previsionais, a possibilidade de orçamentar este tipo de receitas em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedessem o mês da sua elaboração ⁷.

O ano de 2014 marca, de alguma forma, uma nova etapa para as finanças municipais com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, a qual define, em síntese, novas regras orçamentais, uma nova forma de cálculo das transferências do orçamento do Estado e um novo enquadramento para o cálculo e apuramento da dívida municipal bem como dos mecanismos de recuperação financeira.

A partir de 2015 e até ao ano de 2019, último ano considerado nesta análise, com a melhoria da conjuntura, com reflexos nos mercados imobiliários, a subida das avaliações fiscais dos prédios urbanos com impacto na cobrança da receita de impostos municipais, assiste-se também a um aumento de normas que vieram introduzir alterações às regras vigentes, como as diversas exceções à regra da dívida total ou nos efeitos legais da sua violação bem como ao definido pela LCPA, materializadas por diplomas legais que alteraram a letra das leis vigentes ou através das leis anuais do orçamento do Estado ⁸.

³ DESAGREGAÇÃO TERRITORIAL SUBJACENTE À ÁREA DE ATUAÇÃO DA CCDR. O DECRETO-LEI N.º 228/2012, DE 25 DE OUTUBRO, APROVOU A ORGÂNICA DAS COMISSÕES DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E FOI ALTERADO PELOS DECRETOS-LEI N.º 68/2014, DE 8 DE MAIO, E N.º 24/2015, DE 6 DE FEVEREIRO.

⁴ ANO A PARTIR DO QUAL SE DISPÕE DE DADOS DAS CONTAS DOS MUNICÍPIOS MAIS SISTEMATIZADOS E CONSISTENTES DADA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMÁTICO ÚNICO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO – SIAL (SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS).

⁵ LEI N.º 73/2013, DE 13 DE SETEMBRO ALTERADA EM 2018 PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.

⁶ LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.

⁷ NORMA QUE TEM SIDO REPETIDA NAS LEIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO DESDE 2013.

⁸ A TÍTULO DE EXEMPLO VEJA-SE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 52.º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS, MATERIALIZADA PELA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2016 E QUE EM 2018 FICOU DENSIFICADO NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.

Em 2016, foi introduzida uma importante alteração ao regime financeiro das autarquias locais, em matéria de impostos municipais, consagrando novamente o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) como receita municipal ⁹.

Em 2019 ¹⁰ manteve-se a norma, à semelhança de anos anteriores, que vedou aos municípios, em sede de elaboração dos documentos previsionais, a possibilidade de orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedessem o mês da sua elaboração, com exceção das situações em que fosse demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de imóveis, podendo nesta situação o montante orçamentado ser superior àquela média.

Outra nota de destaque assenta na nova transferência de capital recebida pelos municípios em 2019, ao abrigo do art.º 35º n.º 3 da Lei n.º 73/2013 ¹¹, no âmbito da participação de cada município nos impostos do Estado, representando quase 2% do total de transferências.

É com base neste enquadramento legal que são apresentados os dados deste relatório, que se encontra estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo contém a análise evolutiva do desempenho orçamental dos municípios, no universo do País e da RLVT, entre 2010 e 2019. Analisam-se as receitas e as despesas, em termos globais e dos principais agregados que as constituem, concluindo-se com a apresentação de alguns rácios de gestão orçamental.

O segundo capítulo incide sobre a situação financeira e patrimonial municipal, através da análise à informação dos balanços e demonstrações de resultados, procurando-se obter, através destes elementos, uma noção da situação económica dos dois universos autárquicos em estudo.

O terceiro capítulo dedica-se a um conjunto de considerações, notas finais conclusivas do estudo.

Os dados utilizados decorrem da informação contida nos documentos de prestação de contas dos municípios para os anos em análise, complementada com informação disponível no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) e

publicada no portal autárquico da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). Todos os dados foram submetidos às validações inerentes à plataforma de informação do SIIAL que permite a recolha da informação e a processos de validação da informação constante nos documentos de prestação de contas dos municípios através da análise e cruzamento de dados. O método de análise dos dados constantes no presente relatório baseia-se na análise descritiva dos *outputs* com os resultados obtidos.

Para complementar a análise, são apresentados um conjunto de conceitos relevantes para a melhor compreensão dos dados.

⁹ ESTA RECEITA FICOU CONSAGRADA NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013.

¹⁰ RESPECTIVAS LEIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO.

¹¹ SEGUNDO A LOE PARA 2019, NO SEU Nº7 DO ART 82, “EM 2019, A PARTICIPAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO RESULTANTE DO DISPOSTO NOS N.OS 1 E 2 E NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, GARANTE UM MONTANTE PELO MENOS IGUAL AO DO ANO ANTERIOR, CONSTANTE DA COLUNA 8 DO MAPA XIX ANEXO”.

CAPÍTULO I. DESEMPENHO ORÇAMENTAL – O PAÍS E A RLVT

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro ¹² ¹³ tem sido o principal instrumento de enquadramento da contabilidade autárquica.

Com a aprovação e implementação deste sistema de gestão inovador, a contabilidade autárquica ganhou um novo impulso, passando de uma contabilidade de caixa, baseada na elaboração e execução de orçamentos, para um novo paradigma no qual esta informação foi complementada com a situação financeira e patrimonial dos municípios.

O Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, aprovou um novo classificador económico para as receitas e despesas públicas, tendo sido objeto de várias adaptações ¹⁴.

Os municípios estão obrigados a “prestar contas” anualmente, com o dever de fornecer informação oportuna e fiável, de forma a permitir executar o controlo financeiro, verificar a legalidade e analisar a eficácia, a eficiência e a economia das decisões.

Por outro lado, a informação financeira dos municípios tem igualmente o dever de transparência, acessibilidade aos cidadãos ¹⁵ e a entidades institucionais ¹⁶.

No presente capítulo procede-se à análise evolutiva da execução orçamental no País e na RLVT, compreendendo o período de 2010 até 2019, 10 anos de finanças municipais.

As receitas são agrupadas, pela sua natureza económica, em receitas correntes e receitas de capital; com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, passou ainda a haver um terceiro grupo, intitulado “outras receitas”.

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica, em despesas correntes e despesas de capital.

Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de agrupamentos económicos com a denominação apresentada nas tabelas seguintes:

Tabela 1 – Classificação económica de receitas

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01 - Impostos diretos	09 - Venda de bens de investimento	15 - Reposições não abatidas nos pagamentos
02 - Impostos indiretos	10 - Transferências de capital	16 - Saldo da gerência anterior
04 - Taxas, multas e outras penalidades	11 - Ativos financeiros	17 - Operações extraorçamentais
05 - Rendimentos de propriedade	12 - Passivos financeiros	
06 - Transferências correntes	13 - Outras receitas de capital	
07 - Venda de bens e serviços correntes		
08 - Outras receitas correntes		

Tabela 2 – Classificação económica das despesas

Despesa Corrente	Despesas de Capital	Outras Despesas
01- Despesas com o pessoal	07- Aquisição de bens de capital	12- Operações extraorçamentais
02- Aquisição de bens e serviços	08- Transferências de capital	
03- Juros e outros encargos	09- Ativos financeiros	
04- Transferências correntes	10- Passivos financeiros	
05- Subsídios	11- Outras despesas de capital	
06- Outras despesas correntes		

¹² O DECRETO-LEI N.º 54-A/99, DE 22 DE SETEMBRO, FOI ALTERADO PELA LEI N.º 60-A/2005, DE 30 DE DEZEMBRO, PELOS DECRETOS-LEIS N.º 315/2000, DE 2 DE DEZEMBRO E N.º 84-A/2002, DE 5 DE ABRIL E PELA LEI N.º 162/99, DE 14 DE SETEMBRO.

¹³ ENQUADRANDO-SE ESTE ESTUDO NO HORIZONTE TEMPORAL 2010 A 2019 O REGIME DE CONTABILIDADE AUTÁRQUICA EM VIGOR ASSENTA NO POCAL. NO CUMPRIMENTO DESTA DIPLOMA, OS MUNICÍPIOS ELABORAVAM E APROVAVAM ANUALMENTE OS SEUS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA O ANO EM QUESTÃO. NO ANO 2020 DEU ENTRADA EM VIGOR O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS PARA AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, O QUAL FOI APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 192/2015, DE 11 DE SETEMBRO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 85/2016, DE 21 DE DEZEMBRO E PELO DECRETO-LEI N.º 33/2018, DE 15 DE MAIO. O SNC-AP REVOGOU, ENTRE OUTROS

DIPLOMAS, O PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS (COM EXCEÇÃO DOS PONTOS 2.9, 3.3 E 8.3.1. RELATIVOS, RESPECTIVAMENTE, AO CONTROLO INTERNO, ÀS REGRAS PREVISIONAIS E ÀS MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO).

¹⁴ ATRAVÉS DO ACOMPANHAMENTO POR PARTE DO SUBGRUPO DE APOIO TÉCNICO À APLICAÇÃO DO POCAL – SATAPOCAL.

¹⁵ RAZÃO PELA QUAL AS CONTAS DEVEM SER PUBLICITADAS NO SÍTILO ELETRÓNICO DOS MUNICÍPIOS.

¹⁶ PARA O EFEITO, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVEM SER ENVIADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS, AO INE, À DGAL E ÀS CCDR.

1 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2010 A 2019

O tratamento de dados das prestações de contas incidiu, entre 2010 e 2019, sobre a receita cobrada líquida ¹⁷. Os dados utilizados decorrem da informação contida nos documentos de prestação de contas dos municípios para os anos em análise, complementada com informação disponível no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIAL) e publicada no portal autárquico da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). Os dados relativos a Portugal foram recolhidos no Portal Autárquico da DGAL, Finanças Locais ¹⁸.

1.1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL

Entre 2010 e 2019 a média do valor anual de receitas municipais foi de 8.665,65 milhões de euros (M€) para o País (308 municípios) e de 2.860,98 milhões de euros no conjunto dos 52 municípios da RLVT.

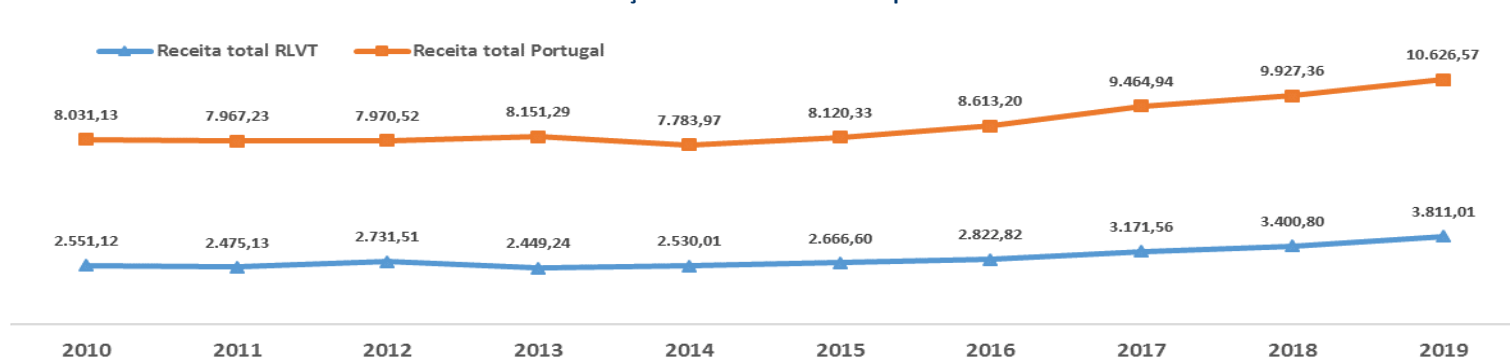
O maior valor anual de receitas municipais registou-se em 2019, respetivamente 10.626,57 M€ no País e 3.811,01 M€ na RLVT.

Comparando o valor das receitas municipais nos anos limiares, constata-se que no ano de 2019 se evidenciou uma cobrança de receitas municipais superior em +2.595,45 M€

(+32,3%) e em +1.259,89 M€ (+49,4%), respetivamente no País e na Região, face ao ano de 2010.

A tendência genérica de crescimento foi sempre contínua, à exceção de 2011, ano em que as receitas municipais caíram ligeiramente no País e na Região, em 2013, ano em que desceram na RLVT, e em 2014, ano de descida no conjunto dos municípios portugueses.

Gráfico 1 – Evolução da receita total municipal – 2010 a 2019



Unidade: M€

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

¹⁷ SEM REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES.

¹⁸ [HTTP://WWW.PORTAUTARQUICO.DGAL.GOV.PT/PT-PT/FINANCAS-LOCAIS/PUBLICACOES-E-ESTUDOS/](http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-pt/financas-locais/publicacoes-e-estudos/)
[HTTP://WWW.PORTAUTARQUICO.DGAL.GOV.PT/PT-PT/FINANCAS-LOCAIS/DADOS-FINANCEIROS/CONTAS-DE-GERENCIA](http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-pt/financas-locais/dados-financeiros/contas-de-gerencia)

1.1.1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA

O crescimento das receitas municipais (como referido +2.595,45 M€ no País, dos quais +1.259,89 M€ na RLVT) resultou em grande parte das dinâmicas apresentadas pelo conjunto das receitas correntes e pelo grupo das outras receitas.

Neste último agregado, o saldo da gerência anterior evidenciou um significativo aumento ¹⁹, sempre contínuo (+1.413,42 M€ no País, sendo de +473,07 M€ na RLVT), justificando cerca de 54% e 38%, respetivamente, da variação total do valor das receitas arrecadadas em 2019 face a 2010.

Esta situação evidenciou um reforço no agregado composto por outras receitas, sendo que estas ultrapassaram as receitas de capital entre 2016 e 2018 na RLVT, e a partir de 2017 no País. Em 2019, na RLVT, contrariando a tendência nacional, as receitas de capital voltaram a ultrapassar as outras receitas em +16,68 M€.

Em Portugal, o aumento global das receitas correntes em +30,6%, decorreu do aumento contínuo, a partir de 2012, dos impostos diretos e das transferências correntes recebidas e, a partir de 2011, da evolução sempre positiva da venda de bens e serviços correntes.

Na RLVT, as receitas correntes cresceram +29,6%, devido ao aumento dos impostos diretos a partir de 2013 (descida residual em 2019), e ao crescimento sempre contínuo da venda de bens e serviços correntes, à exceção do ano de 2014. Já as transferências correntes revelaram uma tendência mais irregular, subida desde 2014, resultando num aumento genérico de +11,2 %, entre 2010 e 2019.

Releve-se também, como foi já referido, a linha evolutiva das outras receitas, sendo que este agregado cresceu em Portugal +780,8% (+ 1.412,43 M€), entre 2010 e 2019, aumentando +814,0% (+472,94 M€) na Região.

As receitas de capital evidenciaram uma dinâmica distinta, apresentando cobranças em 2019 inferiores às de 2010 no conjunto dos municípios portugueses, e em 2018 inferiores às de 2010 no grupo de municípios que formam a RLVT:

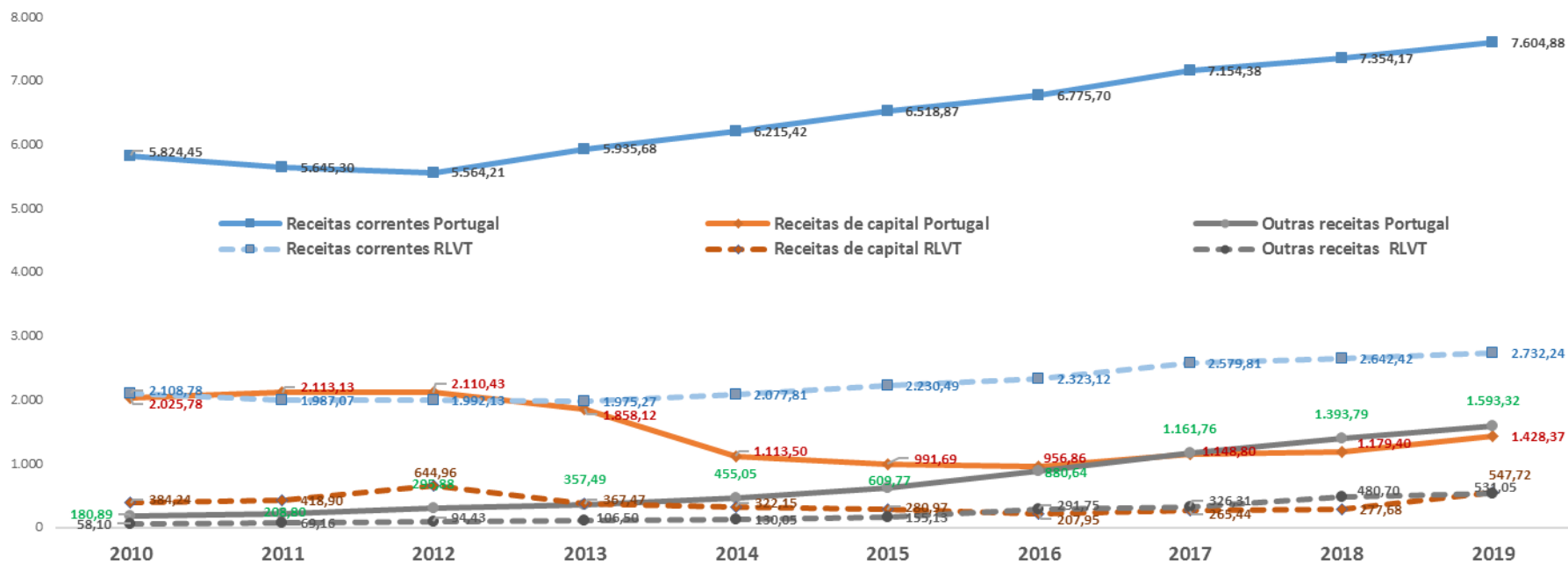
- Em Portugal verificou-se a descida de -29,5%, muito por conta da queda destas receitas entre 2011 e 2016, em resultado do decréscimo das transferências de capital, pese embora o seu aumento desde 2016;
- Na RLVT, a descida de -27,7%, entre 2010 e 2018, foi consequência da queda ocorrida nas receitas de capital entre 2012 e 2016, e também em resultado da tendência evidenciada pelas transferências de capital. A partir de 2016 as receitas de capital começaram a crescer, pelo acréscimo contínuo das transferências de capital e do aumento global de recurso ao crédito. Contudo, esta subida, até 2018, não compensou a descida observada em anos anteriores.
- Na RLVT, 2019 foi um ano excecional de grande crescimento do total de receitas de capital, mas isso deveu-se ao facto de se ter registado um aumento de receitas na venda de bens de investimento, no município de Lisboa, o que influenciou os dados à escala regional ²⁰.

¹⁹ PRESUME-SE QUE ESTE ACRÉSCIMO DO SALDO DE GERÊNCIA, POSSA TER SIDO INFLUENCIADO PELA NORMA QUE PREVÊ QUE A INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR RELEVA NA PROPORÇÃO DA DESPESA CORRENTE QUE VISA FINANCIAR OU DA RECEITA QUE VISA SUBSTITUIR, PREVISTA NO ART.º 104.º DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2018 E DENSIFICADA NO ART.º 40.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16/08.

²⁰ ESTE AUMENTO NO TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL EM 2019, NA RLVT, DECORREU ESSENCIALMENTE DA EVOLUÇÃO DO AGREGADO RELATIVO À VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO. O MUNICÍPIO DE LISBOA, TENDO VENDIDO OS TERRENOS DE ENTRECAMPOS EM 2018, RECEBEU EM 2019 CERCA DE 245,6 MILHÕES DE EUROS (FONTE: RELATÓRIO DE GESTÃO 2019 DO MUNICÍPIO DE LISBOA), MONTANTE QUE REFORÇOU SIGNIFICATIVAMENTE O VALOR REGIONAL DE RECEITAS DE CAPITAL.

Gráfico 2 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 3 – Portugal, evolução da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Unidade: M€

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Impostos diretos	2.177,44	2.113,63	2.088,94	2.159,13	2.424,64	2.566,03	2.664,06	2.897,74	3.100,31	3.142,04	964,60	44,3
Impostos indiretos	158,39	134,14	135,07	129,99	107,17	121,62	118,82	132,29	149,90	165,93	7,54	4,8
Taxas, multas, outras penalidades	224,51	234,17	201,71	180,05	185,27	188,74	212,04	299,04	219,97	261,58	37,08	16,5
Rendimentos da propriedade	258,39	259,54	266,29	253,07	271,05	254,04	294,90	274,04	254,96	282,92	24,53	9,5
Transferências correntes	2.228,55	2.137,31	2.071,76	2.400,88	2.411,99	2.503,62	2.551,53	2.593,91	2.644,03	2.723,97	495,43	22,2
Venda de bens e serviços correntes	710,23	704,48	738,45	750,83	752,19	809,40	861,07	885,43	911,43	948,09	237,86	33,5
Outras receitas correntes	66,94	62,03	61,97	61,73	63,10	75,42	73,28	71,93	73,58	80,34	13,40	20,0
Receitas correntes	5.824,45	5.645,30	5.564,21	5.935,68	6.215,42	6.518,87	6.775,70	7.154,38	7.354,17	7.604,88	1.780,43	30,6
Venda de bens investimento	117,06	84,17	68,79	52,36	81,22	108,28	67,48	93,56	98,23	311,59	194,54	166,2
Transferências de capital	1.360,04	1.522,80	1.512,48	981,78	604,67	585,73	426,23	461,83	514,90	711,34	-648,70	-47,7
Ativos financeiros	10,81	14,03	18,65	15,75	5,06	11,53	26,28	8,53	3,70	5,33	-5,48	-50,7
Passivos financeiros	516,39	474,28	220,07	776,26	392,80	263,69	388,30	556,68	538,16	382,97	-133,42	-25,8
Outras receitas de capital	21,50	17,84	290,44	31,97	29,75	22,46	48,57	28,20	24,42	17,14	-4,36	-20,3
Receitas de capital	2.025,78	2.113,13	2.110,43	1.858,12	1.113,50	991,69	956,86	1.148,80	1.179,40	1.428,37	-597,41	-29,5
Reposições não abatidas pagamentos	9,18	13,06	8,95	13,43	8,84	10,09	5,69	8,54	6,03	8,19	-0,99	-10,8
Saldo da gerência anterior	171,71	195,73	286,94	344,05	446,21	599,67	874,95	1.153,21	1.387,76	1.585,13	1.413,42	823,1
Outras receitas	180,89	208,80	295,88	357,49	455,05	609,77	880,64	1.161,76	1.393,79	1.593,32	1.412,43	780,8
Receita total Portugal	8.031,13	7.967,23	7.970,52	8.151,29	7.783,97	8.120,33	8.613,20	9.464,94	9.927,36	10.626,57	2.595,45	32,3

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

Tabela 4 – RLVT, evolução da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Unidade: M€

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Impostos diretos	1.028,49	939,46	929,13	914,41	1.054,92	1.138,47	1.166,99	1.330,87	1.427,57	1.424,78	396,29	38,5
Impostos indiretos	73,60	58,53	63,54	61,50	50,85	54,21	51,63	54,12	53,46	61,06	-12,54	-17,0
Taxas, multas, outras penalidades	118,04	133,18	106,53	87,76	93,32	95,45	119,60	168,57	113,06	138,40	20,36	17,2
Rendimentos da propriedade	75,54	61,08	88,85	61,02	75,77	67,98	79,72	76,40	74,45	80,43	4,89	6,5
Transferências correntes	559,11	536,41	524,33	565,82	516,79	549,67	566,23	576,37	592,96	621,71	62,60	11,2
Venda de bens e serviços correntes	230,57	232,62	255,66	260,56	258,52	287,18	305,85	334,91	350,91	365,90	135,32	58,7
Outras receitas correntes	23,43	25,78	24,10	24,18	27,65	37,53	33,11	38,56	30,01	39,96	16,53	70,6
Receitas correntes	2.108,78	1.987,07	1.992,13	1.975,27	2.077,81	2.230,49	2.323,12	2.579,81	2.642,42	2.732,24	623,46	29,6
Venda de bens investimento	34,36	27,71	32,23	18,14	49,92	78,38	28,44	56,90	56,41	274,93	240,57	700,2
Transferências de capital	215,13	234,78	255,31	140,43	100,02	84,61	70,35	74,53	91,86	124,53	-90,60	-42,1
Ativos financeiros	2,19	3,77	2,37	2,29	2,28	4,41	3,81	5,88	1,51	0,34	-1,85	-84,5
Passivos financeiros	125,92	141,87	78,39	184,65	149,49	108,67	99,36	122,19	118,31	140,57	14,65	11,6
Outras receitas de capital	6,64	10,78	276,67	21,96	20,44	4,90	6,00	5,93	9,59	7,36	0,72	10,9
Receitas de capital	384,24	418,90	644,96	367,47	322,15	280,97	207,95	265,44	277,68	547,72	163,49	42,5
Reposições não abatidas pagamentos	2,11	6,54	3,15	6,34	3,41	2,17	1,97	2,95	2,11	1,98	-0,13	-6,2
Saldo da gerência anterior	55,99	62,62	91,28	100,16	126,64	152,97	289,78	323,35	478,59	529,06	473,07	844,9
Outras receitas	58,10	69,16	94,43	106,50	130,05	155,13	291,75	326,31	480,70	531,05	472,94	814,0
Receita total RLVT	2.551,12	2.475,13	2.731,51	2.449,24	2.530,01	2.666,60	2.822,82	3.171,56	3.400,80	3.811,01	1.259,89	49,4

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

As cinco maiores fontes de receita municipal advêm dos impostos diretos, das transferências correntes, das transferências de capital, da venda de bens e serviços e do saldo da gerência anterior, tanto no País quanto na Região.

O aumento do total de receitas municipais, ao longo do período em análise, não se verificou em todas as componentes de receitas.

Entre 2010 e 2019, em Portugal, verificou-se:

- Aumento dos valores das receitas correntes em todos os seus agregados, ou seja: em impostos diretos (+44,3%), impostos indiretos (+4,8%), taxas, multas e outras penalidades (+16,5%), rendimentos da propriedade (+9,5%), transferências correntes (+22,2%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, venda de bens e serviços correntes (+33,5%) e outras receitas correntes (+20,0%); ao nível das restantes receitas apenas cresceram a venda de bens de investimento (+166,2%) e o saldo da gerência anterior (+823,1%);

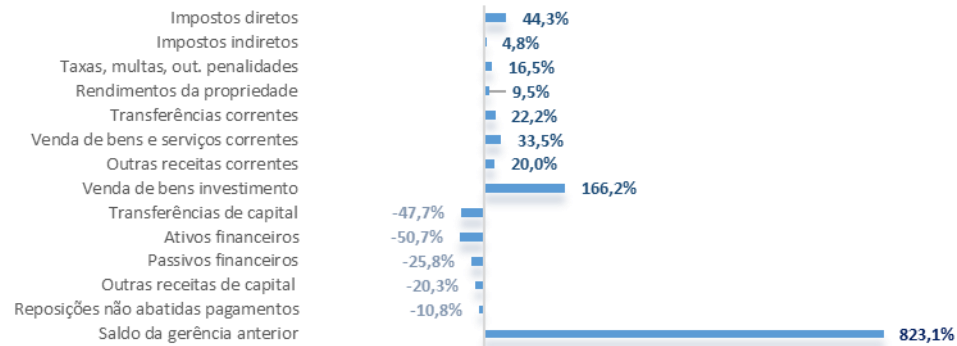
- Diminuição das receitas arrecadadas pelos municípios ao nível das transferências de capital (-47,7%), passivos financeiros (-25,8%), ativos financeiros (-50,7%), outras receitas de capital (-20,3%) e RNAP (-10,8%).

Na RLVT, comparando as receitas municipais, de 2010 e de 2019, constata-se:

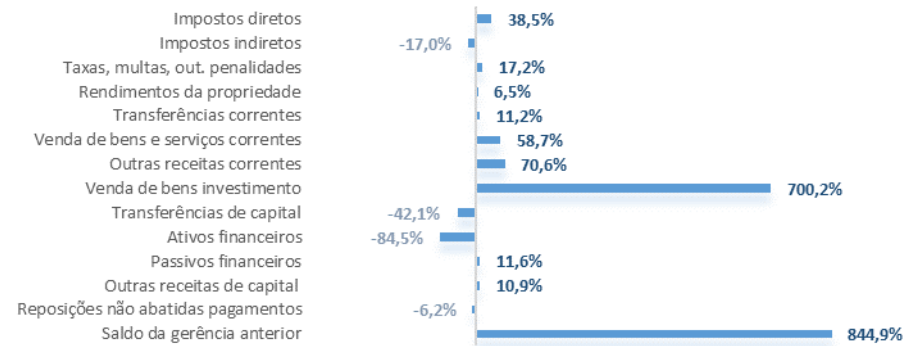
- Aumento dos valores de receitas em impostos diretos (+38,5%), taxas, multas e outras penalidades (+17,2%), rendimentos da propriedade (+6,5%), transferências correntes (+11,2%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, venda de bens e serviços correntes (+58,7%), outras receitas correntes (+70,6%), venda de bens de investimento (+700,2%), passivos financeiros (+11,6%), outras receitas de capital (+10,9%) e saldo da gerência anterior (+844,9%);
- Diminuição das receitas arrecadadas pelos municípios ao nível dos impostos indiretos (-17,0%), transferências de capital (-42,1%), ativos financeiros (-84,5%) e RNAP (-6,2%).

Gráfico 3 – Variação da receita municipal, por natureza económica – 2010/2019

PORTUGAL



RLVT

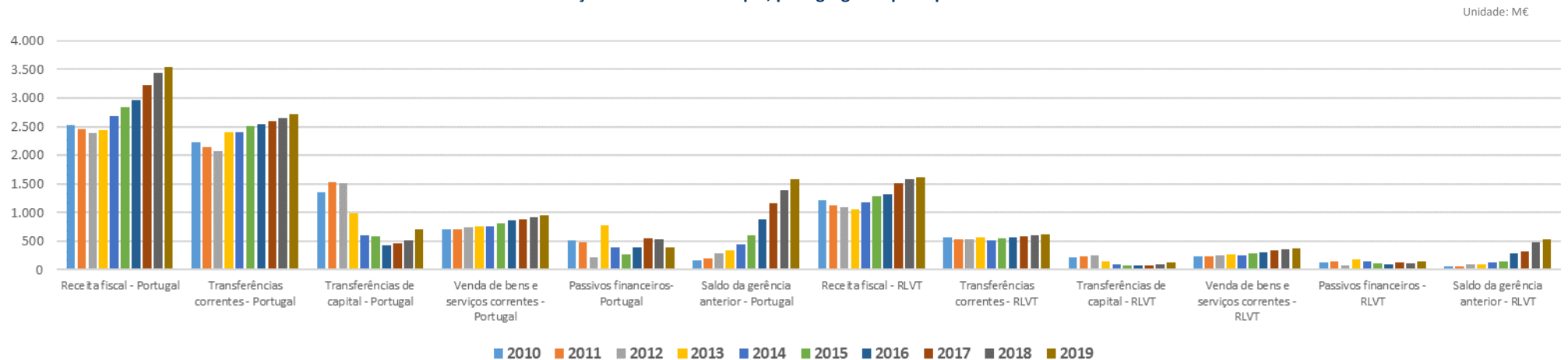


Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

O gráfico seguinte, numa outra perspetiva, evidencia a evolução de alguns agregados principais, sendo que a receita fiscal registou um decréscimo anual na arrecadação de

receitas até 2012, no conjunto dos municípios portugueses, e até 2013 na RLVT, com subida contínua a partir destes anos.

Gráfico 4 – Evolução da receita municipal, por agregados principais – 2010 a 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

1.1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Analisando as receitas municipais, enquanto fontes de financiamento para o seu desempenho financeiro, constatam-se tendências genéricas evolutivas semelhantes, por parte do conjunto dos municípios da RLVT e à escala nacional, verificando-se uma subida contínua das receitas próprias a partir de 2013 e uma evolução irregular por parte das transferências, com tendência de subida a partir de 2016, no caso nacional, e a partir de 2014 na RLVT. Contudo, em ambos os casos não recuperam os valores de 2010.

As receitas municipais decorrentes do recurso ao crédito revelam também uma tendência irregular, variando entre os 220,07 M€ (2012) e os 776,26 M€ (2013) no País, e os 78,39 M€ (2012) e os 184,65 M€ (2013), na RLVT. Comparando os passivos financeiros de 2019 com os de 2010, eles foram inferiores no caso nacional e superiores no caso da Região.

Tabela 5 – Portugal, evolução da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2019

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Receitas próprias	3.926,15	3.832,84	4.166,21	3.992,37	4.374,50	4.767,29	5.247,14	5.852,53	6.230,27	6.808,28	2.882,13	73,4
Transferências	3.588,58	3.660,10	3.584,24	3.382,66	3.016,66	3.089,35	2.977,76	3.055,73	3.158,93	3.435,31	-153,27	-4,3
Passivos financeiros	516,39	474,28	220,07	776,26	392,8	263,69	388,3	556,68	538,16	382,97	-133,42	-25,8
Receita total Portugal	8.031,13	7.967,23	7.970,52	8.151,29	7.783,97	8.120,33	8.613,20	9.464,94	9.927,36	10.626,57	2.595,44	32,3

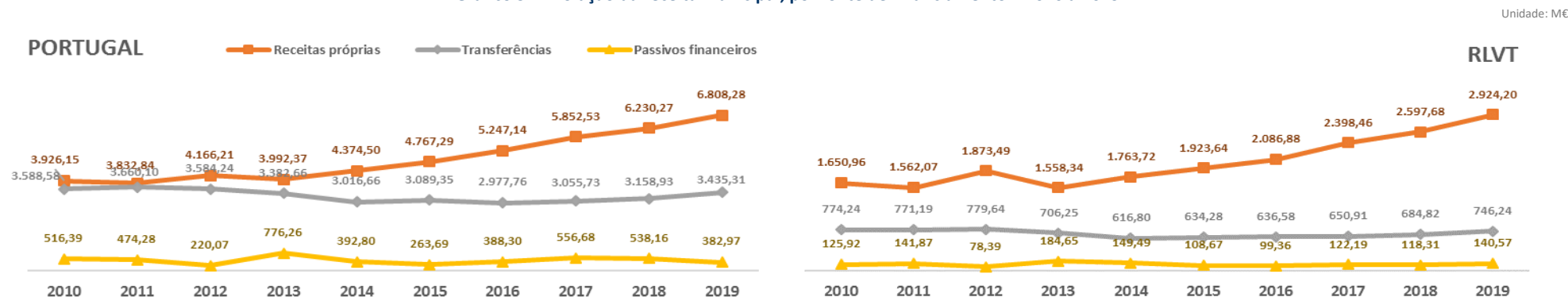
Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

Tabela 6 – RLVT, evolução da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2019

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Receitas próprias	1.650,96	1.562,07	1.873,49	1.558,34	1.763,72	1.923,64	2.086,88	2.398,46	2.597,68	2.924,20	1.273,24	77,1
Transferências	774,24	771,19	779,64	706,25	616,8	634,28	636,58	650,91	684,82	746,24	-28,00	-3,6
Passivos financeiros	125,92	141,87	78,39	184,65	149,49	108,67	99,36	122,19	118,31	140,57	14,65	11,6
Receita total RLVT	2.551,12	2.475,13	2.731,51	2.449,24	2.530,01	2.666,60	2.822,82	3.171,56	3.400,80	3.811,01	1.259,89	49,4

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 5 – Evolução da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

1.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL

1.2.1 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA

Analisando a estrutura da receita municipal e a forma evolutiva como o peso dos seus agregados foi tendo mais ou menos relevância, chegamos à conclusão da predominância do peso das receitas correntes na gestão financeira dos municípios portugueses. A média anual do peso das receitas correntes, durante o período de 2010 a 2019, foi de 74,6% para o País e de 79,5% para a RLVT.

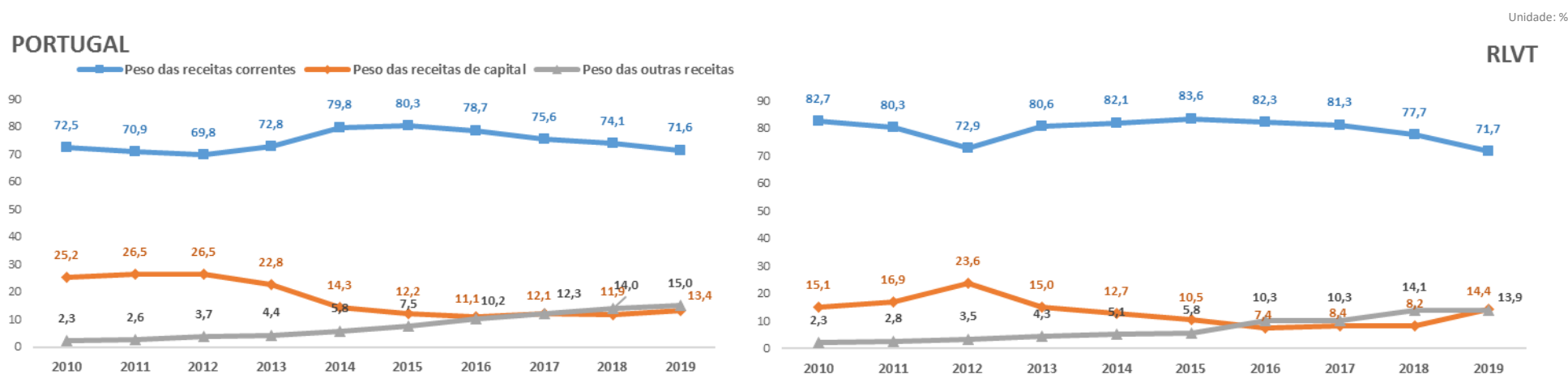
A evolução do peso das receitas correntes não foi, no entanto, linear, tendo picos em 2010 e 2015 e pontos mínimos em 2012 e 2019.

O único agregado com evidência de subida contínua (até 2019 no caso nacional e até 2018 na RLVT) consolidou-se no peso das outras receitas, resultado do peso crescente

e acentuado do saldo da gerência anterior, muito semelhante no conjunto dos municípios portugueses e no grupo dos municípios pertencentes à RLVT. Num caso e no outro o peso das outras receitas evoluiu, respetivamente, de 2,3% para 15,0% e de 2,3% para 13,9%, no período em análise. Entre 2016 e 2018, na RLVT, o peso das outras receitas foi superior ao das receitas de capital, ocorrendo este posicionamento, no País, apenas nos anos seguintes, entre 2017 e 2019.

Já o peso das receitas de capital evidenciou picos em 2012, para depois começar a cair até 2016, evoluindo irregularmente a partir daí.

Gráfico 6 – Evolução do peso da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

De outro modo, entre 2010 e 2019, por conta do reforço significativo do peso das receitas municipais decorrentes do saldo de gerência anterior (+597,7% no País e +532,6% na RLVT) e do peso da venda de bens de investimento (+101,2% no País e +435,7% na RLVT), todos os outros agregados de receita viram o seu peso cair, à

exceção dos impostos diretos (+9,1% no País), da venda de bens e serviços correntes (+0,9% no País e +6,2% na RLVT), e, no caso da Região, da subida em +14,2% das outras receitas correntes.

Tabela 7 – Portugal, evolução do peso da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Peso na receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: %	
											Varição	2010-2019
Impostos diretos	27,1	26,5	26,2	26,5	31,1	31,6	30,9	30,6	31,2	29,6	9,1	
Impostos indiretos	2,0	1,7	1,7	1,6	1,4	1,5	1,4	1,4	1,5	1,6	-20,8	
Taxas, multas, outras penalidades	2,8	2,9	2,5	2,2	2,4	2,3	2,5	3,2	2,2	2,5	-11,9	
Rendimentos da propriedade	3,2	3,3	3,3	3,1	3,5	3,1	3,4	2,9	2,6	2,7	-17,2	
Transferências correntes	27,7	26,8	26,0	29,5	31,0	30,8	29,6	27,4	26,6	25,6	-7,6	
Venda de bens e serviços correntes	8,8	8,8	9,3	9,2	9,7	10,0	10,0	9,4	9,2	8,9	0,9	
Outras receitas correntes	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,7	0,8	-9,3	
Receitas correntes	72,5	70,9	69,8	72,8	79,8	80,3	78,7	75,6	74,1	71,6	-1,3	
Venda de bens investimento	1,5	1,1	0,9	0,6	1,0	1,3	0,8	1,0	1,0	2,9	101,2	
Transferências de capital	16,9	19,1	19,0	12,0	7,8	7,2	4,9	4,9	5,2	6,7	-60,5	
Ativos financeiros	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,0	0,1	-62,7	
Passivos financeiros	6,4	6,0	2,8	9,5	5,0	3,2	4,5	5,9	5,4	3,6	-44,0	
Outras receitas de capital	0,3	0,2	3,6	0,4	0,4	0,3	0,6	0,3	0,2	0,2	-39,7	
Receitas de capital	25,2	26,5	26,5	22,8	14,3	12,2	11,1	12,1	11,9	13,4	-46,7	
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-32,6	
Saldo da gerência anterior	2,1	2,5	3,6	4,2	5,7	7,4	10,2	12,2	14,0	14,9	597,7	
Outras receitas	2,3	2,6	3,7	4,4	5,8	7,5	10,2	12,3	14,0	15,0	565,7	
Receita total Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

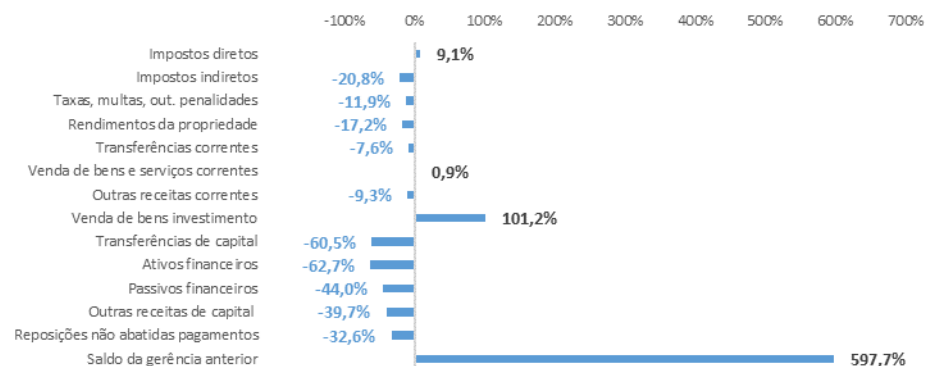
Tabela 8 – RLVT, evolução do peso da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Peso na receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: %	
											Varição	2010-2019
Impostos diretos	40,3	38,0	34,0	37,3	41,7	42,7	41,3	42,0	42,0	37,4	-7,3	
Impostos indiretos	2,9	2,4	2,3	2,5	2,0	2,0	1,8	1,7	1,6	1,6	-44,5	
Taxas, multas, outras penalidades	4,6	5,4	3,9	3,6	3,7	3,6	4,2	5,3	3,3	3,6	-21,5	
Rendimentos da propriedade	3,0	2,5	3,3	2,5	3,0	2,5	2,8	2,4	2,2	2,1	-28,7	
Transferências correntes	21,9	21,7	19,2	23,1	20,4	20,6	20,1	18,2	17,4	16,3	-25,6	
Venda de bens e serviços correntes	9,0	9,4	9,4	10,6	10,2	10,8	10,8	10,6	10,3	9,6	6,2	
Outras receitas correntes	0,9	1,0	0,9	1,0	1,1	1,4	1,2	1,2	0,9	1,0	14,2	
Receitas correntes	82,7	80,3	72,9	80,6	82,1	83,6	82,3	81,3	77,7	71,7	-13,3	
Venda de bens investimento	1,3	1,1	1,2	0,7	2,0	2,9	1,0	1,8	1,7	7,2	435,7	
Transferências de capital	8,4	9,5	9,3	5,7	4,0	3,2	2,5	2,4	2,7	3,3	-61,3	
Ativos financeiros	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0	0,0	-89,6	
Passivos financeiros	4,9	5,7	2,9	7,5	5,9	4,1	3,5	3,9	3,5	3,7	-25,3	
Outras receitas de capital	0,3	0,4	10,1	0,9	0,8	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	-25,8	
Receitas de capital	15,1	16,9	23,6	15,0	12,7	10,5	7,4	8,4	8,2	14,4	-4,6	
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-37,2	
Saldo da gerência anterior	2,2	2,5	3,3	4,1	5,0	5,7	10,3	10,2	14,1	13,9	532,6	
Outras receitas	2,3	2,8	3,5	4,3	5,1	5,8	10,3	10,3	14,1	13,9	511,8	
Receita total RLVT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

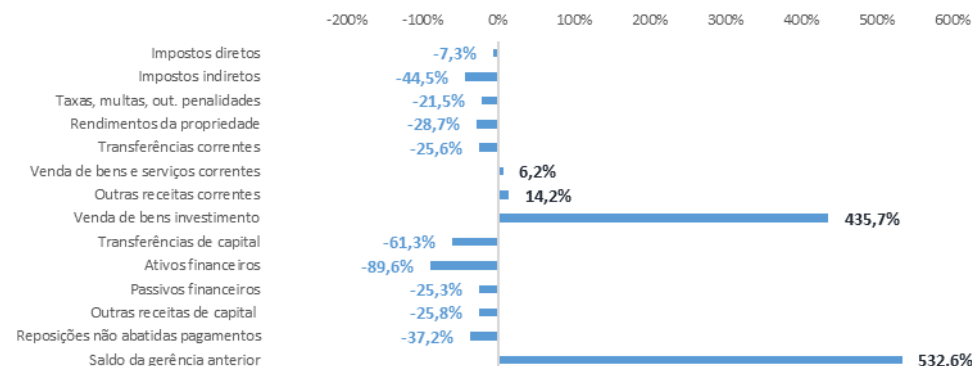
Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 7 – Variação do peso da receita municipal, por natureza económica – 2010/2019

PORTUGAL



RLVT



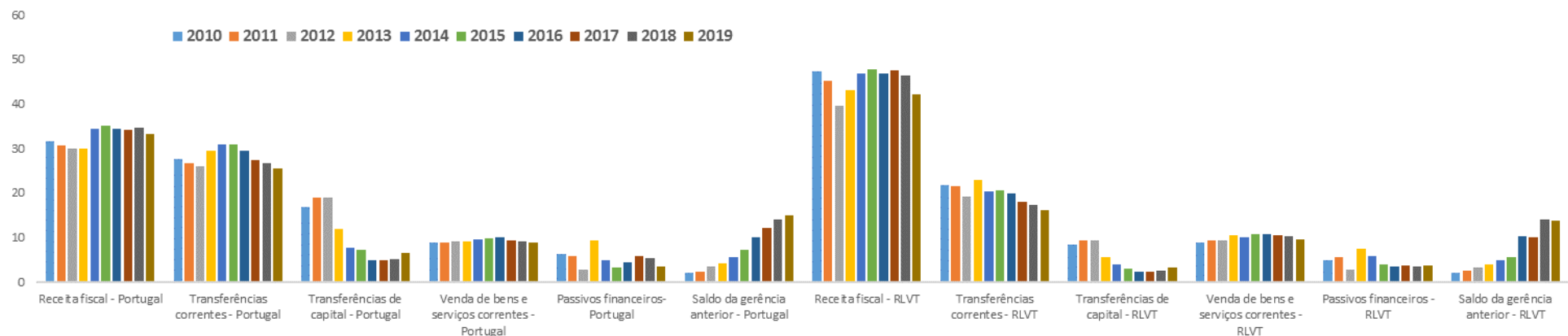
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

O gráfico seguinte, numa outra perspetiva, evidencia, entre outros, o peso da receita fiscal. O peso médio anual deste agregado, formado pelo conjunto das receitas arrecadadas com impostos diretos, impostos indiretos e taxas, foi de 45,3% na RLVT e de 32,9% no País.

Na RLVT, em 2010 esse peso foi de 47,3%, superior ao de 2019 (42,2%). No País, em 2010 esse peso foi de 31,6%, inferior ao de 2019 (33,3%).

O maior peso da receita fiscal ocorreu em 2015, sendo nesse ano de 35,1% no País e de 47,9%, quase metade das receitas municipais, na RLVT.

Gráfico 8 – Evolução do peso da receita municipal, por agregados principais – 2010 a 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

1.2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Considerando o peso das receitas por fontes de financiamento, afere-se o seguinte:

- O peso de receitas próprias no total de receitas municipais, no País e na RLVT, predominantemente crescente, – entre 2010 e 2019 passou de 48,9% para 64,1%, no conjunto dos municípios portugueses e de 64,7% para 76,7%, no conjunto dos municípios da RLVT, evidenciando-se uma capacidade crescente dos municípios em dependerem menos do financiamento de outras entidades.

- O peso de transferências recebidas (correntes e de capital), com tendência genérica de queda, passou de 44,7% em 2010 para 32,3% em 2019, no País, e de 30,3% em 2010 para 19,6% em 2019, na RLVT.
- O peso dos passivos financeiros no total de receitas municipais teve o seu pico mais alto em 2013 (9,5% no País e 7,5% na RLVT), e o seu peso mais baixo em 2012 (2,8% no País e 2,9% na RLVT), sendo, respetivamente de 3,6% e de 3,7% em 2019.

Tabela 9 – Portugal, evolução do peso da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2019

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Receitas próprias	48,9	48,1	52,3	49,0	56,2	58,7	60,9	61,8	62,8	64,1	31,1
Transferências	44,7	45,9	45,0	41,5	38,8	38,0	34,6	32,3	31,8	32,3	-27,7
Passivos financeiros	6,4	6,0	2,8	9,5	5,0	3,2	4,5	5,9	5,4	3,6	-44,0
Receita total Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

Unidade: %

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

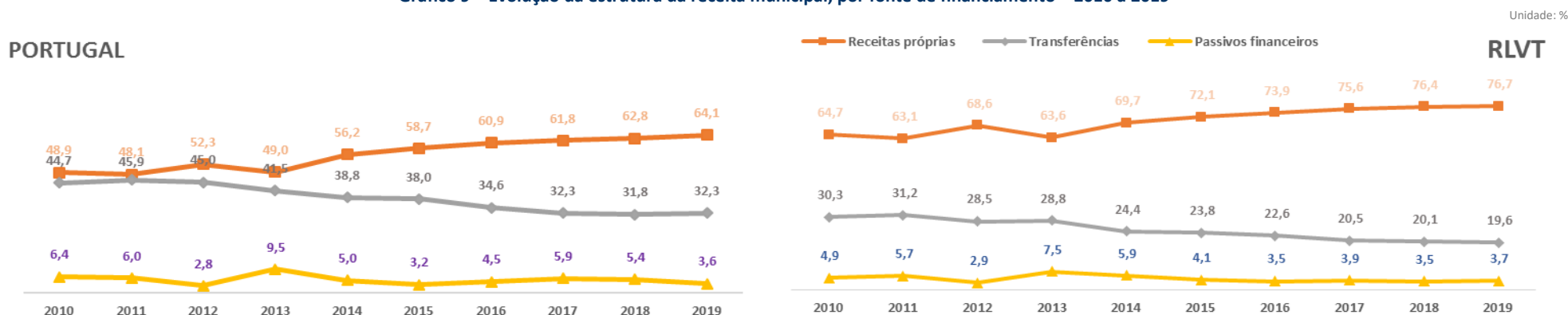
Tabela 10 – RLVT, evolução do peso da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2019

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Receitas próprias	64,7	63,1	68,6	63,6	69,7	72,1	73,9	75,6	76,4	76,7	18,6
Transferências	30,3	31,2	28,5	28,8	24,4	23,8	22,6	20,5	20,1	19,6	-35,5
Passivos financeiros	4,9	5,7	2,9	7,5	5,9	4,1	3,5	3,9	3,5	3,7	-25,3
Receita total RLVT	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

Unidade: %

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 9 – Evolução da estrutura da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

2 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2010 A 2019

2.1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL

Entre 2010 e 2019 a média do valor anual de despesas municipais ²¹ foi de 7.796,31 M€ para o País e de 2.550,80 M€ no conjunto dos 52 municípios da RLVT ²².

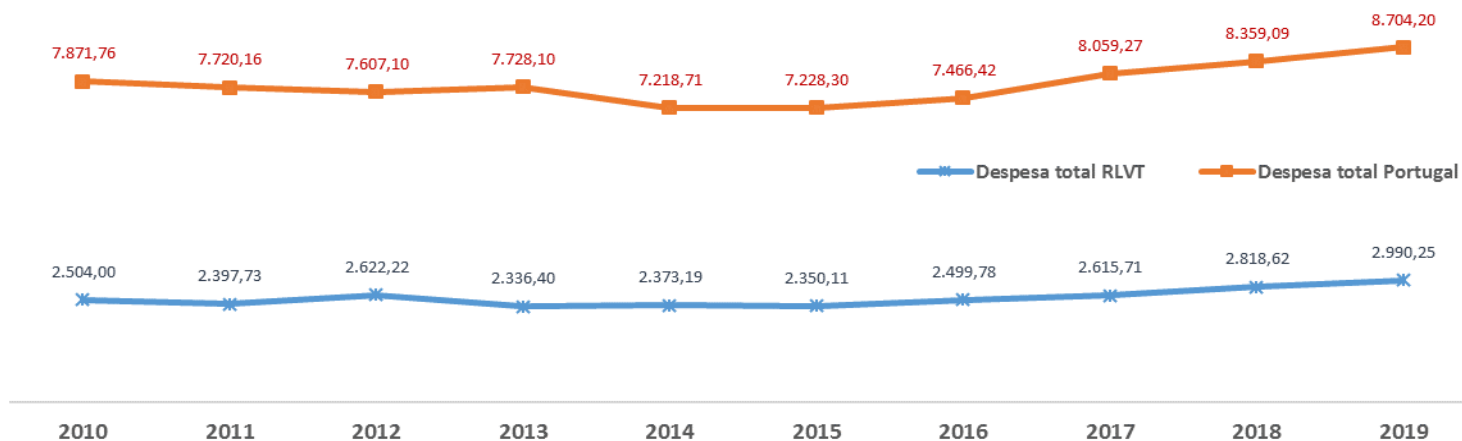
O maior valor anual de despesas municipais registou-se em 2019, respetivamente 8.704,20 M€ no País e 2.990,25 M€ na RLVT.

Comparando o valor das despesas municipais nos anos limiares, constata-se que no ano de 2019 se evidenciou um total de despesas municipais superior em +832,44 M€ (+10,6%) e em +486,26 M€ (+19,4%), respetivamente no País e na Região, face ao ano de 2010.

A tendência genérica de crescimento não foi sempre contínua, observando-se pontos mínimos em 2014 e 2013, respetivamente no País e na Região, sendo que, a partir de 2014, no conjunto dos municípios portugueses, se evidenciou uma subida progressiva das despesas, manifestando-se semelhante tendência a partir de 2015, no caso da RLVT.

Gráfico 10 – Evolução da despesa total municipal – 2010 a 2019

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

²¹ DESPESA PAGA.

²² Na RLVT, o valor da despesa em aquisição de bens e serviços, relativamente ao ano de 2012, foi atualizado face ao estudo anterior, com repercussão sobre a despesa corrente e total.

2.1.1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA

O crescimento genérico, mas não uniforme do total das despesas municipais no período em análise resultou em grande parte de dinâmicas distintas apresentadas pelas despesas correntes e de capital.

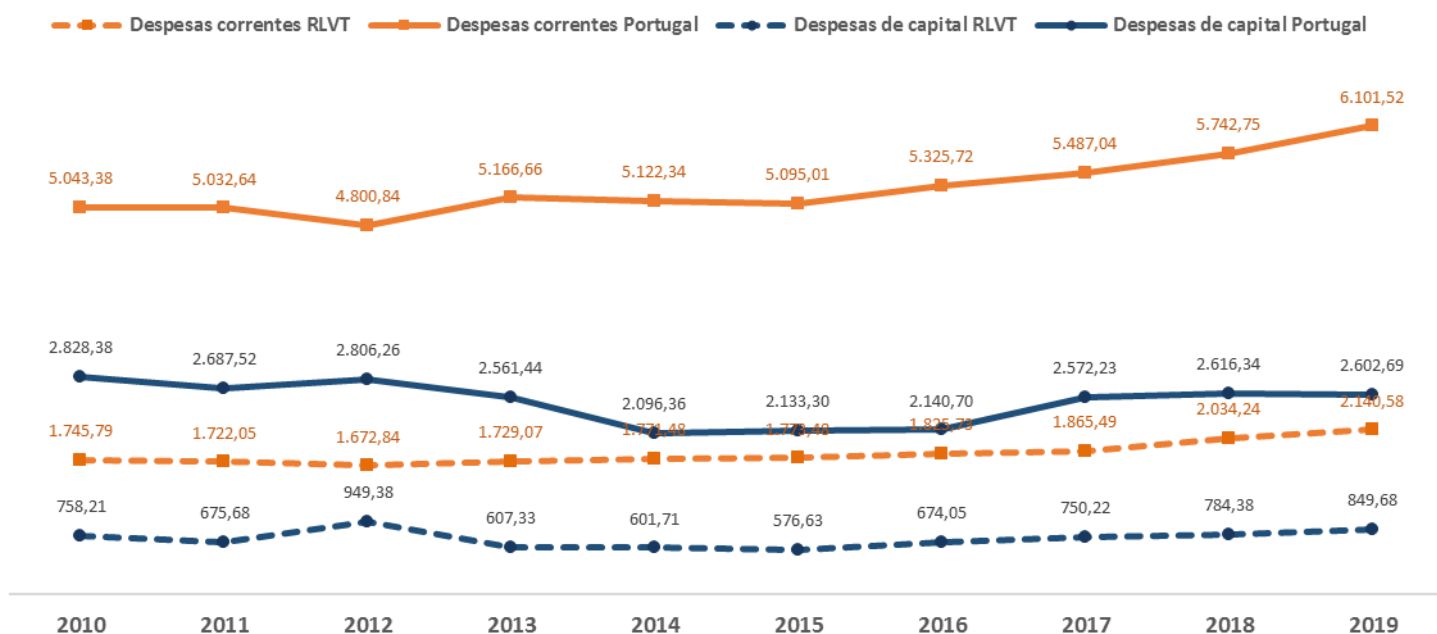
Em Portugal, o aumento global das despesas correntes em +21,0%, nos 10 anos em análise, teve por principal suporte o acréscimo das despesas realizadas com a aquisição de bens e serviços (+35,2%), registando aumentos anuais à exceção de 2014. Também

se revelou um aumento de transferências correntes para outras entidades (+53,4%), evidenciando-se um crescimento contínuo a partir de 2012. Por outro lado, os gastos em pessoal e em outras despesas correntes cresceram, respetivamente, em +7,5% e em +40,2%.

No mesmo período os juros e outros encargos financeiros diminuíram em -45,8%.

Gráfico 11 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Na RLVT, as despesas correntes cresceram +22,6%, no mesmo período, evidenciando-se um aumento genérico em todos os seus agregados, com destaque para o acréscimo, nem sempre contínuo, das despesas na aquisição de bens e serviços (+31,4%), das

transferências correntes, com um aumento genérico mas também irregular, de +66,7%, entre 2010 e 2019, e das despesas com o pessoal (+7,4%). Exceção registada com a descida nas despesas em juros e outros encargos financeiros (-46,7%).

Já as despesas de capital evidenciaram uma dinâmica distinta, apresentando gastos em 2019 inferiores aos de 2010, no conjunto dos municípios portugueses, não sucedendo o mesmo no grupo de municípios que formam a RLVT, uma vez que se registou um crescimento significativo deste agregado em 2018 e em 2019:

- Em Portugal, descida global das despesas de capital em -8,0%, com registos mínimos em 2014, recuperando nos anos seguintes, mas ainda assim de forma insuficiente, dado que não foram atingidos os valores de 2010, resultante do decréscimo das despesas com a aquisição de bens de capital (-8,0%) e das

transferências de capital para outras entidades (-16,9%), apesar do seu aumento em 2019;

- Na RLVT, aumento global em +12,1%, picos de despesa em 2012 e em 2019, também muito resultado da tendência evidenciada pela aquisição de bens de capital, transferências de capital e ativos financeiros, já que as outras componentes revelaram dinâmicas distintas.

Tabela 11 – Portugal, evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Despesas com o pessoal	2.451,02	2.365,02	2.089,39	2.255,92	2.227,37	2.216,48	2.252,15	2.320,05	2.446,93	2.635,73	184,71	7,5
Aquisição de bens e serviços	1.731,12	1.789,43	1.852,34	2.064,92	2.037,87	2.050,11	2.171,19	2.210,86	2.224,87	2.341,04	609,91	35,2
Juros e outros encargos	104,69	141,52	148,49	128,20	131,80	111,97	100,71	76,97	92,21	56,73	-47,96	-45,8
Transferências correntes	498,91	477,77	467,62	497,71	526,63	548,73	599,26	635,36	682,83	765,23	266,31	53,4
Subsídios	150,12	163,49	149,24	117,75	101,69	74,19	75,95	112,41	110,56	152,06	1,94	1,3
Outras despesas correntes	107,51	95,43	93,76	102,16	96,98	93,53	126,47	131,38	185,36	150,72	43,21	40,2
Despesas correntes	5.043,38	5.032,64	4.800,84	5.166,66	5.122,34	5.095,01	5.325,72	5.487,04	5.742,75	6.101,52	1.058,14	21,0
Aquisição bens de capital	1.782,32	1.670,16	1.555,58	1.603,31	1.140,33	1.175,92	1.053,64	1.473,76	1.483,22	1.639,51	-142,81	-8,0
Transferências de capital	377,10	335,18	284,57	280,29	221,48	204,46	247,60	286,55	231,55	313,41	-63,69	-16,9
Ativos financeiros	30,23	30,11	20,63	11,94	18,65	58,03	53,18	49,40	41,55	33,26	3,03	10,0
Passivos financeiros	570,85	615,02	890,33	639,34	679,16	666,16	751,82	737,33	775,41	587,95	17,10	3,0
Outras despesas de capital	67,89	37,05	55,15	26,57	36,75	28,72	34,46	25,20	84,61	28,56	-39,33	-57,9
Despesas de capital	2.828,38	2.687,52	2.806,26	2.561,44	2.096,36	2.133,30	2.140,70	2.572,23	2.616,34	2.602,69	-225,70	-8,0
Despesa total Portugal	7.871,76	7.720,16	7.607,10	7.728,10	7.218,71	7.228,30	7.466,42	8.059,27	8.359,09	8.704,20	832,44	10,6

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

Tabela 12 – RLVT, evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Despesas com o pessoal	879,11	843,34	743,61	809,31	791,12	793,62	810,63	839,65	884,64	943,99	64,87	7,4
Aquisição de bens e serviços	555,91	562,68	604,37	629,15	684,13	673,03	693,45	686,12	684,40	730,57	174,66	31,4
Juros e outros encargos	28,51	39,11	44,54	33,36	33,33	31,89	23,40	23,93	48,30	15,20	-13,31	-46,7
Transferências correntes	194,69	197,01	203,03	189,13	202,74	219,53	231,37	246,17	272,11	324,51	129,82	66,7
Subsídios	46,24	45,88	43,85	37,18	28,23	24,10	20,04	37,49	51,97	80,56	34,32	74,2
Outras despesas correntes	41,33	34,02	33,44	30,95	31,93	31,31	46,83	32,13	92,82	45,75	4,43	10,7
Despesas correntes	1.745,79	1.722,05	1.672,84	1.729,07	1.771,48	1.773,48	1.825,73	1.865,49	2.034,24	2.140,58	394,79	22,6
Aquisição bens de capital	427,18	356,49	341,26	339,26	285,98	282,28	332,76	451,03	463,29	532,10	104,92	24,6
Transferências de capital	91,92	71,39	59,80	55,20	62,02	54,05	78,78	81,68	65,45	141,57	49,65	54,0
Ativos financeiros	4,03	1,79	1,18	0,43	0,76	18,01	16,52	14,36	14,71	9,00	4,97	123,2
Passivos financeiros	177,24	221,06	501,97	199,09	237,46	210,54	239,74	196,58	169,66	161,09	-16,15	-9,1
Outras despesas de capital	57,84	24,95	45,16	13,35	15,49	11,75	6,26	6,57	71,27	5,91	-51,93	-89,8
Despesas de capital	758,21	675,68	949,38	607,33	601,71	576,63	674,05	750,22	784,38	849,68	91,47	12,1
Despesa total RLVT	2.504,00	2.397,73	2.622,22	2.336,40	2.373,19	2.350,11	2.499,78	2.615,71	2.818,62	2.990,25	486,26	19,4

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

As quatro maiores aplicações de despesa municipal decorreram da despesa com o pessoal, da aquisição de bens e serviços, aquisição de bens de capital e passivos financeiros, tanto no País quanto na Região.

O aumento do total de despesas municipais, ao longo do período em análise, não se verificou em todas as componentes.

Assim, em Portugal:

- Aumentaram os valores de despesas pagas com o pessoal (7,5%) e com a aquisição de bens e serviços (+35,2%), transferências correntes para outras entidades (+53,4%), subsídios (+1,3%), outras despesas correntes (+40,2%), ativos financeiros (+10,0%) e passivos financeiros (+3,0%);
- Diminuíram as despesas pagas pelos municípios em juros e outros encargos (-45,8%), aquisição de bens de capital (-8,0%), transferências de capital (-16,9%) e outras despesas de capital (-57,9%).

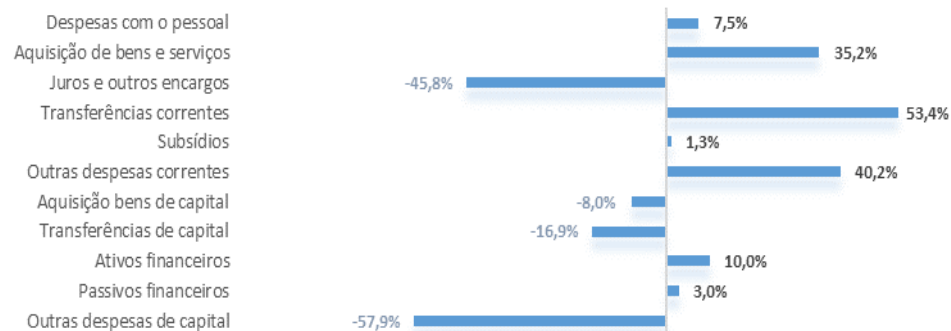
Na RLVT, comparando as despesas municipais de 2010 e de 2019, constata-se:

- O aumento dos valores de despesas pagas com o pessoal (+7,4%), com a aquisição de bens e serviços (+31,4%), transferências correntes para outras entidades (+66,7%), subsídios (+74,2%), outras despesas correntes (+10,7%), aquisição de bens de capital (+24,6%), transferências de capital (+54,0%) e ativos financeiros (+123,2%);
- A diminuição das despesas realizadas pelos municípios com juros e outros encargos (-46,7%), passivos financeiros (-9,1%) e outras despesas de capital (-89,8%).

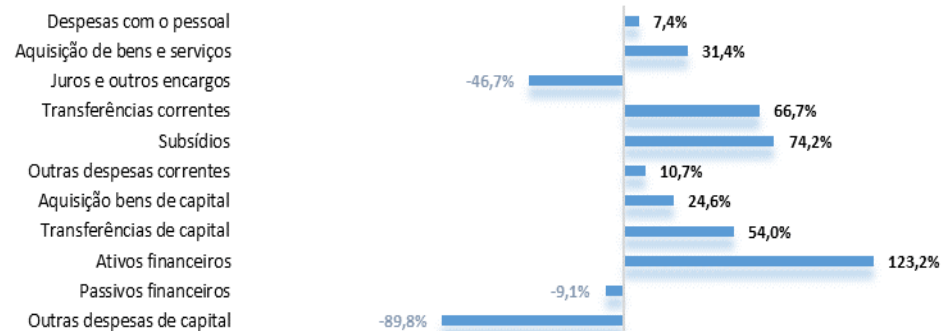
Verificando-se dinâmicas algo distintas entre o conjunto dos municípios portugueses e os pertencentes à RLVT, destaque para a evolução diferente da aquisição de bens de capital que subiu na RLVT e, no caso dos passivos financeiros, a descida nesta mesma região.

Gráfico 12 – Variação da despesa municipal, por natureza económica – 2010/2019

PORTUGAL



RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

2.1.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS

Agregando as despesas municipais por tipologia constatam-se tendências de subidas e descidas genéricas evolutivas predominantemente semelhantes, por parte do conjunto dos municípios da RLVT e do seu enquadramento à escala nacional.

No entanto, merecem algum destaque as seguintes tendências em particular, comparando os anos de início e fim do período em análise:

- No caso nacional, as despesas com o investimento direto e indireto bem como com o serviço de dívida diminuiram.
- Na RLVT, desceram as despesas com o serviço de dívida e ainda com as outras despesas.

Tabela 13 – Portugal, evolução da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2019

Despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Despesas com o pessoal	2.451,02	2.365,02	2.089,39	2.255,92	2.227,37	2.216,48	2.252,15	2.320,05	2.446,93	2.635,73	184,71	7,5%
Aquisição de bens e serviços	1.731,12	1.789,43	1.852,34	2.064,92	2.037,87	2.050,11	2.171,19	2.210,86	2.224,87	2.341,04	609,91	35,2%
Transferências correntes e subsídios	649,03	641,26	616,86	615,46	628,32	622,92	675,21	747,77	793,39	917,29	268,26	41,3%
Investimento direto e indireto	2.159,42	2.005,34	1.840,16	1.883,59	1.361,81	1.380,38	1.301,24	1.760,30	1.714,78	1.952,91	-206,50	-9,6%
Serviço de dívida	675,54	756,54	1.038,82	767,54	810,96	778,13	852,53	814,29	867,61	644,68	-30,86	-4,6%
Outras despesas	205,63	162,58	169,53	140,67	152,38	180,29	214,10	205,98	311,52	212,54	6,92	3,4%
Despesa total Portugal	7.871,76	7.720,16	7.607,10	7.728,10	7.218,71	7.228,30	7.466,42	8.059,27	8.359,09	8.704,20	832,44	10,6%

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

Tabela 14 – RLVT, evolução da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2019

Despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Despesas com o pessoal	879,11	843,34	743,61	809,31	791,12	793,62	810,63	839,65	884,64	943,99	64,87	7,4%
Aquisição de bens e serviços	555,91	562,68	604,37	629,15	684,13	673,03	693,45	686,12	684,40	730,57	174,66	31,4%
Transferências correntes e subsídios	240,93	242,89	246,88	226,31	230,96	243,63	251,41	283,66	324,08	405,07	164,14	68,1%
Investimento direto e indireto	519,10	427,88	401,06	394,46	348,00	336,33	411,53	532,71	528,74	673,67	154,57	29,8%
Serviço de dívida	205,75	260,18	546,51	232,46	270,79	242,42	263,14	220,51	217,96	176,29	-29,46	-14,3%
Outras despesas	103,20	60,76	79,79	44,73	48,18	61,08	69,61	53,06	178,80	60,67	-42,53	-41,2%
Despesa total RLVT	2.504,00	2.397,73	2.622,22	2.336,40	2.373,19	2.350,11	2.499,78	2.615,71	2.818,62	2.990,25	486,26	19,4%

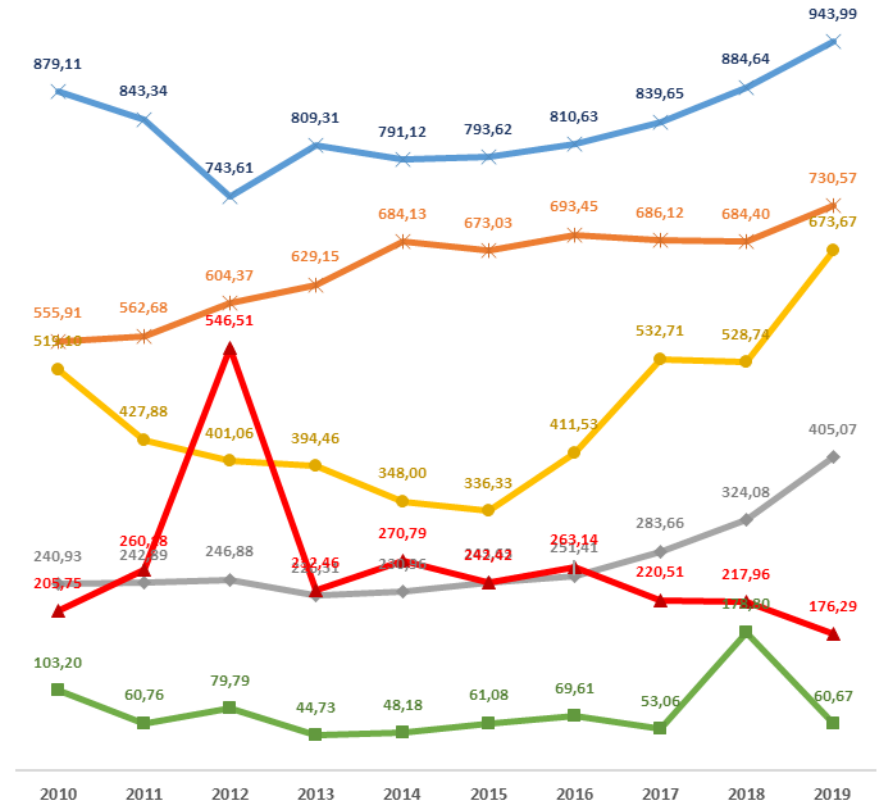
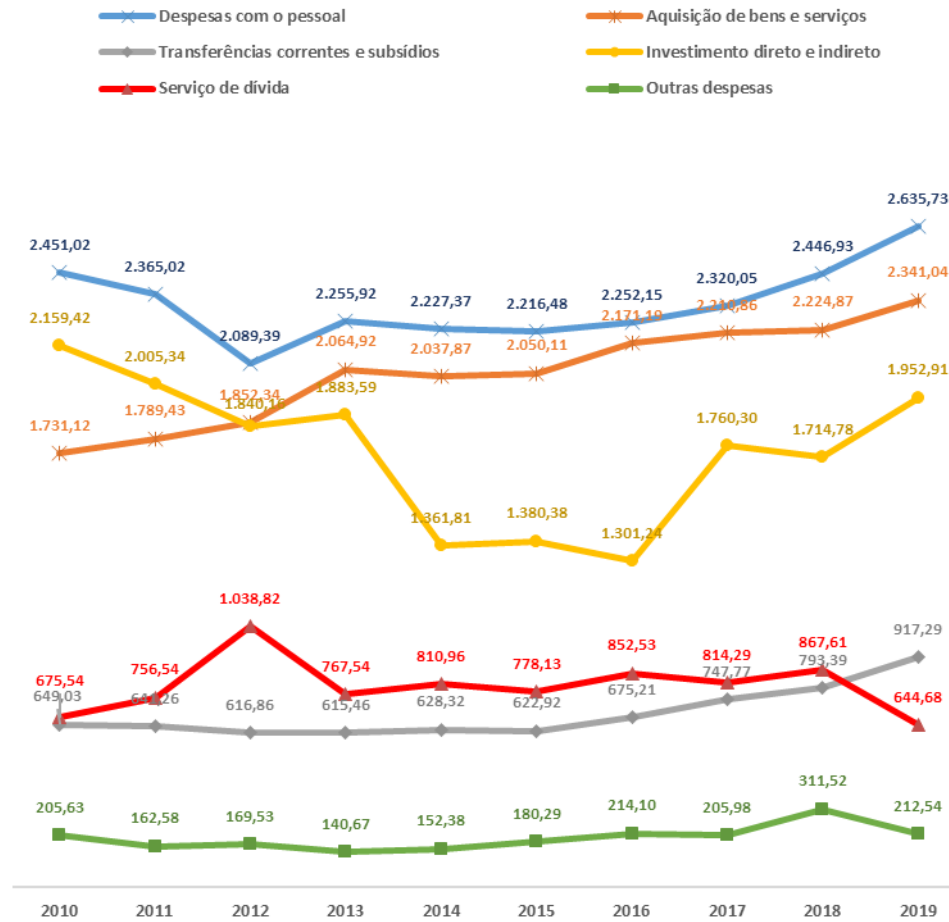
Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 13 – Evolução da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2019

Unidade: M€

PORTUGAL

RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL

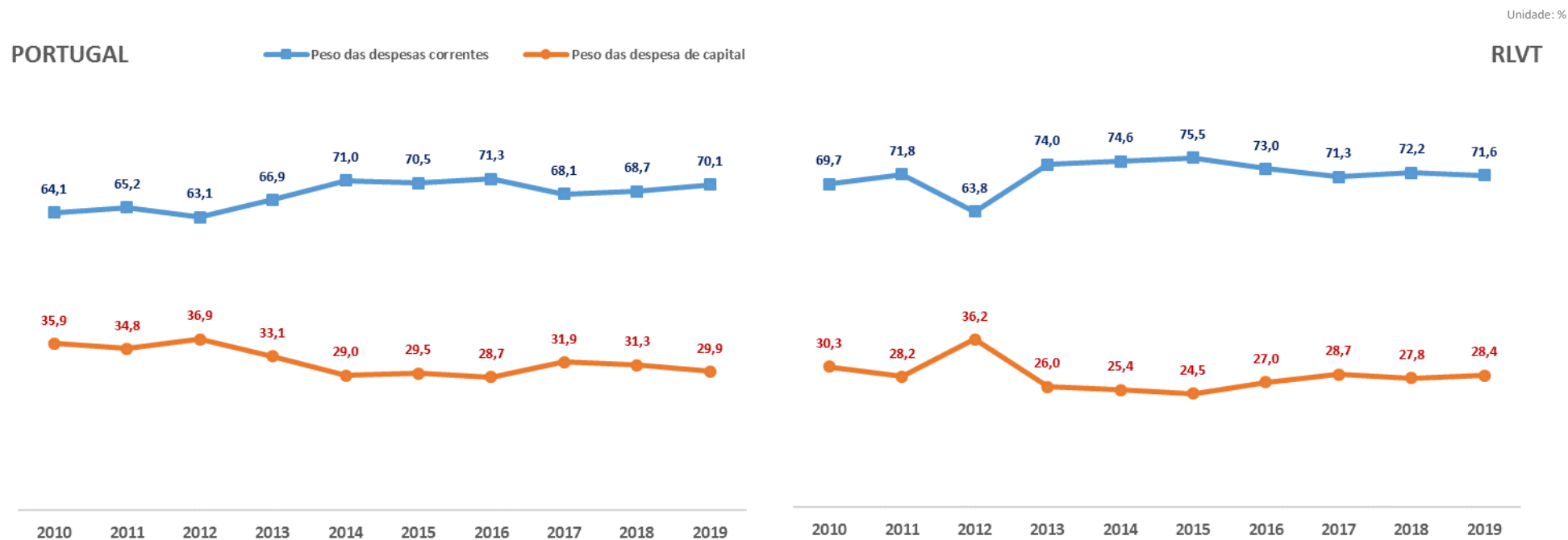
2.2.1 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA

Analisando a estrutura da despesa municipal e a forma evolutiva como o peso dos seus agregados foram tendo mais ou menos relevância, chegamos à conclusão da predominância do peso das despesas correntes na gestão financeira dos municípios portugueses.

A média anual do peso das despesas correntes, durante o período de 2010 a 2019, foi de 67,9% para o País e de 71,8% para a RLVT.

A evolução do peso das despesas correntes não foi, no entanto, linear, evidenciando-se o peso mais baixo em 2012 (63,1% no País e 63,8%, na RLVT), ano em que o peso das despesas de capital registou o seu pico mais alto.

Gráfico 14 – Evolução do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 15 – Portugal, evolução do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Peso na despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Despesas com o pessoal	31,1	30,6	27,5	29,2	30,9	30,7	30,2	28,8	29,3	30,3	-2,7
Aquisição de bens e serviços	22,0	23,2	24,4	26,7	28,2	28,4	29,1	27,4	26,6	26,9	22,3
Juros e outros encargos	1,3	1,8	2,0	1,7	1,8	1,5	1,3	1,0	1,1	0,7	-51,0
Transferências correntes	6,3	6,2	6,1	6,4	7,3	7,6	8,0	7,9	8,2	8,8	38,7
Subsídios	1,9	2,1	2,0	1,5	1,4	1,0	1,0	1,4	1,3	1,7	-8,4
Outras despesas correntes	1,4	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,7	1,6	2,2	1,7	26,8
Despesas correntes	64,1	65,2	63,1	66,9	71,0	70,5	71,3	68,1	68,7	70,1	9,4
Aquisição bens de capital	22,6	21,6	20,4	20,7	15,8	16,3	14,1	18,3	17,7	18,8	-16,8
Transferências de capital	4,8	4,3	3,7	3,6	3,1	2,8	3,3	3,6	2,8	3,6	-24,8
Ativos financeiros	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	0,8	0,7	0,6	0,5	0,4	-0,5
Passivos financeiros	7,3	8,0	11,7	8,3	9,4	9,2	10,1	9,1	9,3	6,8	-6,9
Outras despesas de capital	0,9	0,5	0,7	0,3	0,5	0,4	0,5	0,3	1,0	0,3	-62,0
Despesas de capital	35,9	34,8	36,9	33,1	29,0	29,5	28,7	31,9	31,3	29,9	-16,8
Despesa total Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

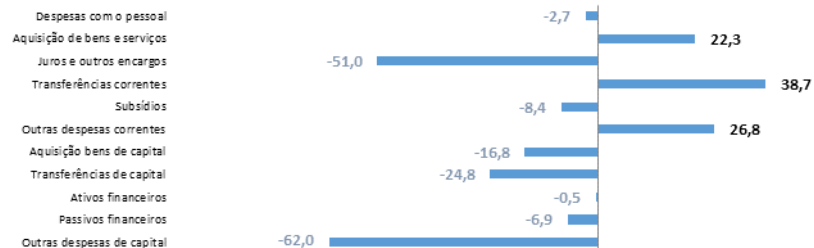
Tabela 16 – RLVT, evolução do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2019

Peso na despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Despesas com o pessoal	35,1	35,2	28,4	34,6	33,3	33,8	32,4	32,1	31,4	31,6	-10,1
Aquisição de bens e serviços	22,2	23,5	23,0	26,9	28,8	28,6	27,7	26,2	24,3	24,4	10,0
Juros e outros encargos	1,1	1,6	1,7	1,4	1,4	1,4	0,9	0,9	1,7	0,5	-55,4
Transferências correntes	7,8	8,2	7,7	8,1	8,5	9,3	9,3	9,4	9,7	10,9	39,6
Subsídios	1,8	1,9	1,7	1,6	1,2	1,0	0,8	1,4	1,8	2,7	45,9
Outras despesas correntes	1,7	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,9	1,2	3,3	1,5	-7,3
Despesas correntes	69,7	71,8	63,8	74,0	74,6	75,5	73,0	71,3	72,2	71,6	2,7
Aquisição bens de capital	17,1	14,9	13,0	14,5	12,1	12,0	13,3	17,2	16,4	17,8	4,3
Transferências de capital	3,7	3,0	2,3	2,4	2,6	2,3	3,2	3,1	2,3	4,7	29,0
Ativos financeiros	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,8	0,7	0,5	0,5	0,3	86,9
Passivos financeiros	7,1	9,2	19,1	8,5	10,0	9,0	9,6	7,5	6,0	5,4	-23,9
Outras despesas de capital	2,3	1,0	1,7	0,6	0,7	0,5	0,3	0,3	2,5	0,2	-91,4
Despesas de capital	30,3	28,2	36,2	26,0	25,4	24,5	27,0	28,7	27,8	28,4	-6,2
Despesa total RLVT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

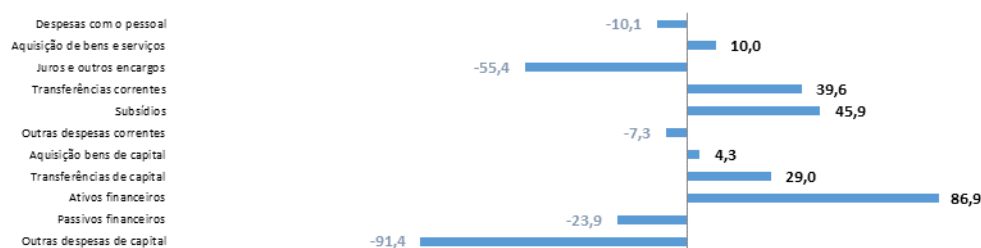
Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 15 – Variação do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2010/2019

PORTUGAL



RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

2.2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS

Ao observar-se o peso dos seguintes agregados de despesa, afere-se:

No conjunto dos municípios portugueses, o peso das despesas com o pessoal no total de despesas municipais, variou entre os 27,5% (ocorrido no ano de 2012) e os 31,1%, registados em 2010. Se considerarmos apenas os 52 municípios da RLVT, a fatia dos gastos com o pessoal variou entre 28,4%, em 2012, e 35,2% registados em 2011.

O peso dos gastos com a aquisição de bens e serviços, segundo maior agregado de despesa, apresentou uma evolução crescente entre 2010 e 2016, variando o intervalo de registos entre os 22,0% gastos em 2010 e os 29,1% em 2016, no conjunto dos municípios portugueses. Considerando apenas os municípios da RLVT, o peso destas despesas variou entre 22,2%, também em 2010, e o peso de 28,8% registado em 2014.

O peso do agregado formado pelo conjunto de transferências correntes e subsídios recebidos, predominantemente crescente ao longo do período, variou entre os 8,0% em 2013 e os 10,5% em 2019, no País, e entre os 9,4% em 2012 e os 13,5% em 2019 na RLVT.

No caso do peso do investimento, direto e indireto, agregado que se posicionou na terceira maior aplicação de despesas, apesar da irregularidade evolutiva, evidencia uma tendência de queda até 2016 no País (peso de 17,4%) e até 2015 no universo da Região (14,3%), com recuperação a partir daí. Contudo não se conseguiu atingir, na globalidade dos municípios do País, em 2019 (22,4%), o peso registado em 2010 (27,4%). Já na Região, o peso daquele agregado ultrapassou em 2019 (22,5%) o peso registado em 2010 (20,7%).

Relativamente ao peso do serviço de dívida no total das despesas pagas (agregado composto pelos juros e outros encargos financeiros, bem como amortização de empréstimos de curto prazo e médio e longo prazo), foi mais alto em 2012 (13,7% no País e 20,8% na RLVT), e mais baixo em 2019, com 7,4% no universo dos municípios portugueses e com 5,9% no conjunto dos municípios da Região.

Tabela 17 – Portugal, evolução do peso da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2019

Peso na despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Despesas com o pessoal	31,1	30,6	27,5	29,2	30,9	30,7	30,2	28,8	29,3	30,3	-2,7
Aquisição de bens e serviços	22,0	23,2	24,4	26,7	28,2	28,4	29,1	27,4	26,6	26,9	22,3
Transferências correntes e subsídios	8,2	8,3	8,1	8,0	8,7	8,6	9,0	9,3	9,5	10,5	27,8
Investimento direto e indireto	27,4	26,0	24,2	24,4	18,9	19,1	17,4	21,8	20,5	22,4	-18,2
Serviço de dívida	8,6	9,8	13,7	9,9	11,2	10,8	11,4	10,1	10,4	7,4	-13,7
Outras despesas	2,6	2,1	2,2	1,8	2,1	2,5	2,9	2,6	3,7	2,4	-6,5
Despesa total Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

Tabela 18 – RLVT, evolução do peso da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2019

Peso na despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Despesas com o pessoal	35,1	35,2	28,4	34,6	33,3	33,8	32,4	32,1	31,4	31,6	-10,1
Aquisição de bens e serviços	22,2	23,5	23,0	26,9	28,8	28,6	27,7	26,2	24,3	24,4	10,0
Transferências correntes e subsídios	9,6	10,1	9,4	9,7	9,7	10,4	10,1	10,8	11,5	13,5	40,8
Investimento direto e indireto	20,7	17,8	15,3	16,9	14,7	14,3	16,5	20,4	18,8	22,5	8,7
Serviço de dívida	8,2	10,9	20,8	9,9	11,4	10,3	10,5	8,4	7,7	5,9	-28,3
Outras despesas	4,1	2,5	3,0	1,9	2,0	2,6	2,8	2,0	6,3	2,0	-50,8
Despesa total RLVT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

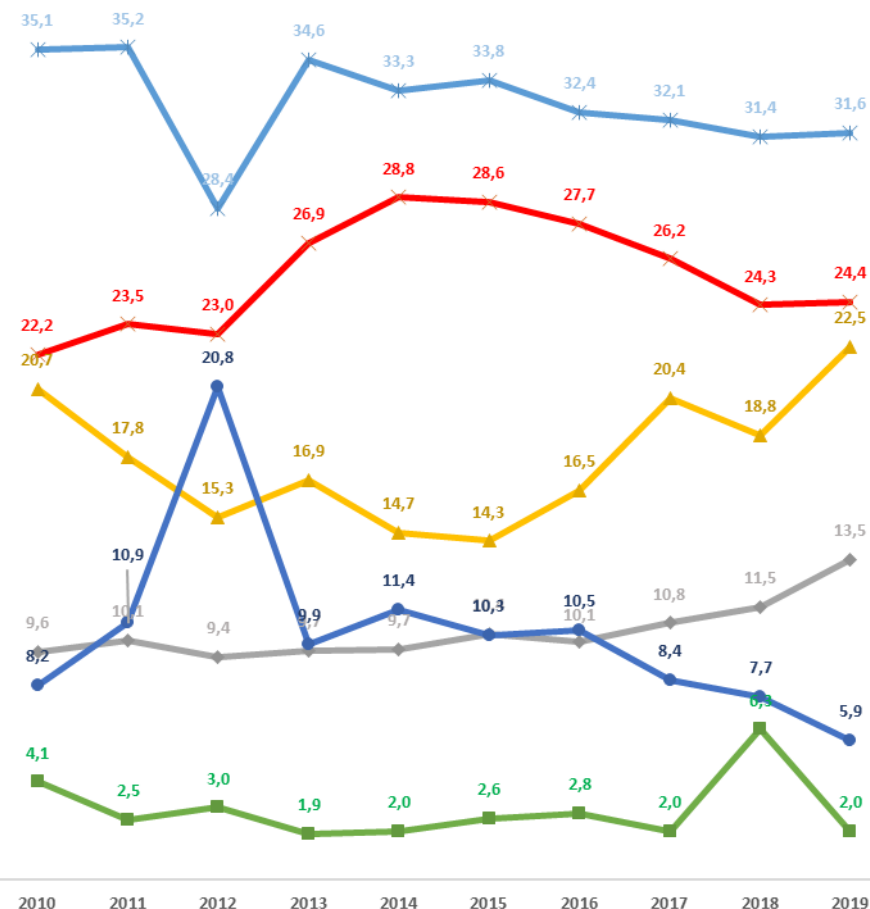
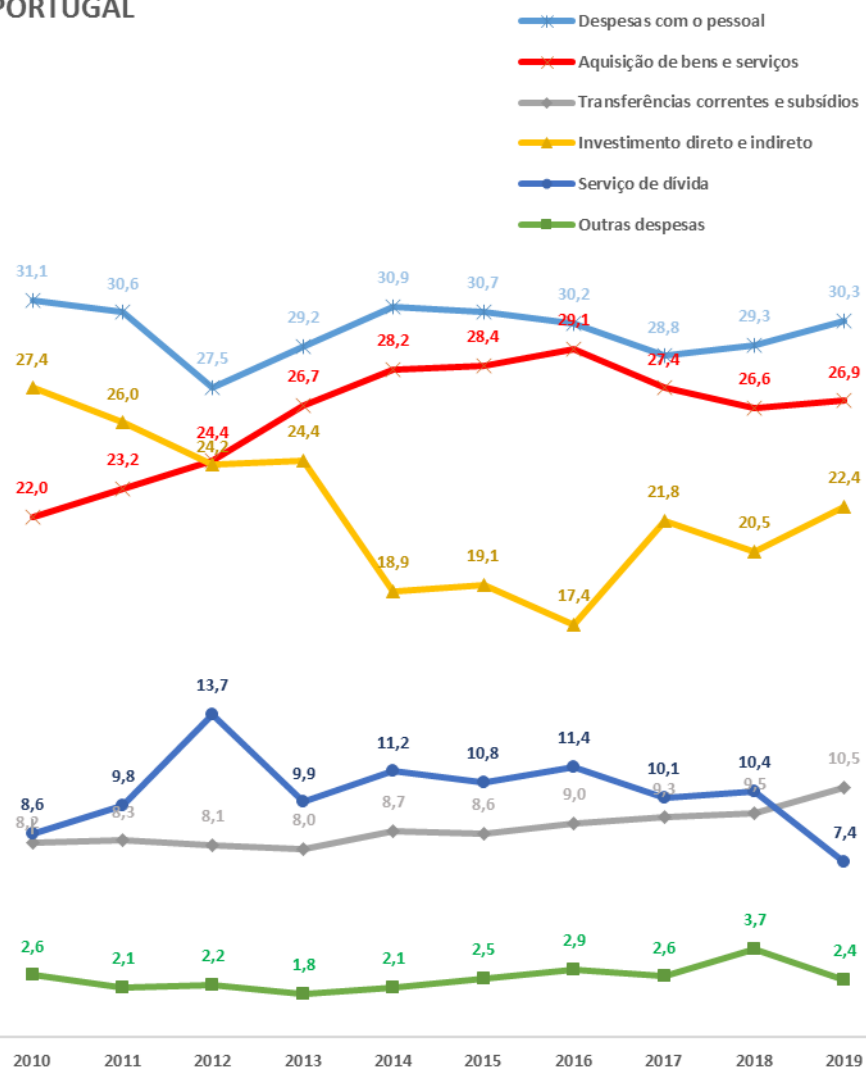
Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 16 – Evolução da estrutura da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2019

Unidade: %

PORTUGAL

RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

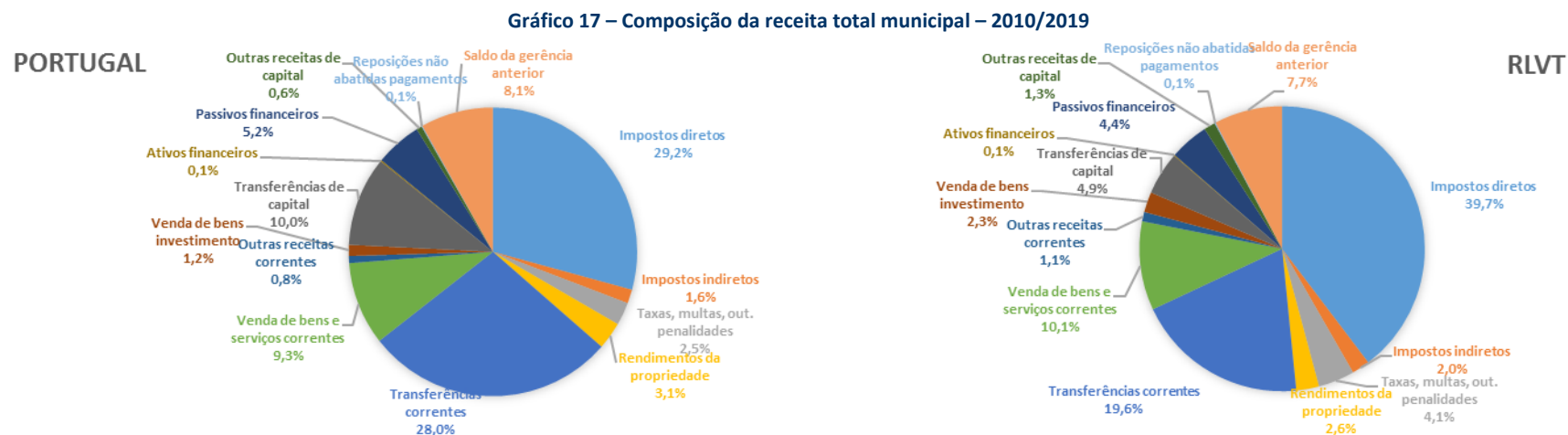
3 – INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA – 2010 A 2019

3.1 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL

O gráfico seguinte evidencia a composição das receitas municipais, por natureza económica, somatório das receitas geradas anualmente, ao longo dos 10 anos em análise, pelo conjunto dos municípios portugueses versus receitas geradas pelos municípios da RLVT. Como se verifica, a composição da receita é muito semelhante entre os dois universos, resultado da “influência” que o peso financeiro e económico

dos municípios da RLVT exerce no todo do País e também devido ao enquadramento legal comum associado à autonomia local.

Destaque para o facto de o peso dos impostos diretos ser significativamente maior na RLVT - 39,7% do total de receitas municipais, sendo esse peso de 29,2% no País.



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Já o conjunto das transferências correntes recebidas, essencialmente do Orçamento de Estado, registam um maior peso no caso do universo global dos municípios portugueses (28,0 % versus 19,6%), revelando-se semelhante tendência nas transferências de capital recebidas, essencialmente oriundas do Orçamento de Estado e Fundos

Comunitários (10,0% no País e 4,9% na Região) ²³. O peso das receitas arrecadadas através dos passivos financeiros foi de 5,2% e de 4,4%, respetivamente no País e na RLVT, enquanto o saldo da gerência anterior rondou os 8% do total das receitas municipais para os dois universos.

²³ REFIRA-SE QUE DEVIDO AOS CRITÉRIOS DEFINIDOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DO OE PELAS LEIS DAS FINANÇAS LOCAIS E LEIS ANUAIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO, HÁ MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA QUE NÃO RECEBEM A COMPONENTE RELATIVA AO FEF (LISBOA DESDE 2010, CASCAIS DESDE 2011 E OEIRAS DESDE 2012). ACRESCE-SE QUE RELATIVAMENTE À RLVT AS NUT III QUE A COMPÕEM NÃO TÊM TODAS A MESMA CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DEFINIDOS PELO EUROSAT RELATIVAMENTE AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DAS REGIÕES

(AML É CONSIDERA COMO REGIÃO MAIS DESENVOLVIDA, ENQUANTO QUE AS RESTANTES SE ENCONTRAM CLASSIFICADAS COMO REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS), O QUE TEM IMPACTO NO ACESSO AOS FUNDOS ESTRUTURAIS E CONSEQUENTEMENTE NAS TRANSFERÊNCIAS DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS.

3.2 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL

A forma como foram aplicadas as fontes de financiamento municipais, tendo por base o horizonte temporal em estudo, revela-se também genericamente idêntica, quando comparados os dois universos em análise neste trabalho.

As despesas com o pessoal absorvem quase 1/3 dos gastos (29,8% no País e 32,7% na RLVT, peso algo superior) e a aquisição de bens e serviços representa 1/4 do total de despesas municipais (26,3% no País e 25,5% na RLVT).

Ao nível das transferências efetuadas para outras entidades a “balança” pende ligeiramente mais para o conjunto dos municípios da RLVT (peso de 11,9% versus peso

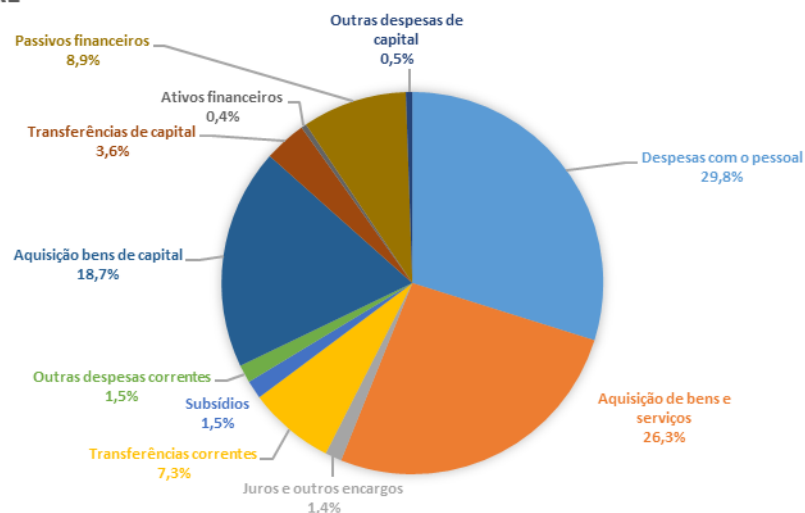
de 10,9% no País), acontecendo o oposto com a aquisição de bens de capital, direcionada para o investimento direto, peso de 18,7% no País e de 14,9% na Região.

O peso dos passivos financeiros, ou seja, os gastos ocorridos com a amortização de empréstimos, ronda os 8,9% no País e os 9,1% na Região.

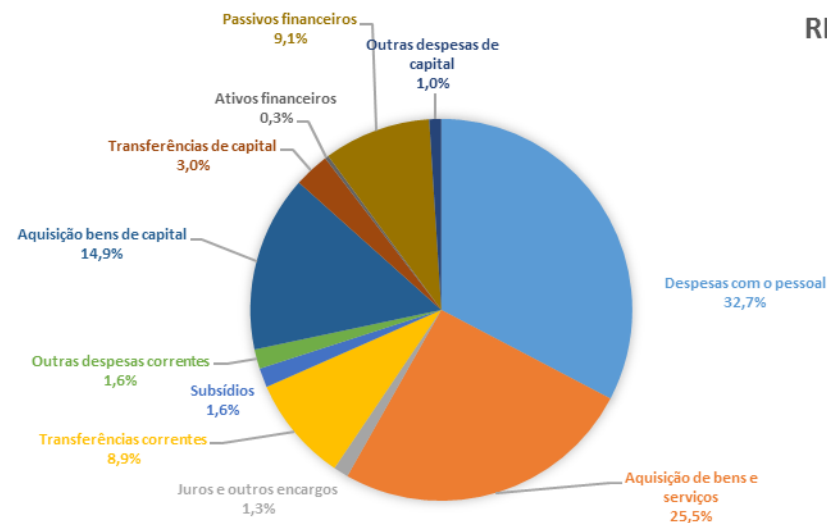
Adicionando os juros e outros encargos pagos ao longo dos 10 anos em análise, por recurso ao crédito, reflete-se o serviço de dívida que, no caso português, representa um peso de 10,3% do total de despesas municipais, sendo o peso de 10,4%, muito semelhante, no caso da RLVT.

Gráfico 18 – Composição da despesa total municipal – 2010/2019

PORTUGAL



RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

3.3 – INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Este rácio relaciona as receitas próprias com as receitas totais. Considera-se haver independência financeira quando este rácio for superior a pelo menos 50%.

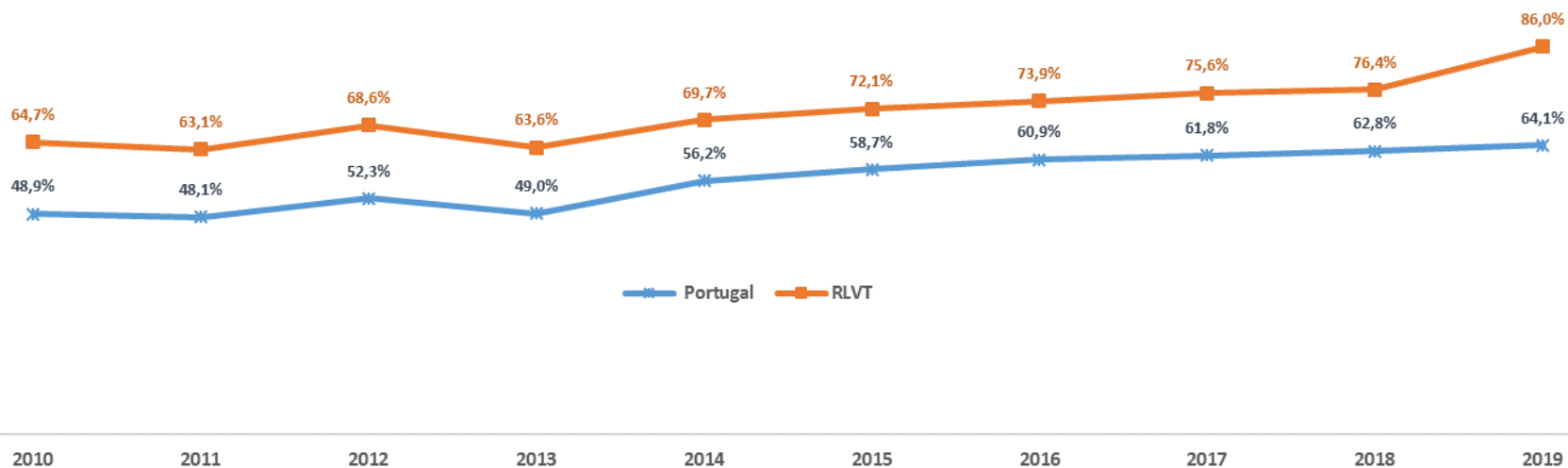
O gráfico seguinte evidencia a tendência evolutiva, predominantemente crescente, comum entre os dois universos de municípios, sendo que o rácio de independência financeira refletiu descidas em 2011 e 2013.

Ainda assim, a linha evolutiva revelada pelos municípios da RLVT, quase que paralela à do conjunto de municípios portugueses, revelou sempre melhores rácios de

independência financeira, sempre acima dos 50% ao longo do período em apreço, variando entre os 63,1% (2011) e os 86,0%, melhor rácio revelado no ano de 2019.

No caso do conjunto dos municípios portugueses, com exceção de 2012, o rácio de independência financeira só se revelou positivo (maior que 50%) a partir de 2014, variando entre os 48,1% de 2011 e os 64,1% registados em 2019.

Gráfico 19 – Evolução do índice de independência financeira – 2010 a 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

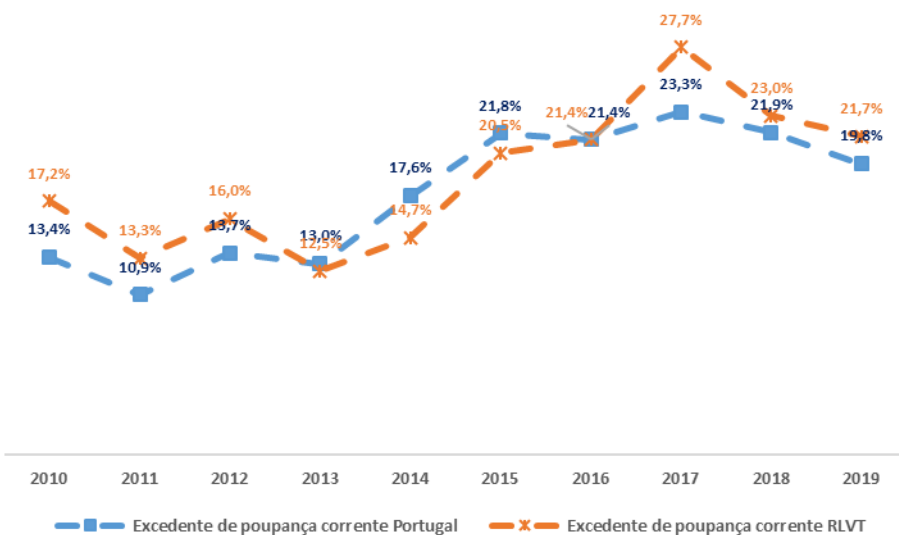
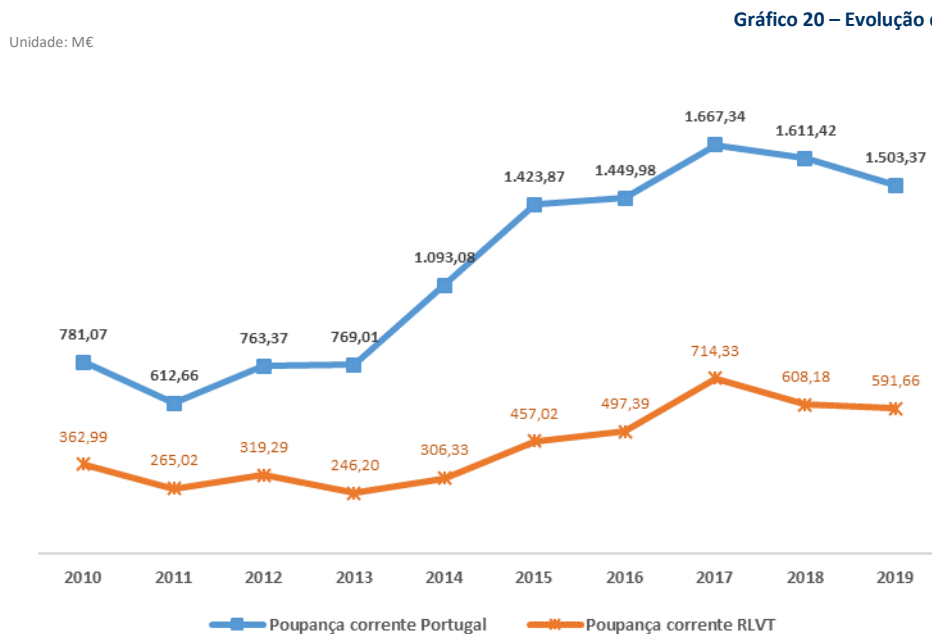
3.4 – POUPANÇA CORRENTE

Este rácio caracteriza o excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potencializador de uma maior capacidade em investir, podendo ser medido em valores absolutos ou em valores percentuais. Neste caso, ao medir-se a proporção das receitas correntes face ao valor pago de despesas correntes, resulta a percentagem de excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes.

Constata-se que, tanto no conjunto dos municípios portugueses, como em particular no grupo de municípios da RLVT, há uma tendência crescente da poupança corrente, com descidas pontuais em 2011, 2018 e 2019 (também em 2013 no caso da RLVT).

O excedente de poupança corrente foi superior no País entre 2013 e 2015, variando entre os 13,0% e os 21,8%. Já na Região a capacidade de gerar poupança corrente foi maior entre 2010 e 2013 (apesar das descidas e subidas anuais alternadas) e entre 2017 e 2019, apesar da descida de 27,7% para 21,7%. Em 2016 o excedente de poupança corrente foi semelhante nos dois universos em estudo (21,4%).

O melhor rácio no País e na Região aconteceu em 2017, respetivamente excedente de 23,3% e de 27,7%.



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL – O PAÍS E A RLVT

4 – ANÁLISE EVOLUTIVA DO BALANÇO – 2010 A 2019

O Balanço é um dos principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial e reflete a posição económica e financeira das autarquias locais, designadamente dos municípios, num determinado momento.

Esta demonstração financeira é composta pelo ativo, passivo e fundos próprios, que representam respetivamente, as aplicações dos fundos (ativo) e as origens dos fundos (passivo e fundos próprios).

O POCAL define vários princípios contabilísticos fundamentais para a compreensão da informação constante do Balanço, dos quais se podem destacar:

- Princípio da especialização (ou do acréscimo), em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem;
- Princípio do custo histórico, segundo o qual os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção;
- Princípio da continuidade, de acordo com o qual se considera que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada;
- Princípio da não compensação, que determina que os elementos das rubricas do ativo e do passivo são apresentados em separado, não podendo ser compensados

O cumprimento dos princípios contabilísticos é essencial para garantir rigor e comparabilidade na informação contabilística por parte dos *stakeholders*, sejam eles as entidades que acompanham e controlam a contabilidade autárquica, como o Tribunal de Contas, ou os cidadãos em geral.

Os municípios estão obrigados a apresentar, em sede de prestação de contas, o mapa do Balanço.

A análise assenta nos elementos que constituem a estrutura dos balanços aprovados pelos respetivos órgãos autárquicos, entre 2010 e 2019.

²⁴ Os PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS CONSTAM DO PONTO 3.2 - PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS DO POCAL.

4.1 – ATIVO

Da análise das componentes do ativo, entre 2010 e 2019 ²⁵, salientam-se os seguintes aspetos:

- O ativo líquido aumentou +2.287,89 M€, correspondente a uma variação de +5,7%, no conjunto dos municípios portugueses, sendo que +754,78 M€ (+6,2%) foram registados pelos municípios da RLVT, revelando uma tendência genericamente crescente;
- O ativo líquido municipal em Portugal ascendeu, a 31 de dezembro de 2019, aos 42.147,03 M€ dos quais 12.963,26 M€ foram registados pelos municípios da RLVT;
- Tanto no País quanto na RLVT verificou-se um aumento em todas as componentes dos seus ativos, comparando 2010 com 2019, à exceção das existências, contas a receber (neste caso apenas País) e custos diferidos;
- No País, no conjunto dos 10 anos em análise, o ativo imobilizado representou sempre mais de 90% do ativo bruto, embora com tendência de queda (95% versus 91,8%). Na Região a tendência de queda foi maior, passando de um peso de 93,2% em 2010 para 87,0%, em 2019;
- O imobilizado corpóreo, maior componente do ativo imobilizado, representou um peso médio anual no ativo bruto de 46,6% no País e 52,5% na Região, superando o peso médio dos bens do domínio público (42,9% e 33,4%, respetivamente), ambos revelando descidas entre 2010 e 2019;
- As contas a receber, que representaram em média 2,2% e 3,3% do ativo bruto, respetivamente no País e na RLVT, desceram significativamente, correspondendo a um menor volume de dívidas aos municípios;
- O saldo de depósitos em instituições financeiras e caixa em 31 de dezembro tem vindo a crescer de forma contínua - valor médio de 2,3% (País) e 3,2% (RLVT) no período em análise, atingindo em 2019 um peso no ativo bruto de 3,9% (País) e 6,6% (RLVT). O aumento, em termos absolutos, foi significativo, +1.942,74 M€ (País) e +953,41 M€ (RLVT);
- As amortizações acumuladas no final de cada exercício foram sempre crescentes (+12.549,14 M€ no País, dos quais +2.811,22 M€ na Região), justificado pelo imobilizado bruto e pelo envelhecimento natural dos equipamentos.

Tabela 19 – Portugal, evolução do ativo nos municípios – 2010 a 2019

Ativos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Ativo imobilizado bruto	47.655,68	49.006,15	50.012,57	51.670,66	52.543,58	54.246,76	55.197,41	56.813,92	58.281,48	59.782,12	12.126,44	25,4
<i>Bens do domínio público</i>	21.884,20	22.882,23	23.148,20	23.840,53	23.950,71	24.637,88	25.225,76	26.056,45	26.785,72	27.453,28	5.569,08	25,4
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	227,32	253,75	272,59	281,94	295,48	334,72	348,92	362,59	354,38	365,19	137,87	60,6
<i>Imobilizado corpóreo</i>	23.858,03	24.055,39	24.784,47	25.699,24	26.435,82	27.279,45	27.590,76	28.254,77	29.068,38	29.821,69	5.963,65	25,0
<i>Investimentos financeiros</i>	1.686,12	1.814,77	1.807,31	1.848,95	1.861,57	1.994,71	2.031,98	2.140,11	2.072,99	2.141,96	455,84	27,0
Existências	121,79	137,96	131,87	112,72	104,26	101,98	105,11	105,52	105,26	85,50	-36,28	-29,8
Contas a receber	1.221,10	1.330,69	1.250,01	1.431,73	1.298,87	1.275,30	1.214,63	1.068,23	1.019,19	1.063,93	-157,17	-12,9
Títulos negociáveis	13,65	15,55	15,72	9,33	6,86	6,70	9,94	16,56	23,06	24,81	11,16	81,8
Depósitos em instituições financeiras e caixa	597,06	667,69	762,26	876,64	1.019,63	1.329,30	1.624,00	1.916,63	2.135,62	2.539,80	1.942,74	325,4
Acréscimo de proveitos	410,24	479,29	567,55	720,97	1.053,52	1.136,68	1.433,35	1.429,47	1.549,56	1.616,81	1.206,57	294,1
Custos diferidos	128,60	104,74	85,83	57,61	61,89	40,08	49,55	55,21	48,25	41,28	-87,33	-67,9
Total ativo bruto	50.148,12	51.742,07	52.825,81	54.879,66	56.088,61	58.136,79	59.634,00	61.405,54	63.162,42	65.154,24	15.006,12	29,9
Amortizações	10.006,25	11.175,75	12.440,30	13.746,23	15.217,61	16.602,86	18.145,94	19.601,59	21.167,04	22.555,39	12.549,14	125,4
Provisões	282,33	316,16	317,89	367,51	491,84	490,77	504,09	446,75	446,40	450,50	168,16	59,6
Total ativo líquido Portugal	39.859,13	40.249,73	40.067,16	40.765,45	40.378,97	41.042,97	40.983,96	41.357,20	41.548,99	42.147,03	2.287,89	5,7

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

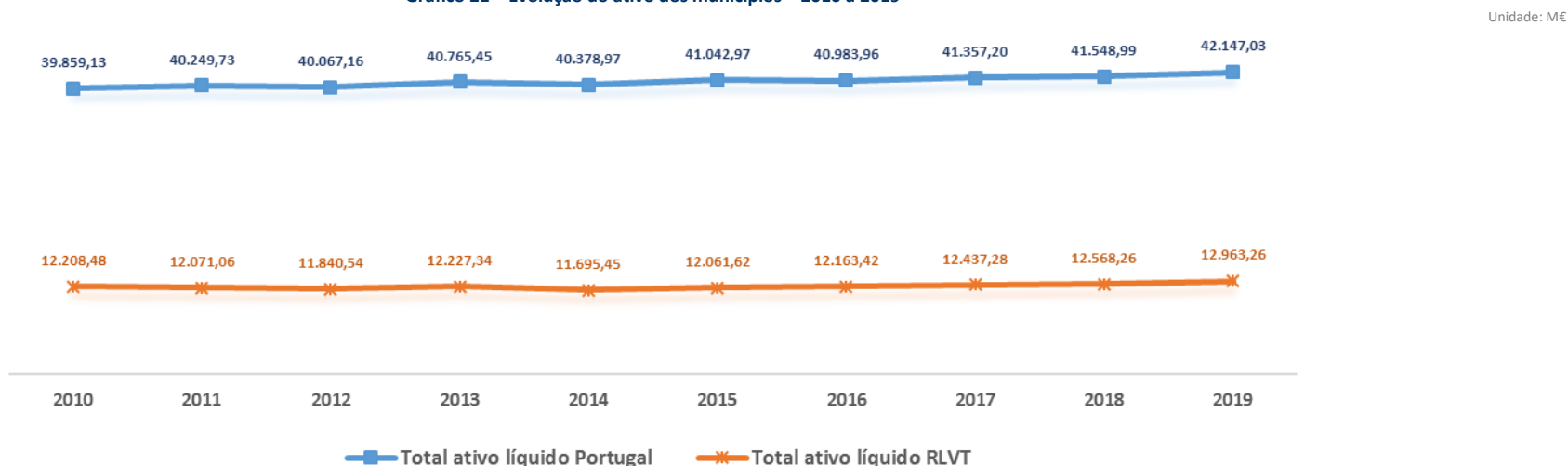
²⁵ RELATIVAMENTE AO UNIVERSO NACIONAL, O VALOR DO ATIVO IMOBILIZADO BRUTO, RELATIVAMENTE AO ANO DE 2017, FOI ATUALIZADO FACE AO ESTUDO ANTERIOR, COM REPERCUSSÃO SOBRE O TOTAL DO ATIVO BRUTO E TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO.

Tabela 20 – RLVT, evolução do ativo nos municípios – 2010 a 2019

Ativos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Ativo imobilizado bruto	13.382,94	13.439,35	13.515,17	13.839,32	13.666,69	14.123,97	14.366,56	14.841,40	15.248,25	15.639,69	2.256,76	16,9
<i>Bens do domínio público</i>	4.776,47	5.222,10	5.111,78	5.151,63	4.915,79	5.089,76	5.277,48	5.523,42	5.632,79	5.791,08	1.014,60	21,2
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	82,02	90,29	95,32	97,49	106,21	111,52	116,01	121,46	108,06	113,23	31,21	38,1
<i>Imobilizado corpóreo</i>	8.043,23	7.575,01	7.761,55	8.005,43	8.100,71	8.329,10	8.366,73	8.503,06	8.804,37	9.027,18	983,95	12,2
<i>Investimentos financeiros</i>	481,22	551,95	546,53	584,77	543,98	593,58	606,34	693,46	703,02	708,21	226,99	47,2
Existências	42,25	58,36	58,82	39,99	43,55	42,61	42,34	41,26	41,06	18,83	-23,42	-55,4
Contas a receber	448,89	487,05	452,87	740,65	531,93	522,46	551,09	488,95	439,99	468,55	19,66	4,4
Títulos negociáveis	2,63	1,84	2,42	3,42	1,80	4,55	7,35	16,55	23,05	24,10	21,47	816,1
Depósitos em instituições financeiras e caixa	224,09	245,70	267,83	287,17	327,43	490,30	524,43	758,49	866,06	1.177,49	953,41	425,5
Acréscimo de proveitos	200,60	220,09	228,91	291,10	426,90	466,91	586,80	586,13	612,99	630,29	429,70	214,2
Custos diferidos	53,14	33,12	24,02	22,70	27,29	13,44	23,62	29,88	22,74	16,74	-36,40	-68,5
Total ativo bruto	14.354,52	14.485,50	14.550,04	15.224,35	15.025,59	15.664,24	16.102,19	16.762,66	17.254,13	17.975,69	3.621,17	25,2
Amortizações	1.972,13	2.233,75	2.527,77	2.779,04	3.127,77	3.394,78	3.727,25	4.105,87	4.458,53	4.783,35	2.811,22	142,5
Provisões	173,91	180,68	181,72	217,97	202,37	207,84	211,52	219,51	227,35	229,08	55,17	31,7
Total ativo líquido RLVT	12.208,48	12.071,06	11.840,54	12.227,34	11.695,45	12.061,62	12.163,42	12.437,28	12.568,26	12.963,26	754,78	6,2

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 21 – Evolução do ativo dos municípios – 2010 a 2019



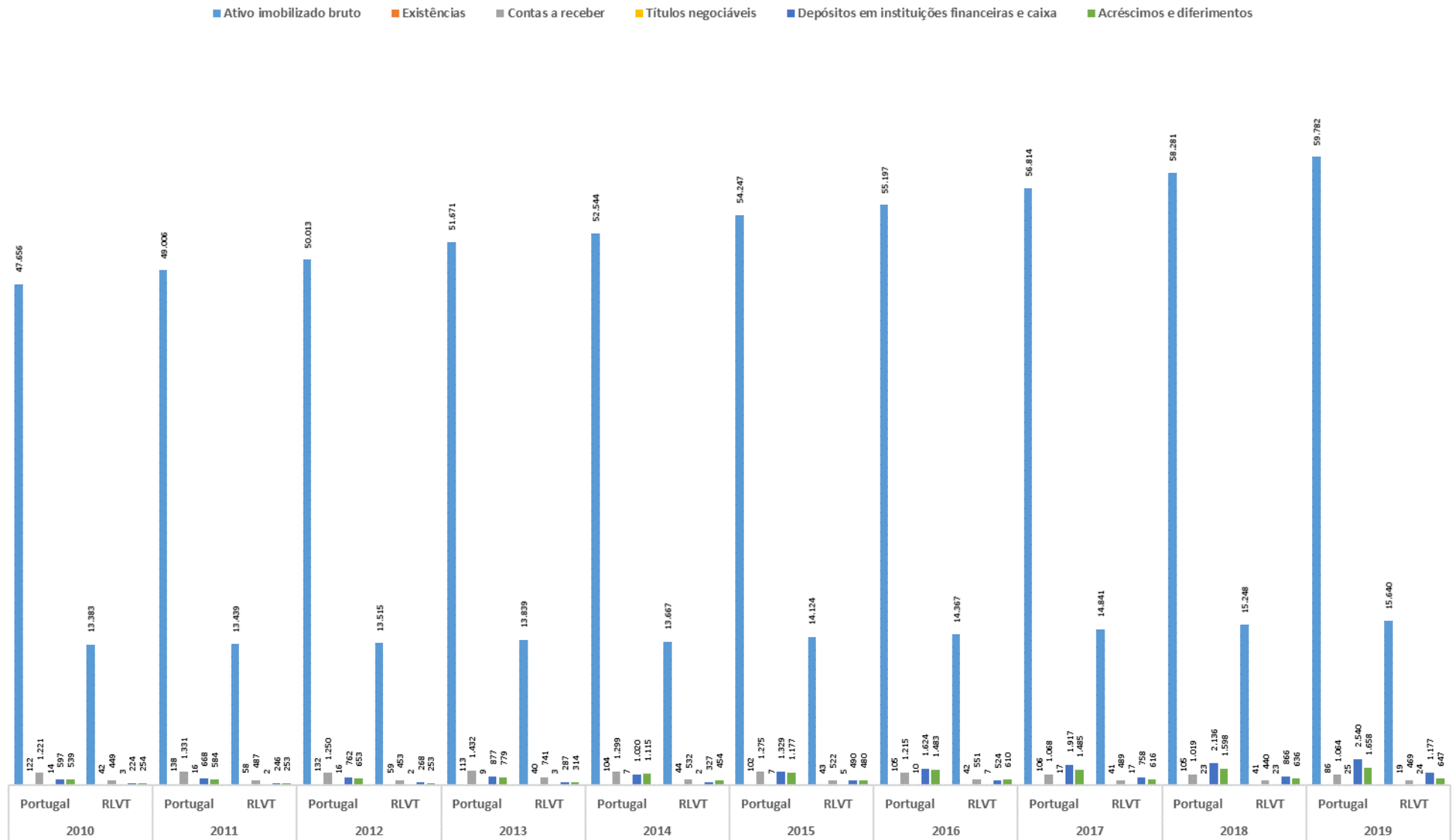
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

- Entre 2010 e 2019, a variação de +5,7% (País) e de +6,2% (RLVT) relativa ao ativo líquido total, resultou, maioritariamente, do acréscimo do ativo imobilizado bruto (+25,4% e +16,9%, respetivamente no País e na Região), em especial nos bens do

domínio público, imobilizado corpóreo em curso e investimentos financeiros, bem como subida dos depósitos em instituições financeiras e caixa.

Gráfico 22 – Evolução dos principais componentes do ativo bruto – 2010 a 2019

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 21 – Portugal, evolução do peso das componentes no ativo bruto – 2010 a 2019

Unidade: %

Peso no ativo bruto	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Ativo imobilizado bruto	95,0	94,7	94,7	94,2	93,7	93,3	92,6	92,5	92,3	91,8	-3,4
<i>Bens do domínio público</i>	43,6	44,2	43,8	43,4	42,7	42,4	42,3	42,4	42,4	42,1	-3,4
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	23,6
<i>Imobilizado corpóreo</i>	47,6	46,5	46,9	46,8	47,1	46,9	46,3	46,0	46,0	45,8	-3,8
<i>Investimentos financeiros</i>	3,4	3,5	3,4	3,4	3,3	3,4	3,4	3,5	3,3	3,3	-2,2
Existências	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	-46,0
Contas a receber	2,4	2,6	2,4	2,6	2,3	2,2	2,0	1,7	1,6	1,6	-32,9
Títulos negociáveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39,9
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1,2	1,3	1,4	1,6	1,8	2,3	2,7	3,1	3,4	3,9	227,4
Acréscimos e diferimentos	1,1	1,1	1,2	1,4	2,0	2,0	2,5	2,4	2,5	2,5	136,8
Peso no total ativo bruto Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 22 – RLVT, evolução do peso das componentes no ativo bruto – 2010 a 2019

Unidade: %

Peso no ativo bruto	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Ativo imobilizado bruto	93,2	92,8	92,9	90,9	91,0	90,2	89,2	88,5	88,4	87,0	-6,7
<i>Bens do domínio público</i>	33,3	36,1	35,1	33,8	32,7	32,5	32,8	33,0	32,6	32,2	-3,2
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	10,2
<i>Imobilizado corpóreo</i>	56,0	52,3	53,3	52,6	53,9	53,2	52,0	50,7	51,0	50,2	-10,4
<i>Investimentos financeiros</i>	3,4	3,8	3,8	3,8	3,6	3,8	3,8	4,1	4,1	3,9	17,5
Existências	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1	-64,4
Contas a receber	3,1	3,4	3,1	4,9	3,5	3,3	3,4	2,9	2,6	2,6	-16,6
Títulos negociáveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	631,5
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1,6	1,7	1,8	1,9	2,2	3,1	3,3	4,5	5,0	6,6	319,6
Acréscimos e diferimentos	1,8	1,7	1,7	2,1	3,0	3,1	3,8	3,7	3,7	3,6	103,6
Peso no total ativo bruto RLVT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

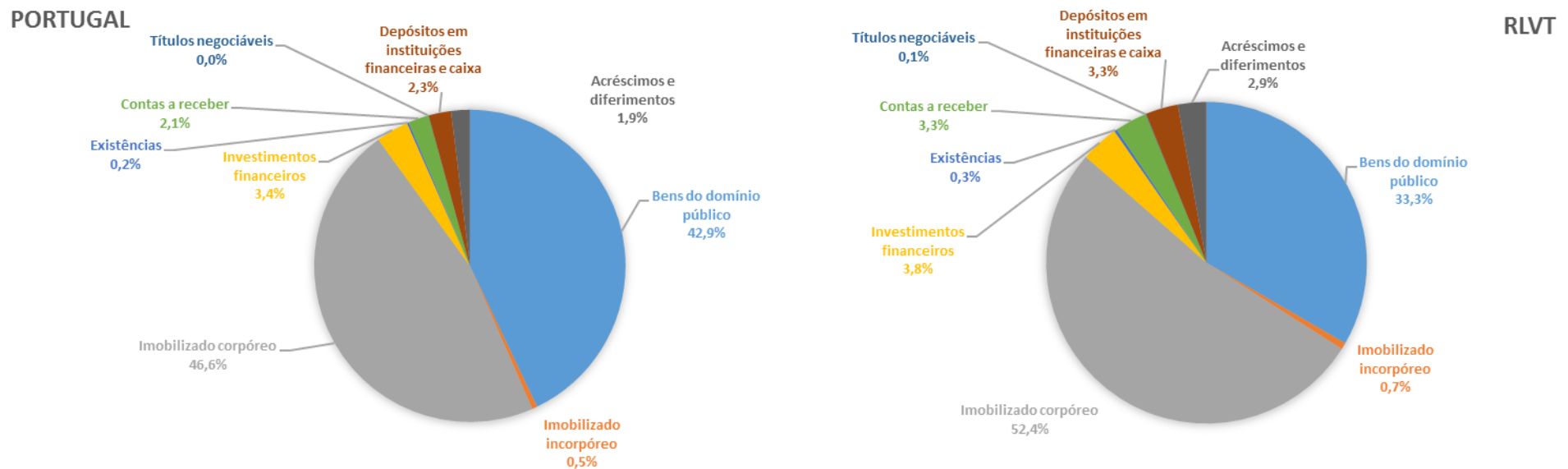
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT

Comparando a composição do ativo bruto do conjunto de todos os municípios portugueses e, em particular dos que pertencem à área territorial da RLVT, tendo por base a soma anual de todos os ativos, entre 2010 e 2019, constata-se:

- No País, o peso do imobilizado corpóreo foi de 46,6% enquanto que na Região ele foi significativamente maior (52,4%);
- A posição diferente no caso dos bens de domínio público, 42,9% no País, superior ao peso de 33,3% na RLVT;

- O peso dos investimentos financeiros de 3,4%, no País, e de 3,8 % na Região;
- O peso das contas a receber foi de 2,1% e de 3,3%, respetivamente no País e na Região;
- O peso dos depósitos em instituições financeiras e caixa foi de 2,3% e de 3,3%, respetivamente no País e na Região.

Gráfico 23 – Estrutura do ativo bruto – 2010 / 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

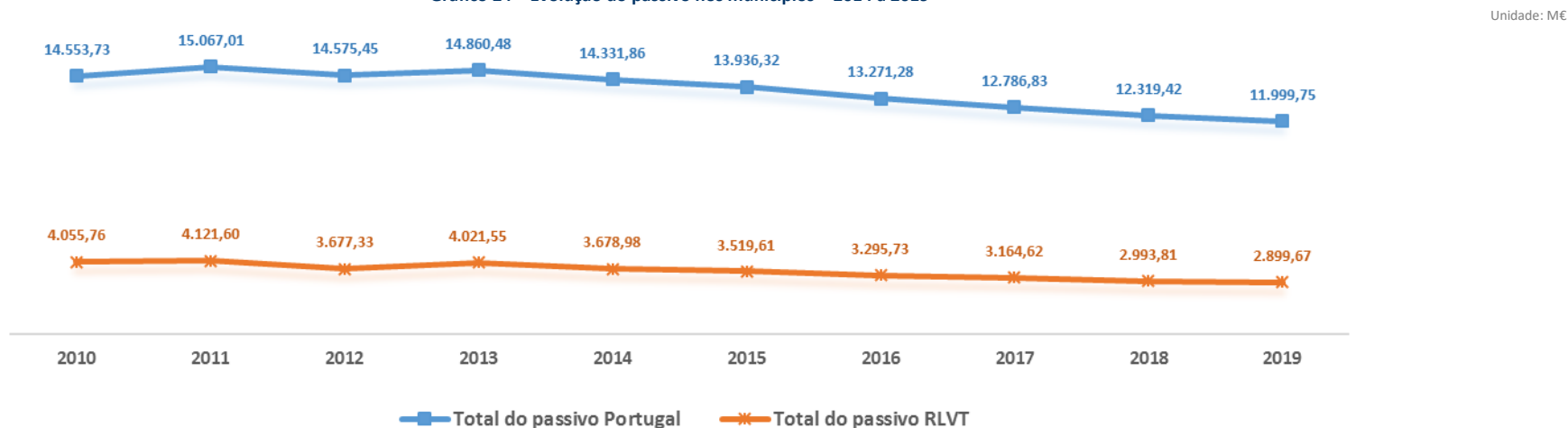
4.2 – PASSIVO

Da análise da evolução dos principais componentes do passivo do universo dos municípios do País e, em particular, da RLVT salienta-se o seguinte:

- Entre 2010 e 2019, o passivo total registou uma redução de -17,5% no País e de -28,5% na RLVT, correspondente a uma redução de -2.553,98 M€ e de -1.156,08 M€, respetivamente, resultado de decréscimos ocorridos ao longo do período;

- A 31 de dezembro de 2019 o passivo municipal era de 11.999,75 M€ no País e de 2.899,67 M€ na RLVT, atingindo a dívida exigível, respetivamente, o valor de 3.916,13 M€ e de 1.141,92 M€ em cada um dos universos em estudo.

Gráfico 24 – Evolução do passivo nos municípios – 2014 a 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 23 – Portugal, evolução do passivo nos municípios – 2010 a 2019

Passivos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Total dívida exigível	8.064,81	7.926,84	6.831,24	6.719,85	6.234,38	5.783,32	5.123,45	4.697,84	4.237,66	3.916,13	-4.148,68	-51,4
Provisões para riscos e encargos	774,68	768,91	836,72	921,04	810,35	823,09	954,10	1.012,14	980,67	949,58	174,90	22,6
Acréscimos de custos	380,55	306,79	331,02	415,54	432,75	429,63	468,65	466,12	519,54	535,66	155,11	40,8
Proveitos diferidos	5.333,69	6.064,47	6.576,47	6.804,06	6.854,38	6.900,28	6.725,08	6.610,73	6.581,56	6.598,38	1.264,69	23,7
Total passivo Portugal	14.553,73	15.067,01	14.575,45	14.860,48	14.331,86	13.936,32	13.271,28	12.786,83	12.319,42	11.999,75	-2.553,98	-17,5

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 24 – RLVT, evolução do passivo nos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€

Passivos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Total dívida exigível	2.459,32	2.454,35	1.861,78	2.119,42	1.951,79	1.821,91	1.561,31	1.350,54	1.241,58	1.141,92	-1.317,40	-53,6
Provisões para riscos e encargos	583,88	551,33	566,57	601,28	421,08	388,14	431,00	494,03	413,86	405,40	-178,48	-30,6
Acréscimos de custos	148,83	109,69	131,37	155,14	156,25	146,05	149,93	162,91	187,00	186,29	302,34	25,2
Proveitos diferidos	863,73	1.006,22	1.117,61	1.145,70	1.149,86	1.163,51	1.153,49	1.157,14	1.151,37	1.166,07	302,34	35,0
Total passivo RLVT	4.055,76	4.121,60	3.677,33	4.021,55	3.678,98	3.519,61	3.295,73	3.164,62	2.993,81	2.899,67	-1.156,08	-28,5

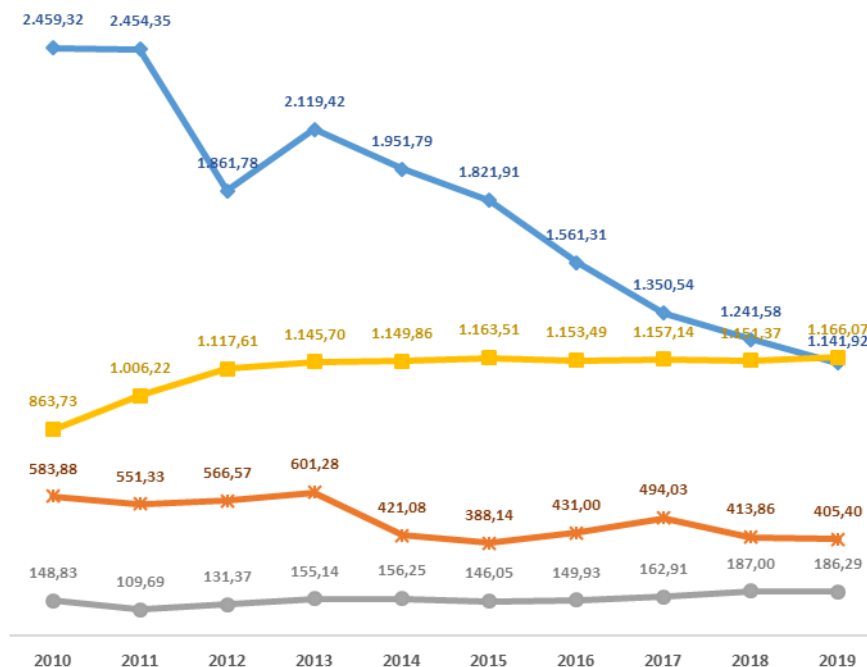
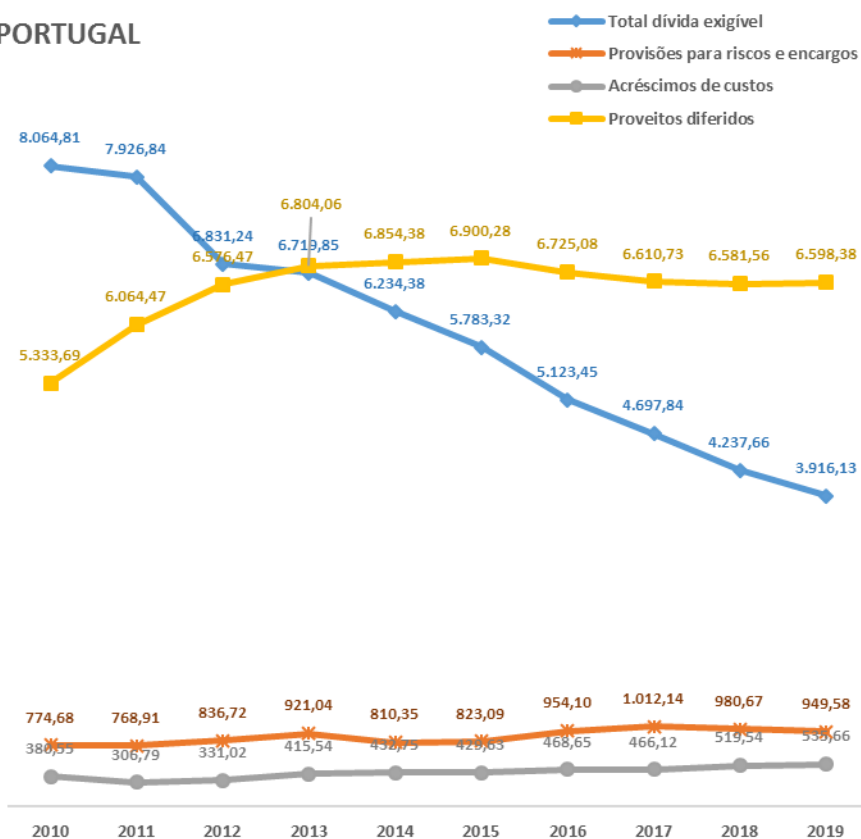
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 25 – Evolução dos principais agregados do passivo dos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€

PORTUGAL

RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

- Na RLVT, contrariamente ao que acontece no conjunto do País, não obstante as sucessivas limitações impostas à dívida dos municípios pelos regimes jurídicos das finanças locais específicos do subsetor da administração local, pela lei de enquadramento orçamental ou pelas leis do Orçamento do Estado, a dívida exigível de terceiros constitui ainda a maior componente do passivo, embora com um diferencial tendencialmente menor. No País os proveitos diferidos ultrapassaram a dívida exigível a partir de 2013, mas na Região estiveram sempre abaixo da dívida exigível, à exceção de 2019;
- A dívida exigível no País, média anual dos últimos 10 anos, ascendeu aos 5.953,55 M€ (peso médio anual de 42,7%). Na Região a média anual foi de 1.796,39 M€ (49,9% do passivo). Em termos de valores absolutos, estes passivos diminuíram (-51,4% e -53,6%, respetivamente), sendo que em 2019 confirmou-se o comportamento positivo dos municípios, traduzido numa diminuição contínua da dívida a terceiros desde 2010 no País e desde 2013 na RLVT;
- As provisões para riscos e encargos, representando em média, 6,5% e 13,7% do total do passivo do País e da RLVT, ao longo dos 10 anos, evidenciaram em 2019, face a 2010, uma subida do seu peso no País (+48,7%) e uma descida em -2,9%, na Região. Na RLVT, embora se tenha registado um crescimento entre 2015 e 2017, as subseqüentes descidas não permitiram alcançar os valores de 2010.
- A tendência contínua de crescimento registada pelos proveitos diferidos ²⁶ até 2015, não se confirmou nem em 2016 nem em 2018 (e no País também em 2017), o que poderá estar associado com a aprovação/execução dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários e conseqüente menor atribuição de subsídios ao investimento aos municípios nesta fase. Em 2019 aqueles proveitos voltaram a crescer, tanto no País, quanto na Região;
- No País, os proveitos diferidos, com uma média anual dos últimos 10 anos de 6.504,91 M€ (peso médio anual de 47,6%), ultrapassaram a dívida exigível. Na Região a média anual foi de 1.107,47 M€ (31,9% do passivo).

Tabela 25 – Portugal, evolução do peso dos principais agregados do passivo – 2010 a 2019

Unidade: %

Passivos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019 (%)
Total dívida exigível	55,4	52,6	46,9	45,2	43,5	41,5	38,6	36,7	34,4	32,6	-41,1
Provisões para riscos e encargos	5,3	5,1	5,7	6,2	5,7	5,9	7,2	7,9	8,0	7,9	48,7
Acréscimos de custos	2,6	2,0	2,3	2,8	3,0	3,1	3,5	3,6	4,2	4,5	70,7
Proveitos diferidos	36,6	40,2	45,1	45,8	47,8	49,5	50,7	51,7	53,4	55,0	50,0
Total peso passivo Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 26 – RLVT, evolução do peso dos principais agregados do passivo – 2010 a 2019

Unidade: %

Passivos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019 (%)
Total dívida exigível	60,6	59,5	50,6	52,7	53,1	51,8	47,4	42,7	41,5	39,4	-35,1
Provisões para riscos e encargos	14,4	13,4	15,4	15,0	11,4	11,0	13,1	15,6	13,8	14,0	-2,9
Acréscimos de custos	3,7	2,7	3,6	3,9	4,2	4,1	4,5	5,1	6,2	6,4	75,1
Proveitos diferidos	21,3	24,4	30,4	28,5	31,3	33,1	35,0	36,6	38,5	40,2	88,8
Total peso passivo RLVT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

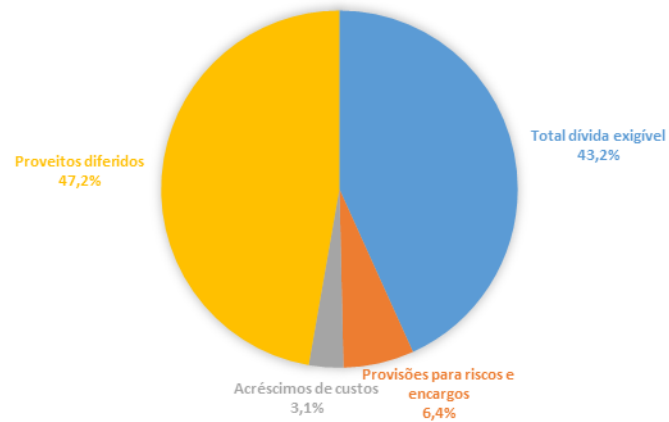
²⁶ COMO PROVEITOS DIFERIDOS (CONTA 274 DO POCAL) REGISTAM-SE OS PROVEITOS QUE DEVAM SER RECONHECIDOS NOS EXERCÍCIOS SEQUINTESES, COMO SEJAM AS RENDAS RECEBIDAS ADIANTADAMENTE, AS FATURAS EMITIDAS SOBRE PRODUTOS A FORNECER OU SERVIÇOS A PRESTAR NOS ANOS SEQUINTESES OU OS SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS.

Comparando o resultado da soma dos passivos registados à data de 31 de dezembro, entre 2010 e 2019, no conjunto dos municípios do País e da RLVT, constata-se:

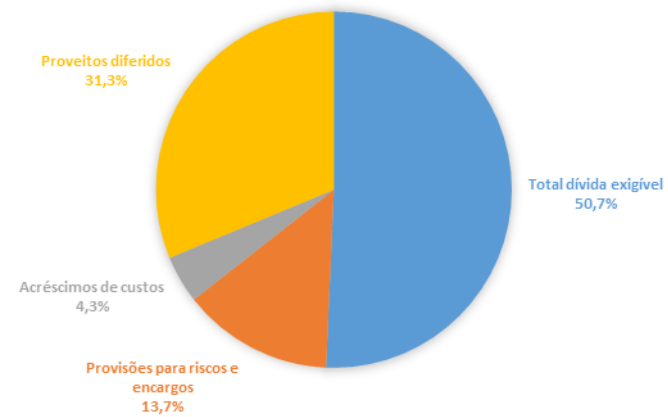
- No País, o peso da dívida exigível (43,2%) é significativamente menor que o peso registado no conjunto dos 52 municípios da RLVT (50,7%).
- O mesmo sucede com as provisões para riscos e encargos, peso de 6,4% no País e de 13,7% na Região;
- O mesmo não acontece com os proveitos diferidos em que o seu peso, no total do passivo no País (47,2%) é maior que no caso da RLVT (31,3%). Realce também para o facto de, no conjunto dos municípios portugueses o peso dos proveitos diferidos ser maior que o peso da dívida exigível, situação que não acontece na RLVT;
- O peso do passivo com acréscimos de custos ronda os 3,1% em Portugal e os 4,3% no conjunto dos municípios que pertencem à área territorial da RLVT.

Gráfico 26 – Estrutura do passivo – 2010 / 2019

PORTUGAL



RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

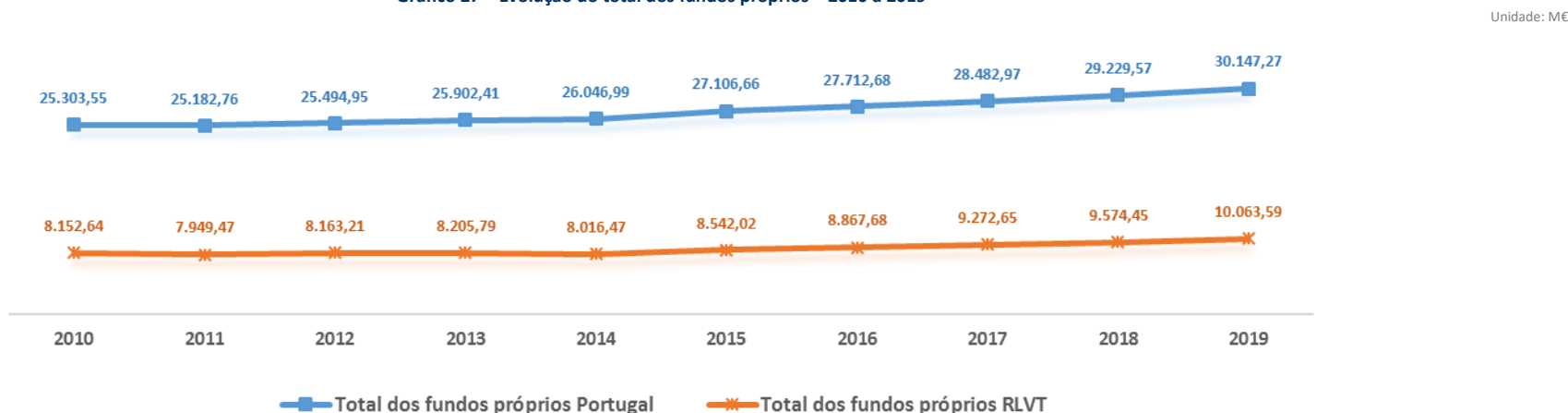
4.3 – FUNDOS PRÓPRIOS

Em valores absolutos, entre 2010 e 2019²⁷, registou-se um aumento de +4.843,72 M€ e de +1.910,95 M€ dos fundos próprios nos municípios do País e da RLVT, correspondendo, em termos relativos, a uma variação de +19,1% e de +23,4%, respetivamente.

Em 2019 os fundos próprios ascenderam aos 30.147,27 M€ no País, dos quais 10.063,59 M€ foram constituídos pelos municípios da área territorial da RLVT.

Todas as componentes dos fundos próprios aumentaram.

Gráfico 27 – Evolução do total dos fundos próprios – 2010 a 2019



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2019 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Tabela 27 – Portugal, evolução dos fundos próprios nos municípios – 2010 a 2019

Fundos próprios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Património	21.451,10	21.250,39	21.494,42	21.899,59	22.157,11	22.486,83	22.689	22.835,22	23.156,26	23.415,59	1.964,48	9,2
Ajustamento de partes capital em empresas	116,87	140,03	141,98	173,78	174,10	163,54	223	238,22	243,53	233,15	116,28	99,5
Reservas de reavaliação	146,26	149,80	157,60	180,61	169,06	168,55	126	156,93	153,64	155,54	9,28	6,3
Reservas	1.978,88	2.123,66	2.077,86	2.252,11	2.395,57	2.702,33	2.877	3.171,18	3.315,71	3.507,75	1.528,87	77,3
Outros	10,13	13,71	14,56	14,99	17,54	17,98	18	18,52	18,52	18,52	8,39	82,8
Resultados transitados	1.501,73	1.361,64	1.019,48	1.312,89	977,84	946,22	1.366	1.605,43	1.869,00	2.205,59	703,86	46,9
RLE	98,58	143,53	589,04	68,44	155,78	621,21	414	457,48	472,91	611,15	512,57	520,0
Total fundos próprios Portugal	25.303,55	25.182,76	25.494,95	25.902,41	26.046,99	27.106,66	27.713	28.482,97	29.229,57	30.147,27	4.843,72	19,1

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

²⁷ RELATIVAMENTE AO UNIVERSO NACIONAL, O VALOR DAS RESERVAS, RELATIVAMENTE AO ANO DE 2016, FOI ATUALIZADO FACE AO ESTUDO ANTERIOR, COM REPERCUSSÃO SOBRE O TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS.

Tabela 28 – RLVT, evolução dos fundos próprios nos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€

Fundos próprios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Património	6.874,19	6.485,29	6.548,50	6.619,46	6.688,14	6.701,48	6.758,06	6.812,29	6.874,25	6.951,61	77,42	1,1
Ajustamento de partes capital em empresas	-24,57	-8,81	-2,23	10,88	16,03	19,38	21,01	31,55	34,95	21,96	46,53	189,4
Reservas de reavaliação	6,43	11,49	11,49	11,49	11,49	11,76	11,82	11,82	11,82	13,45	7,02	109,1
Reservas	591,03	655,26	700,80	754,49	800,65	942,62	1.024,66	1.217,92	1.287,12	1.408,11	817,08	138,3
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Resultados transitados	480,35	637,31	432,54	739,27	399,75	478,94	823,53	911,91	1.112,01	1.313,57	833,22	173,5
RLE	225,21	168,92	472,11	70,20	100,42	387,85	228,60	287,16	254,30	354,89	129,68	57,6
Total fundos próprios RLVT	8.152,64	7.949,47	8.163,21	8.205,79	8.016,47	8.542,02	8.867,68	9.272,65	9.574,45	10.063,59	1.910,95	23,4

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

O património, agregando os fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe foram consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas, valorizou-se, no País, em +9,2%, entre 2010 e 2019.

Na RLVT, comparando o valor do património no início com o do fim do período em análise, verifica-se que se manteve praticamente constante (+1,1% - a queda

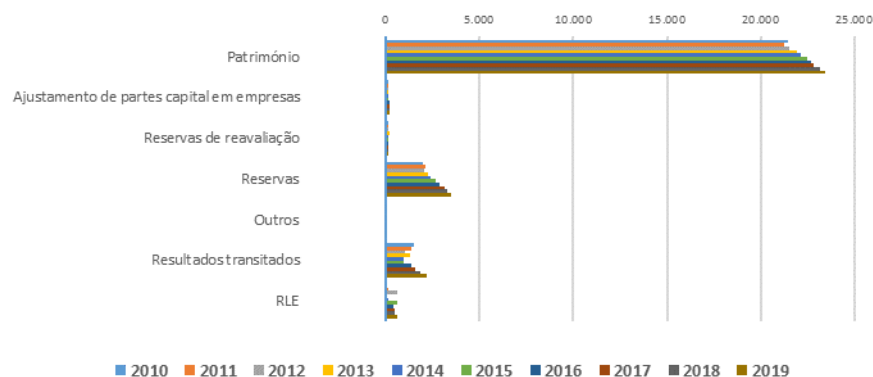
significativa do património entre 2010 e 2011 foi compensada pela gradual subida até 2019) resultante de uma valorização do património por parte de alguns municípios, mas também por muitos outros continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património²⁸.

O património destaca-se por constituir a maior componente dos fundos próprios (peso médio anual de 82,5% no País e de 77,9% na Região).

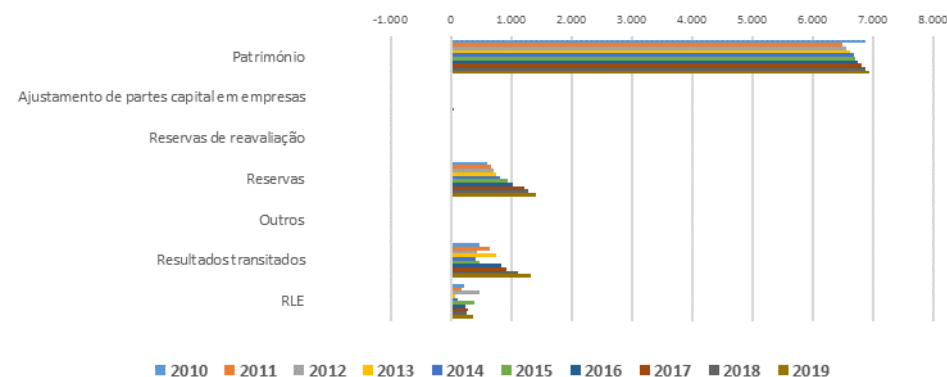
Gráfico 28 – Evolução dos principais agregados dos fundos próprios dos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€

PORTUGAL



RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

²⁸ NÃO OBSTANTE A APLICAÇÃO DO POCAL SER OBRIGATORIA DESDE 2002, A INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL É UMA DAS ÁREAS EM QUE SE VERIFICA UM NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DO POCAL MENOS COMPLETA, A PAR DA CONTABILIDADE DE CUSTOS. NO CASO DA

INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO, AS DIFICULDADES NA APLICAÇÃO INTEGRAL DO POCAL SÃO JUSTIFICADAS, ESSENCIALMENTE, PELAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DOS BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO E PELO FACTO DE ESTES BENS ESTAREM FORA DO MERCADO.

Tabela 29 – Portugal, evolução do peso dos principais agregados dos fundos próprios – 2010 a 2019

Unidade: %

Fundos próprios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Património	84,8	84,4	84,3	84,5	85,1	83,0	81,9	80,2	79,2	77,7	-8,4
Ajustamento de partes capital em empresas	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8	67,4
Reservas de reavaliação	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	-10,7
Reservas	7,8	8,4	8,2	8,7	9,2	10,0	10,4	11,1	11,3	11,6	48,8
Outros	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	53,4
Resultados transitados	5,9	5,4	4,0	5,1	3,8	3,5	4,9	5,6	6,4	7,3	23,3
RLE	0,4	0,6	2,3	0,3	0,6	2,3	1,5	1,6	1,6	2,0	420,3
Total peso fundos próprios Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 30 – RLVT, evolução do peso dos principais agregados dos fundos próprios – 2010 a 2019

Unidade: %

Fundos próprios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Património	84,3	81,6	80,2	80,7	83,4	78,5	76,2	73,5	71,8	69,1	-18,1
Ajustamento de partes capital em empresas	-0,3	-0,1	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,2	172,4
Reservas de reavaliação	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	69,4
Reservas	7,2	8,2	8,6	9,2	10,0	11,0	11,6	13,1	13,4	14,0	93,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Resultados transitados	5,9	8,0	5,3	9,0	5,0	5,6	9,3	9,8	11,6	13,1	121,5
RLE	2,8	2,1	5,8	0,9	1,3	4,5	2,6	3,1	2,7	3,5	27,7
Total peso fundos próprios RLVT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Quando avaliado o peso que cada um dos agregados apresenta no total dos fundos próprios constata-se que o peso do património tem vindo a cair ao longo dos últimos 10 anos (de 84,8% para 77,7% no País e de 84,3% para 69,1% na RLVT).

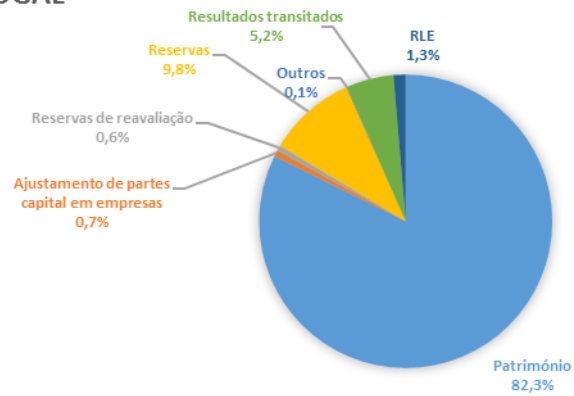
Por outro lado, constata-se o reforço do peso das reservas (de 7,8% para 11,6% no País e de 7,2% para 14,0% na RLVT) e dos resultados transitados (de 5,9% para 7,3% no País e de 5,9% para 13,1% na RLVT).

Comparando o resultado da soma dos fundos próprios registados à data de 31 de dezembro, entre 2010 e 2019, no conjunto dos municípios do País e da RLVT, constata-se:

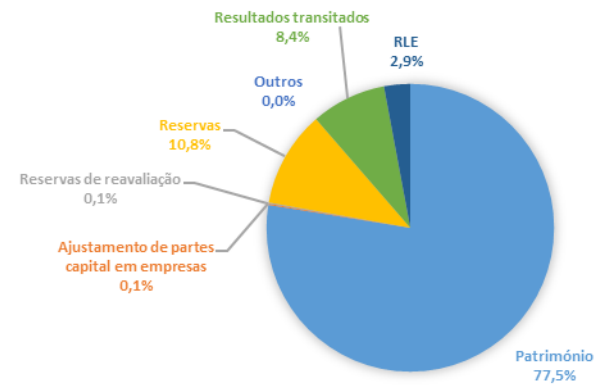
- No País o peso do património (82,3%) é ligeiramente maior que o peso registado no conjunto dos 52 municípios da RLVT (77,5%);
- Já as reservas, os resultados transitados e o resultado líquido do exercício, surgem com um peso ligeiramente reforçado na RLVT, respetivamente 10,8%, 8,4% e 2,9%, quando no universo municipal português esse peso é de 9,8%, 5,2% e 1,3%.

Gráfico 29 – Estrutura dos fundos próprios – 2010 / 2019

PORTUGAL



RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

5 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA ESTRUTURA ECONÓMICA – 2010 A 2019

Esta análise assenta na informação registada pelos municípios nas respetivas demonstrações de resultados. A demonstração de resultados apresenta os custos e os proveitos reconhecidos do exercício, classificados por natureza. Os resultados são classificados em correntes e extraordinários, desdobrando-se os primeiros em operacionais e financeiros.

A demonstração de resultados é um importante instrumento de análise económica, na medida em que fornece informação sobre o desempenho dos municípios ao longo do exercício.

5.1 – CUSTOS

Os custos do conjunto dos municípios do País e em particular da Região ascenderam, em 2019, respetivamente, aos 8.101,10 M€ e 2.751,70 M€, aumentando, entre 2010 e 2019, +13,6% e +19,3%, respetivamente.

O resultado operacional ou económico abrange os custos e proveitos obtidos na atividade principal dos municípios.

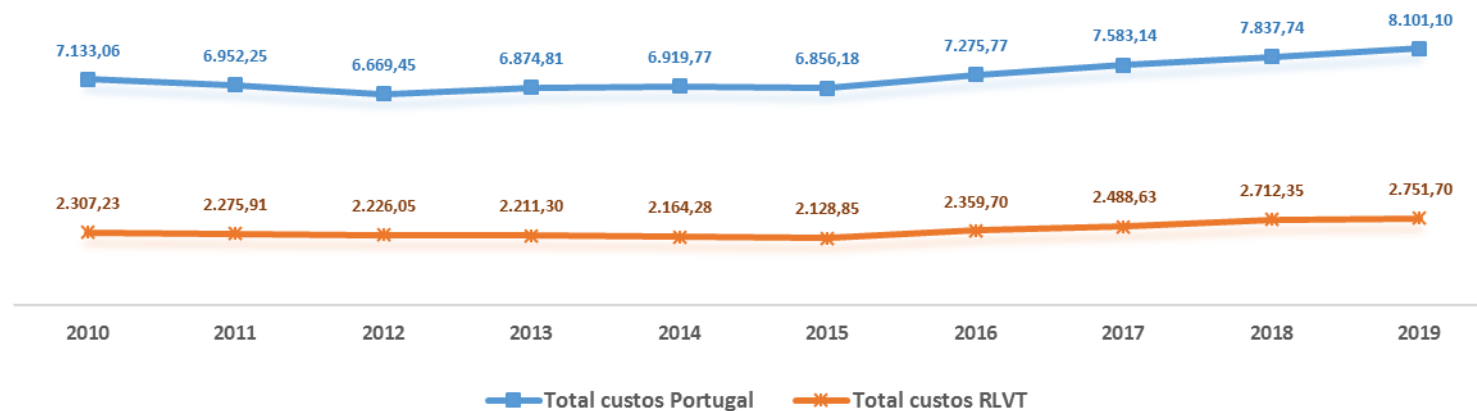
Os resultados financeiros compreendem os custos e proveitos decorrentes das decisões financeiras e de investimentos financeiros efetuados pelos municípios.

Os resultados extraordinários decorrem da relação entre os custos e proveitos resultantes de operações não correntes.

O aumento dos custos não foi, porém, linear, tendo-se constatado um crescimento contínuo apenas a partir de 2015, crescimento esse, que superou as descidas ocorridas em anos anteriores, tanto no conjunto dos municípios da RLVT como do País.

Gráfico 30 – Evolução do total dos custos dos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

A análise dos vários agregados permite identificar situações diversificadas:

- Em 2019, os custos operacionais atingiram os 7.513,77 M€ no País, dos quais 2.499,47 M€ realizados na RLVT;
- Embora apresentando uma evolução irregular, os custos operacionais revelaram uma tendência de crescimento, tanto no País quanto na Região, +17,4% e +19,4%, 2019 face a 2010, constatando-se aumentos em todos os seus agregados. Nota de exceção para os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), os quais evidenciaram uma ligeira descida na RLVT (-0,1%) tendo subido no País (+12,8%);
- O aumento contínuo das amortizações do exercício explica-se com o aumento dos bens inventariados e com o aumento do ativo imobilizado dos municípios e o seu envelhecimento; apesar de não se traduzirem em exfluxos de verbas, estes custos

refletem exigências futuras em termos da conservação/recuperação dos ativos a que respeitam;

- Os custos e perdas extraordinários variaram no País, entre os 364,60 M€ (2015) e os 594,31 M€ (2017), e na Região, entre os 104,22 M€ (2014) e os 319,57 M€ (2018), com evoluções distintas dentro dos dois universos, acabando por evidenciar descida em -12,9% no País e uma subida em +36,6% na RLVT;
- Os custos financeiros, tendo vindo a registar uma tendência sempre decrescente, entre 2012 e 2017, cresceram significativamente em 2018, para depois voltar a cair em 2019, sendo que no País e na Região acabou por se registar, respetivamente, descidas em -49,6% e em -53,9%, entre 2010 e 2019.

Tabela 31 – Portugal, evolução dos custos nos municípios – 2010 a 2019

Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: M€	
											Variação 2010-2019 M€	%
Custos operacionais	6.398,50	6.253,06	6.028,03	6.236,84	6.303,49	6.359,67	6.725,80	6.901,60	7.152,29	7.513,77	1115,3	17,4
CMVMC	176,24	182,09	166,34	181,41	170,09	176,76	184,06	197,08	187,63	198,77	22,5	12,8
Fornecimentos e serviços externos	1.809,50	1.810,34	1.752,41	1.752,24	1.753,51	1.830,38	1.959,54	2.091,66	2.132,51	2.216,08	406,6	22,5
Custos com o pessoal	2.409,67	2.279,57	2.085,80	2.261,33	2.216,54	2.204,09	2.238,95	2.308,00	2.446,55	2.638,47	228,8	9,5
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	685,25	627,43	585,01	564,36	554,38	593,60	637,99	693,50	759,32	899,40	214,1	31,3
Amortizações do exercício	1.141,11	1.165,55	1.204,94	1.268,43	1.298,70	1.341,04	1.372,50	1.385,45	1.397,15	1.401,02	259,9	22,8
Provisões do exercício	148,12	158,37	207,74	184,74	284,21	186,63	297,58	184,90	183,63	1,13	-147,0	-99,2
Outros custos operacionais	28,61	29,71	25,84	24,33	26,05	27,17	35,19	41,01	45,38	48,05	19,4	68,0
Custos e perdas financeiros	142,48	187,26	198,97	170,76	159,32	131,91	94,35	87,23	100,09	71,79	-70,7	-49,6
Custos e perdas extraordinários	592,08	511,93	442,45	467,55	456,97	364,60	455,88	594,31	585,37	515,54	-76,5	-12,9
Total custos Portugal	7.133,06	6.952,25	6.669,45	6.874,81	6.919,77	6.856,18	7.275,77	7.583,14	7.837,74	8.101,10	968,0	13,6

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 32 – RLVT, evolução dos custos nos municípios – 2010 a 2019

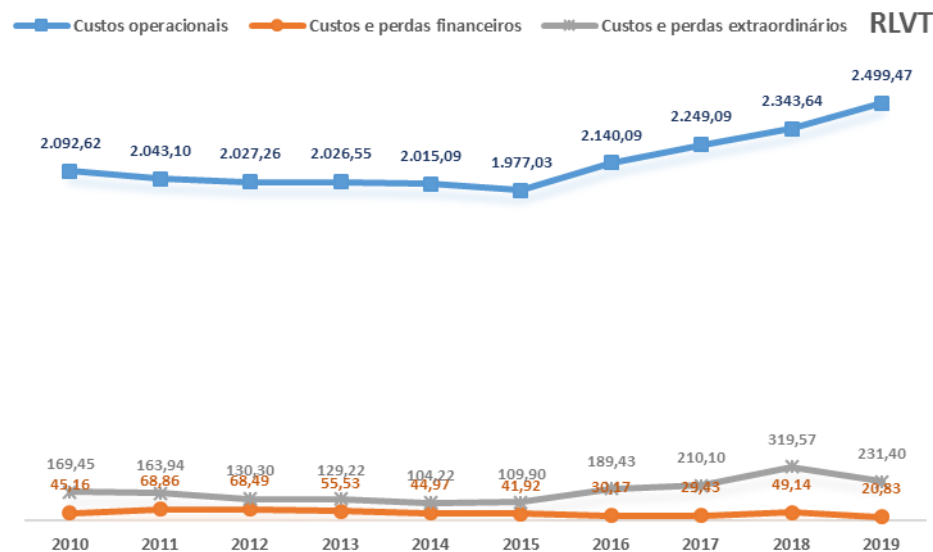
Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Unidade: M€	
											Variação 2010-2019 M€	%
Custos operacionais	2.092,62	2.043,10	2.027,26	2.026,55	2.015,09	1.977,03	2.140,09	2.249,09	2.343,64	2.499,47	406,9	19,4
CMVMC	33,29	34,03	30,47	34,78	30,59	33,62	33,09	33,86	32,85	33,26	0,0	-0,1
Fornecimentos e serviços externos	629,86	634,42	626,59	614,21	592,74	608,36	653,95	695,20	695,15	742,96	113,1	18,0
Custos com o pessoal	867,13	804,91	742,77	802,80	773,43	779,62	795,44	829,56	877,13	940,89	73,8	8,5
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	254,01	225,51	232,86	215,83	213,38	235,41	246,02	266,79	301,21	402,13	148,1	58,3
Amortizações do exercício	225,35	239,46	247,29	253,24	261,49	263,43	286,32	305,17	314,48	319,11	93,8	41,6
Provisões do exercício	69,57	92,68	136,53	96,50	134,87	48,45	116,02	106,26	107,51	45,88	-23,7	-34,1
Outros custos operacionais	13,41	12,10	10,75	9,18	8,59	8,14	9,25	12,25	15,32	15,24	1,8	13,6
Custos e perdas financeiros	45,16	68,86	68,49	55,53	44,97	41,92	30,17	29,43	49,14	20,83	-24,3	-53,9
Custos e perdas extraordinários	169,45	163,94	130,30	129,22	104,22	109,90	189,43	210,10	319,57	231,40	62,0	36,6
Total custos RLVT	2.307,23	2.275,91	2.226,05	2.211,30	2.164,28	2.128,85	2.359,70	2.488,63	2.712,35	2.751,70	444,5	19,3

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 31 – Evolução dos custos dos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€

PORTUGAL



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Reportando ao peso das componentes dos custos, destaca-se:

- O peso médio anual dos custos operacionais ao longo do período em análise rondou os 91%, tendo refletido diferentes tendências nos dois universos em estudo. O maior peso ocorreu em 2015 no País (92,8%) e em 2014 (93,1%) na Região;
- Entre 2010 e 2019, o peso dos custos operacionais subiu em Portugal (+3,4%) mantendo-se praticamente constante na RLVT (+0,1%). A tendência evolutiva dos custos operacionais, no País, assentou essencialmente na subida do peso dos fornecimentos e serviços externos, transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais e amortizações do exercício. Na RLVT, a tendência registada resultou essencialmente do impacto paritário da queda do peso dos custos com o pessoal, com a subida do peso das transferências, dos subsídios correntes concedidos e prestações sociais, bem como amortizações do exercício;

- O peso médio dos custos e perdas extraordinários situou-se à volta dos 7%. O maior peso ocorreu em 2010 no País (8,3%) e em 2018 (11,8%) na Região. Entre 2010 e 2019 o peso dos custos e perdas extraordinários desceu em Portugal (-23,3%), mas subiu na RLVT (+14,5%);
- Relativamente ao peso dos custos e perdas financeiros, constata-se uma descida no período em análise, tendo evoluído de 2,0% para 0,9%, no conjunto dos municípios portugueses, e de 2,0% para 0,8%, no caso do grupo de municípios da RLVT.

Tabela 33 – Portugal, evolução do peso das componentes nos custos – 2010 a 2019

Unidade: %

Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010 - 2019
Custos operacionais	89,7	89,9	90,4	90,7	91,1	92,8	92,4	91,0	91,3	92,7	3,4
CMVMC	2,5	2,6	2,5	2,6	2,5	2,6	2,5	2,6	2,4	2,5	-0,7
Fornecimentos e serviços externos	25,4	26,0	26,3	25,5	25,3	26,7	26,9	27,6	27,2	27,4	7,8
Custos com o pessoal	33,8	32,8	31,3	32,9	32,0	32,1	30,8	30,4	31,2	32,6	-3,6
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	9,6	9,0	8,8	8,2	8,0	8,7	8,8	9,1	9,7	11,1	15,6
Amortizações do exercício	16,0	16,8	18,1	18,5	18,8	19,6	18,9	18,3	17,8	17,3	8,1
Provisões do exercício	2,1	2,3	3,1	2,7	4,1	2,7	4,1	2,4	2,3	0,0	-99,3
Outros custos operacionais	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	47,9
Custos e perdas financeiros	2,0	2,7	3,0	2,5	2,3	1,9	1,3	1,2	1,3	0,9	-55,6
Custos e perdas extraordinários	8,3	7,4	6,6	6,8	6,6	5,3	6,3	7,8	7,5	6,4	-23,3
Peso no total custos Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 34 – RLVT, evolução do peso das componentes nos custos – 2010 a 2019

Unidade: %

Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Custos operacionais	90,7	89,8	91,1	91,6	93,1	92,9	90,7	90,4	86,4	90,8	0,1
CMVMC	1,4	1,5	1,4	1,6	1,4	1,6	1,4	1,4	1,2	1,2	-16,2
Fornecimentos e serviços externos	27,3	27,9	28,1	27,8	27,4	28,6	27,7	27,9	25,6	27,0	-1,1
Custos com o pessoal	37,6	35,4	33,4	36,3	35,7	36,6	33,7	33,3	32,3	34,2	-9,0
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	11,0	9,9	10,5	9,8	9,9	11,1	10,4	10,7	11,1	14,6	32,7
Amortizações do exercício	9,8	10,5	11,1	11,5	12,1	12,4	12,1	12,3	11,6	11,6	18,7
Provisões do exercício	3,0	4,1	6,1	4,4	6,2	2,3	4,9	4,3	4,0	1,7	-44,7
Outros custos operacionais	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6	-4,8
Custos e perdas financeiros	2,0	3,0	3,1	2,5	2,1	2,0	1,3	1,2	1,8	0,8	-61,3
Custos e perdas extraordinários	7,3	7,2	5,9	5,8	4,8	5,2	8,0	8,4	11,8	8,4	14,5
Peso no total custos RLVT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

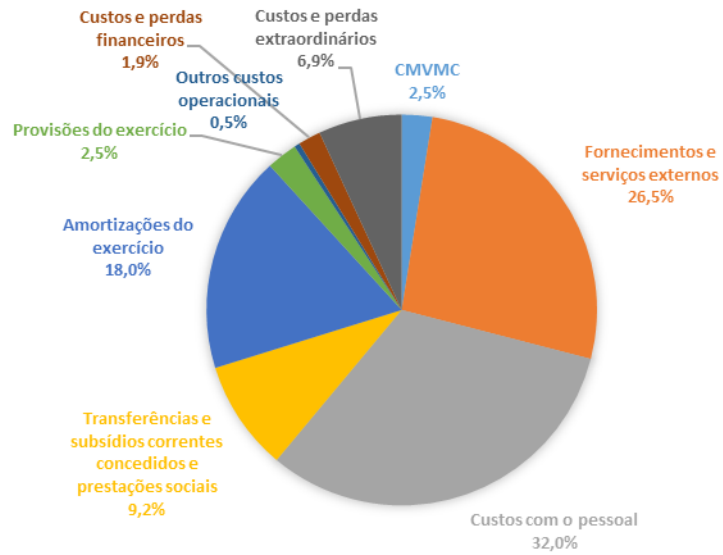
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Comparando a soma dos custos registados nos 10 anos em análise, no conjunto dos municípios do País e da RLVT, constata-se:

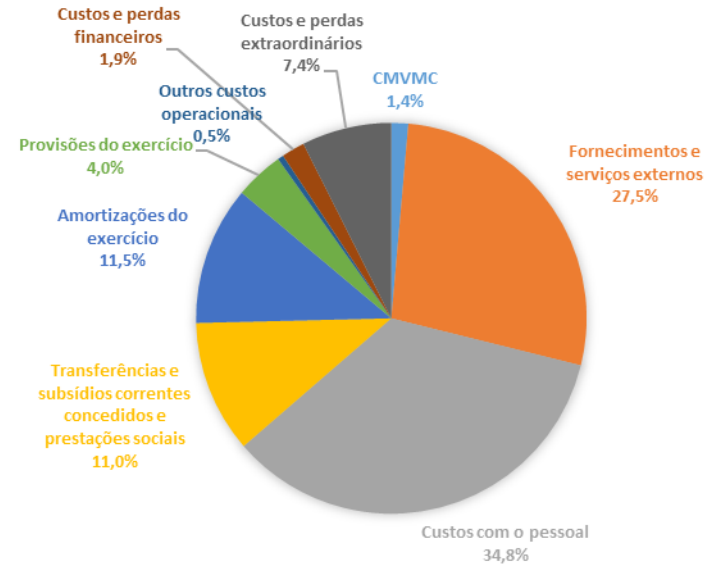
- No País, o peso das amortizações do exercício (18,0%) é significativamente maior que o peso registado no conjunto dos 52 municípios da RLVT (11,5%);
- O peso acrescido, face ao da RLVT, dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (2,5% versus 1,4%);
- No universo da RLVT destacam-se os custos com o pessoal (34,8% versus 32,0%), fornecimentos e serviços externos (27,5% versus 26,5%) e transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais (11,0% versus 9,2%).

Gráfico 32 – Estrutura dos custos – 2010 / 2019

PORTUGAL



RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

5.2 – PROVEITOS

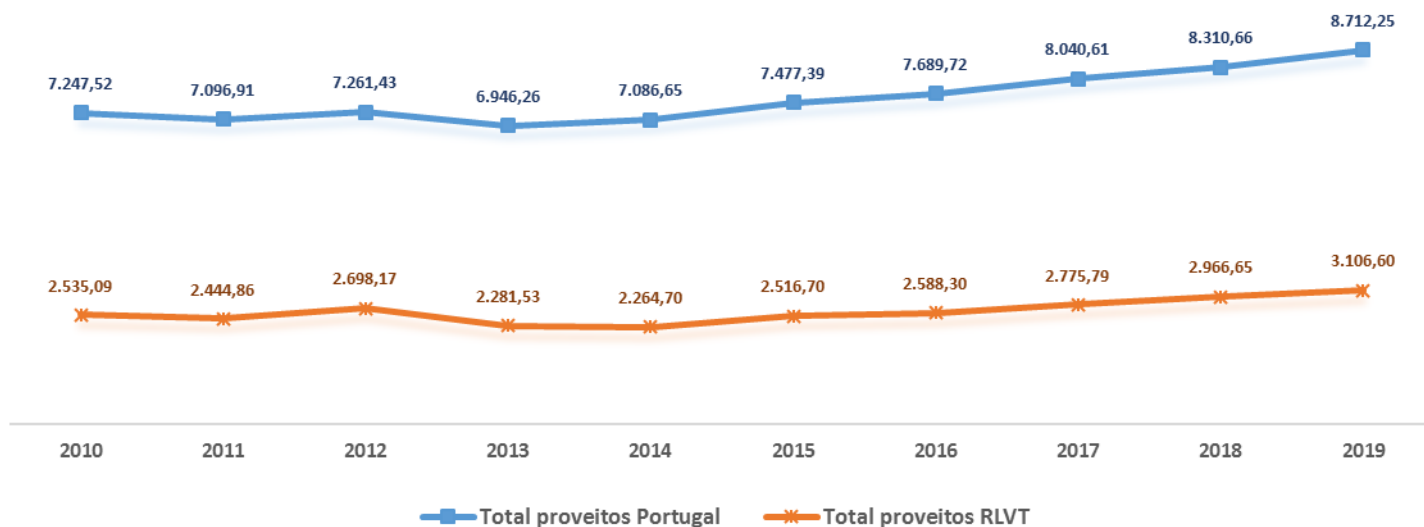
No País a média anual de proveitos totais foi de 7.586,94 M€, dos quais 2.617,84 M€ obtidos pelos municípios da RLVT.

Em 2019, ao atingir os 8.712,25 M€ e os 3.106,60 M€, confirmou-se a tendência de aumento dos proveitos dos municípios, evidenciada desde 2013 no País e desde 2014 na Região, representando um acréscimo de +20,2% e de +22,5%, no período em análise.

No País e na Região, a tendência de crescimento assentou principalmente na subida das vendas e prestações de serviços ²⁹ (+36,1% versus +65,9%) e dos impostos e taxas (+35,1% versus +26,2%).

Gráfico 33 – Evolução do total dos proveitos nos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

²⁹ ENGLoba OS PROVEITOS, DESIGNADAMENTE DA VENDA DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM CEMITÉRIOS, MERCADOS E FEIRAS, PARQUES DE ESTACIONAMENTO, PARQUES DE CAMPISMO, BEM COMO SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS OU DE DESPORTO.

Tabela 35 – Portugal, evolução dos proveitos nos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€

Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Total Vendas e prestações de serviços	676,12	675,64	718,66	738,09	730,00	794,02	846,80	867,34	887,52	920,05	243,93	36,1
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	191,64	187,14	172,71	177,91	171,49	178,92	179,42	184,15	N.d.	N.d.		
<i>Prestação de serviços</i>	433,02	455,52	499,32	512,51	518,88	572,31	620,55	636,67	N.d.	N.d.		
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	65,95	66,53	56,00	55,51	50,47	52,43	52,92	47,16	N.d.	N.d.		
Impostos e taxas	2.612,37	2.471,20	2.451,33	2.547,76	2.719,77	2.910,83	3.010,43	3.243,50	3.407,65	3.528,12	915,75	35,1
Variação da produção	3,40	1,07	5,16	0,32	13,35	-0,06	-0,14	-0,54	0,03	-0,01	-3,41	-100,3
Trabalhos para a própria entidade	31,19	28,42	25,07	23,67	20,18	21,10	25,65	24,94	16,86	19,50	-11,68	-37,5
Proveitos suplementares	60,89	72,41	64,50	68,74	50,89	50,81	53,18	54,62	56,35	56,92	-3,97	-6,5
Transferências e subsídios obtidos	3.036,15	2.923,45	2.786,68	2.785,53	2.625,33	2.707,27	2.743,66	2.814,52	2.880,43	3.071,47	35,32	1,2
Outros proveitos operacionais	54,56	58,13	58,05	52,04	53,04	54,08	66,37	55,26	55,89	65,43	10,87	19,9
Total proveitos operacionais	6.473,53	6.228,74	6.109,30	6.216,00	6.210,10	6.538,06	6.745,96	7.059,64	7.304,73	7.662,22	1188,69	18,4
Proveitos financeiros	171,86	202,48	202,12	205,73	205,78	211,77	232,69	230,60	229,22	230,01	58,15	33,8
Proveitos extraordinários	602,13	665,69	950,01	524,52	670,77	727,56	711,07	750,38	776,71	820,02	217,89	36,2
Total proveitos Portugal	7.247,52	7.096,91	7.261,43	6.946,26	7.086,65	7.477,39	7.689,72	8.040,61	8.310,66	8.712,25	1464,73	20,2

N.d. Informação não disponível na Fonte de dados.

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

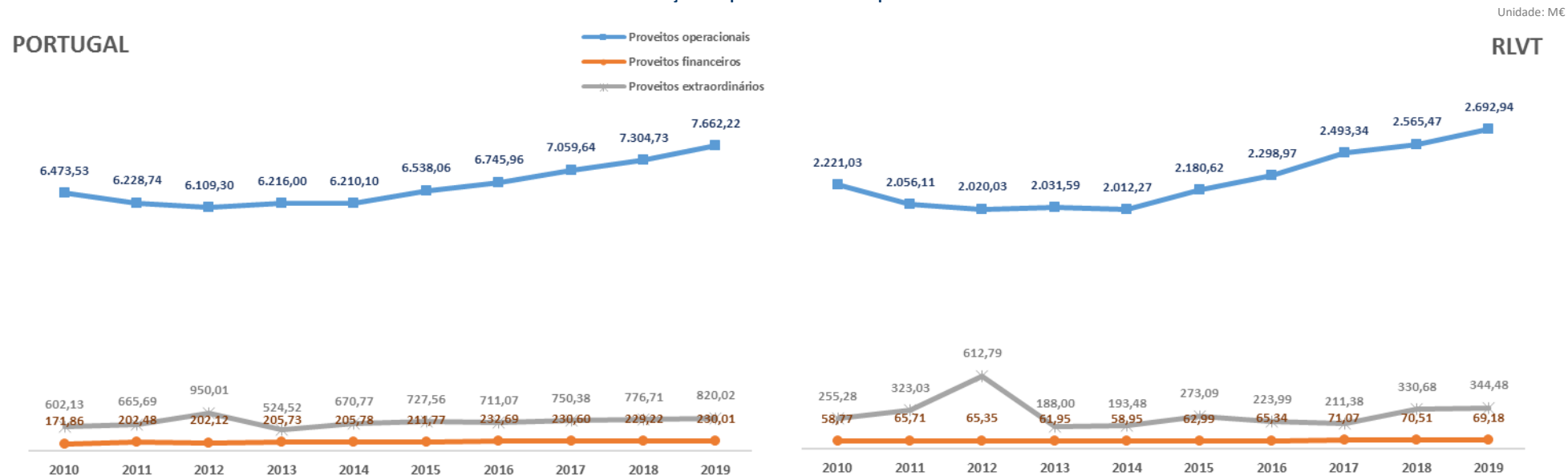
Tabela 36 – RLVT, evolução dos proveitos nos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€

Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Total Vendas e prestações de serviços	210,85	215,45	240,66	246,67	228,68	272,54	304,36	315,43	337,73	349,78	138,93	65,9
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	39,23	37,64	36,41	38,03	34,65	36,95	32,03	39,70	42,49			
<i>Prestação de serviços</i>	153,15	162,67	183,03	188,51	179,38	218,69	251,21	260,58	281,48			
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	19,47	16,59	21,22	20,13	14,65	16,89	21,12	15,15	13,76			
Impostos e taxas	1.271,18	1.130,79	1.097,63	1.113,72	1.179,60	1.282,93	1.341,85	1.514,11	1.545,54	1.604,61	333,43	26,2
Variação da produção	0,51	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	-0,07	-0,58	-114,3
Trabalhos para a própria entidade	3,93	2,42	2,05	2,62	3,05	2,44	3,32	4,19	2,57	3,08	-0,85	-21,6
Proveitos suplementares	19,93	21,30	20,82	21,65	21,46	18,53	19,14	19,97	19,66	19,95	0,02	0,1
Transferências e subsídios obtidos	687,86	661,02	628,94	622,93	553,17	578,09	591,74	612,47	631,56	677,08	-10,78	-1,6
Outros proveitos operacionais	27,80	25,26	29,92	24,00	26,31	26,10	38,56	27,17	28,40	38,52	10,73	38,6
Total proveitos operacionais	2.221,03	2.056,11	2.020,03	2.031,59	2.012,27	2.180,62	2.298,97	2.493,34	2.565,47	2.692,94	471,91	21,2
Proveitos financeiros	58,77	65,71	65,35	61,95	58,95	62,99	65,34	71,07	70,51	69,18	10,41	17,7
Proveitos extraordinários	255,28	323,03	612,79	188,00	193,48	273,09	223,99	211,38	330,68	344,48	89,19	34,9
Total proveitos RLVT	2.535,09	2.444,86	2.698,17	2.281,53	2.264,70	2.516,70	2.588,30	2.775,79	2.966,65	3.106,60	571,51	22,5

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Gráfico 34 – Evolução dos proveitos dos municípios – 2010 a 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tanto no conjunto dos municípios portugueses como nos que em particular pertencem à RLVT, constatou-se uma tendência de crescimento nos proveitos operacionais, financeiros e extraordinários, entre 2010 e 2019.

No caso dos proveitos operacionais, a sua subida resultou essencialmente dos proveitos decorrentes dos impostos e taxas, os quais apresentaram uma linha tendencialmente crescente, ocorrendo em 2019 um acréscimo de +915,75 M€ e de +333,43 M€, face a 2010, respetivamente no País e na Região.

Destaque também, dentro dos proveitos operacionais, para a evolução positiva dos proveitos provenientes da venda e prestações de serviços com um crescimento de +243,93 M€ e de +138,93 M€, face a 2010, respetivamente no País e na Região.

Ao nível das transferências e subsídios confirma-se, nos dois universos, a tendência de crescimento contínuo verificada desde 2014 ao nível dos proveitos. Tal como se constata nas receitas, também nos proveitos as transferências e subsídios assumem um papel relevante no conjunto dos proveitos dos municípios.

Saliente-se, também, o crescimento em +36,2% (País) e em +34,9% (RLVT) dos proveitos extraordinários, entre 2010 e 2019.

Também os proveitos financeiros evidenciaram um crescimento em +33,8% (País) e em +17,7% (RLVT), entre 2010 e 2019.

Tabela 37 – Portugal, evolução do peso das componentes nos proveitos – 2010 a 2019

Unidade: %

Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010 - 2019
Total Vendas e prestações de serviços	9,3	9,5	9,9	10,6	10,3	10,6	11,0	10,8	10,7	10,6	13,2
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	2,6	2,6	2,4	2,6	2,4	2,4	2,3	2,3	N.d.	N.d.	
<i>Prestação de serviços</i>	6,0	6,4	6,9	7,4	7,3	7,7	8,1	7,9	N.d.	N.d.	
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6	N.d.	N.d.	
Impostos e taxas	36,0	34,8	33,8	36,7	38,4	38,9	39,1	40,3	41,0	40,5	12,3
Variação da produção	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,3
Trabalhos para a própria entidade	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	-48,0
Proveitos suplementares	0,8	1,0	0,9	1,0	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	-22,2
Transferências e subsídios obtidos	41,9	41,2	38,4	40,1	37,0	36,2	35,7	35,0	34,7	35,3	-15,8
Outros proveitos operacionais	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,9	0,7	0,7	0,8	-0,2
Total proveitos operacionais	89,3	87,8	84,1	89,5	87,6	87,4	87,7	87,8	87,9	87,9	-1,5
Proveitos financeiros	2,4	2,9	2,8	3,0	2,9	2,8	3,0	2,9	2,8	2,6	11,3
Proveitos extraordinários	8,3	9,4	13,1	7,6	9,5	9,7	9,2	9,3	9,3	9,4	13,3
Peso no total proveitos Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

N.d. Informação não disponível na Fonte de dados.

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 38 – RLVT, evolução do peso das componentes nos proveitos – 2010 a 2019

Unidade: %

Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2010-2019
Total Vendas e prestações de serviços	8,3	8,8	8,9	10,8	10,1	10,8	11,8	11,4	11,4	11,3	35,4
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	1,5	1,5	1,3	1,7	1,5	1,5	1,2	1,4	1,4		
<i>Prestação de serviços</i>	6,0	6,7	6,8	8,3	7,9	8,7	9,7	9,4	9,5		
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	0,8	0,7	0,8	0,9	0,6	0,7	0,8	0,5	0,5		
Impostos e taxas	50,1	46,3	40,7	48,8	52,1	51,0	51,8	54,5	52,1	51,7	3,0
Variação da produção	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-111,6
Trabalhos para a própria entidade	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	-36,0
Proveitos suplementares	0,8	0,9	0,8	0,9	0,9	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	-18,3
Transferências e subsídios obtidos	27,1	27,0	23,3	27,3	24,4	23,0	22,9	22,1	21,3	21,8	-19,7
Outros proveitos operacionais	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,0	1,5	1,0	1,0	1,2	13,1
Total proveitos operacionais	87,6	84,1	74,9	89,0	88,9	86,6	88,8	89,8	86,5	86,7	-1,1
Proveitos financeiros	2,3	2,7	2,4	2,7	2,6	2,5	2,5	2,6	2,4	2,2	-3,9
Proveitos extraordinários	10,1	13,2	22,7	8,2	8,5	10,9	8,7	7,6	11,1	11,1	10,1
Peso no total proveitos RLVT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Análise distinta reporta ao peso das componentes dos proveitos, com destaque:

- Descida do peso dos proveitos operacionais, entre 2010 e 2019, respetivamente de 89,3% para 87,9% no País e de 87,6% para 86,7% na RLVT. Esta descida teve por principal causa a queda do peso das transferências e subsídios obtidos, não sendo compensada pela subida do peso com as vendas e prestações de serviços e com o peso dos proveitos decorrentes de impostos e taxas;

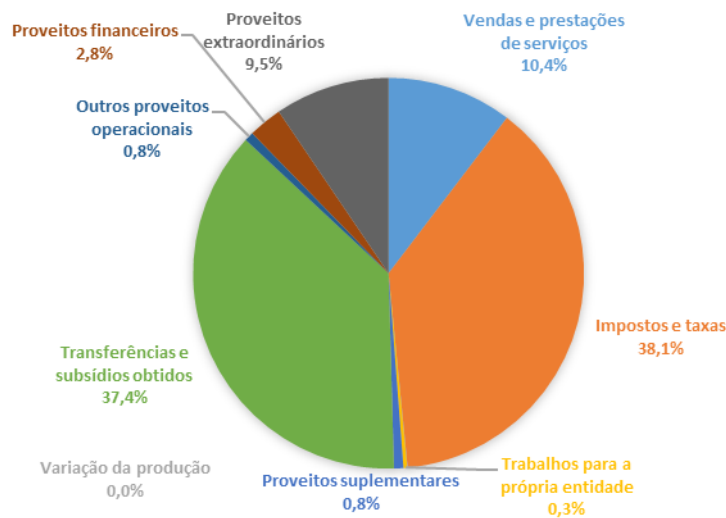
- O peso dos proveitos financeiros, entre 2010 e 2019, cresceu no País, de 2,4% para 2,6% e desceu no universo de municípios da RLVT, de 2,3% para 2,2%;
- Subida do peso dos proveitos extraordinários, entre 2010 e 2019, de 8,3% para 9,4% no País e de 10,1% para 11,1% na RLVT, respetivamente.

Comparando a estrutura do total de proveitos obtidos, nos 10 anos, pelo conjunto dos municípios portugueses, com a que resulta da parte correspondente à dos municípios da RLVT, salienta-se:

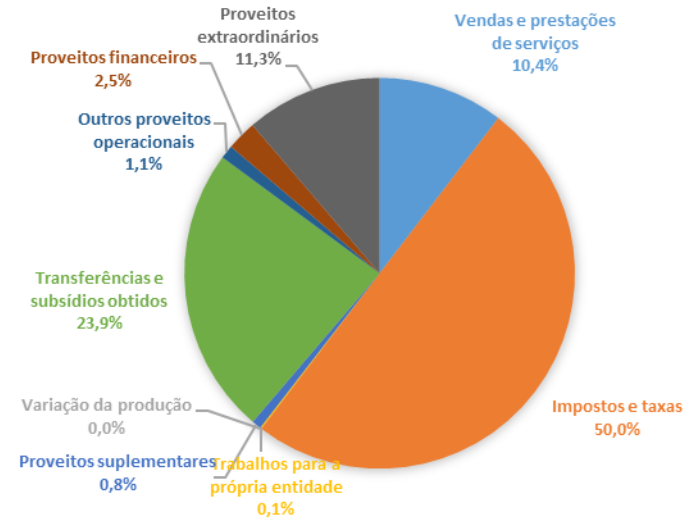
- A fatia dos impostos e taxas no total dos proveitos ser maior na RLVT (50,0%) do que no País (38,1%);
- As transferências e subsídios obtidos no total dos proveitos ser menor na RLVT (23,9%) do que no País (37,4%);
- No país, o peso dos impostos e taxas (38,1%) é muito semelhante ao peso das transferências e subsídios (37,4%);
- A terceira maior fatia dos proveitos vem dos proveitos extraordinários na RLVT (11,3%), seguindo-se as vendas e prestações de serviços (10,4%);
- No País, a terceira maior fatia dos proveitos vem das vendas e prestações de serviços (10,4%), seguindo-se a resultante dos proveitos extraordinários (9,5%).

Gráfico 35 – Estrutura dos proveitos – 2010 / 2019

PORTUGAL



RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

5.3 – RESULTADOS

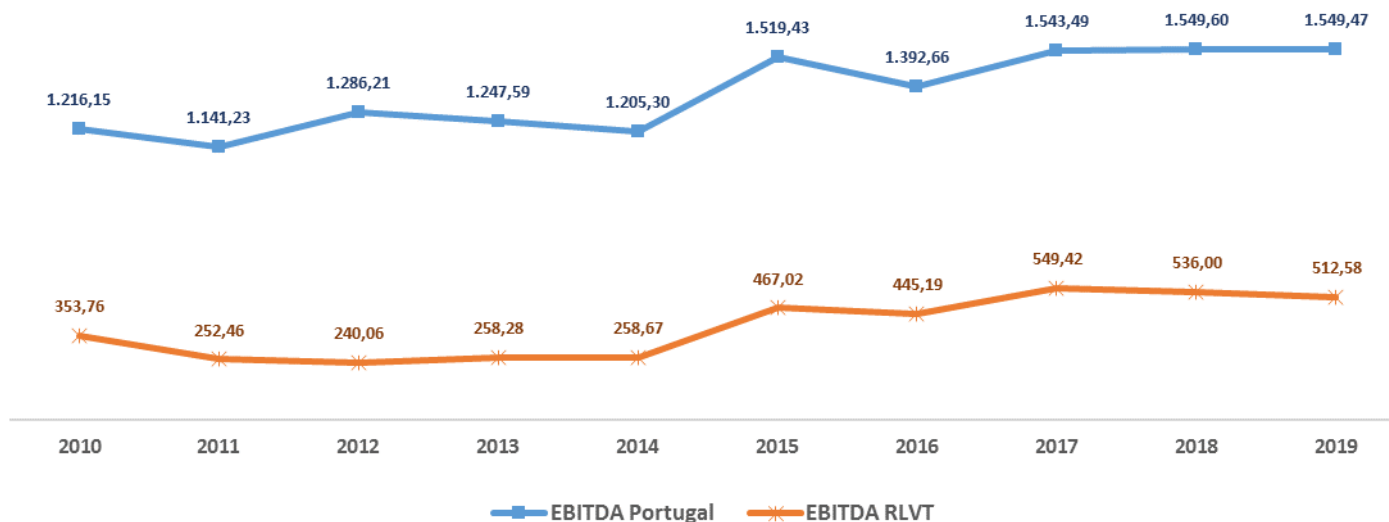
Pela sua natureza as autarquias locais não existem para gerar lucro, pelo que é expectável que consigam gerir as respetivas finanças de forma a manter um equilíbrio entre os proveitos e os custos.

A este propósito, no período analisado, o resultado líquido do exercício (RLE) do conjunto dos municípios de Portugal, e em particular da RLVT, foi sempre positivo, tal como o EBITDA, com tendências genéricas de crescimento.

O EBITDA tem em conta os resultados operacionais expurgados dos custos com amortizações, os quais não representam necessidades de exfluxos financeiros imediatas.

Gráfico 36 – Evolução do EBITDA – 2010 a 2019

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 39 – Portugal, evolução dos resultados nos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€

Resultados	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Custos	7.133,06	6.952,25	6.669,45	6.874,81	6.919,77	6.856,18	7.275,77	7.583,14	7.837,74	8.101,10	968,05	13,6
Proveitos	7.247,52	7.096,91	7.261,43	6.946,26	7.086,65	7.477,39	7.689,72	8.040,61	8.310,66	8.712,25	1464,73	20,2
RLE	114,46	144,66	591,98	71,44	166,88	621,21	413,95	457,48	472,91	611,15	496,68	433,9
Resultados operacionais	75,03	-24,32	81,27	-20,84	-93,39	178,39	20,16	158,04	152,45	148,45	73,42	97,9
EBITDA	1.216,15	1.141,23	1.286,21	1.247,59	1.205,30	1.519,43	1.392,66	1.543,49	1.549,60	1.549,47	333,33	27,4

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Tabela 40 – RLVT, evolução dos resultados nos municípios – 2010 a 2019

Unidade: M€

Resultados	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2010-2019	
											M€	%
Custos	2.307,23	2.275,91	2.226,05	2.211,30	2.164,28	2.128,85	2.359,70	2.488,63	2.712,35	2.751,70	444,48	19,3
Proveitos	2.535,09	2.444,86	2.698,17	2.281,53	2.264,70	2.516,70	2.588,30	2.775,79	2.966,65	3.106,60	571,51	22,5
RLE	227,86	168,95	472,11	70,20	100,42	387,85	228,62	287,16	254,30	354,89	127,03	55,7
Resultados operacionais	128,42	13,01	-7,23	5,04	-2,82	203,59	158,87	244,25	221,82	193,47	65,05	50,7
EBITDA	353,76	252,46	240,06	258,28	258,67	467,02	445,19	549,42	536,00	512,58	158,82	44,9

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2019 dos municípios da RLVT.

Em termos evolutivos, relativamente aos resultados atingidos pelos municípios:

- Em 2019, houve uma subida, relativamente a 2010, de +433,9% no resultado líquido atingido pelos municípios do País, correspondente a uma variação positiva de +496,68 M€. Na RLVT os registos de 2019 foram superiores em +55,7% face a 2010, +127,03 M€;

- Os resultados operacionais em 2019 registaram igualmente uma subida em +97,9% no País e em +50,7% na RLVT, face a 2010;
- Igualmente favorável à escala do País e da Região, nos 10 anos em análise, foi a situação em termos de EBITDA, uma vez que, como referido, este indicador tem revelado uma tendência de crescimento no conjunto dos municípios, terminando 2019 com um acréscimo no EBITDA em +27,4% no País e em +44,9% na RLVT, isto apesar da descida, mais significativa na Região, entretanto ocorrida em 2019.

CAPÍTULO III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nota final deste estudo, procura-se enquadrar a RLVT no todo nacional, em termos orçamentais, patrimoniais e financeiros, comparando a situação existente em 2010 com a registada 10 anos depois, em 2019.

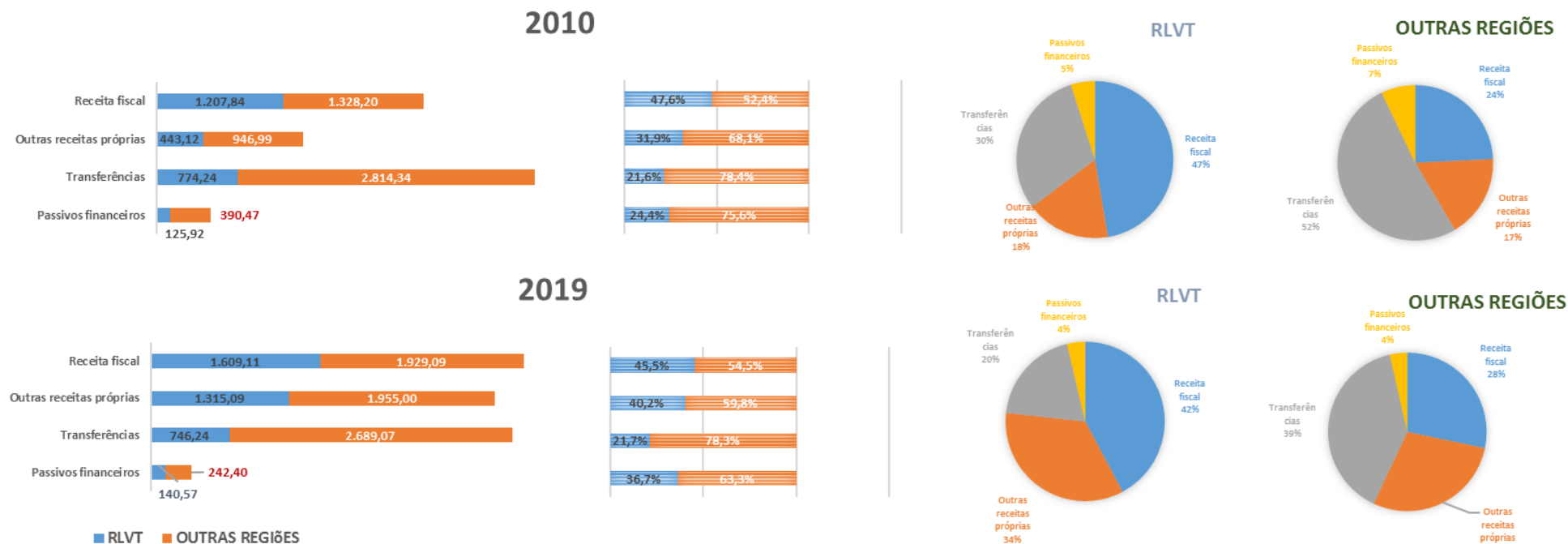
Sob o ponto de vista de desempenho orçamental, 31,8% (em 2010) e 35,9% (em 2019) do total de receitas municipais auferidas pelos 308 municípios portugueses foram arrecadadas pelos 52 municípios da RLVT, que representam 17% do todo nacional.

Em 2010, os municípios da RLVT contribuíram com 47,6% na arrecadação da receita fiscal (quase metade do todo nacional), e produziram 31,9% de outras receitas próprias³⁰. O volume de crédito obtido naquele ano correspondeu a 24,4% do todo nacional.

Já em 2019 a RLVT contribuiu com 45,5% na arrecadação da receita fiscal e 40,2% de outras receitas próprias, atingindo o volume de crédito obtido naquele ano de 36,7% do todo nacional.

Gráfico 37 – Receitas municipais - A RLVT no País – 2010 e 2019

Unidade: M€



Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 e 2019 dos municípios da RLVT.

³⁰ O AGREGADO “OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS” RESULTA DA SOMA DAS RECEITAS MUNICIPAIS DECORRENTES DE MULTAS E OUTRAS PENALIDADES, RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE, VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES E VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO, OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL, ATIVOS FINANCEIROS, RNAP E SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR.

Destaque para o facto de as receitas municipais na RLVT terem por principal fonte as receitas fiscais, embora o seu peso tenha vindo a diminuir por reforço das outras receitas próprias, em especial do aumento do saldo de gerência anterior.

No resto do País a maior fonte de financiamento decorre do volume de transferências obtidas, embora em 2019, essa dependência se tenha revelado menor, resultado do reforço das receitas próprias, inclusivamente ao nível fiscal.

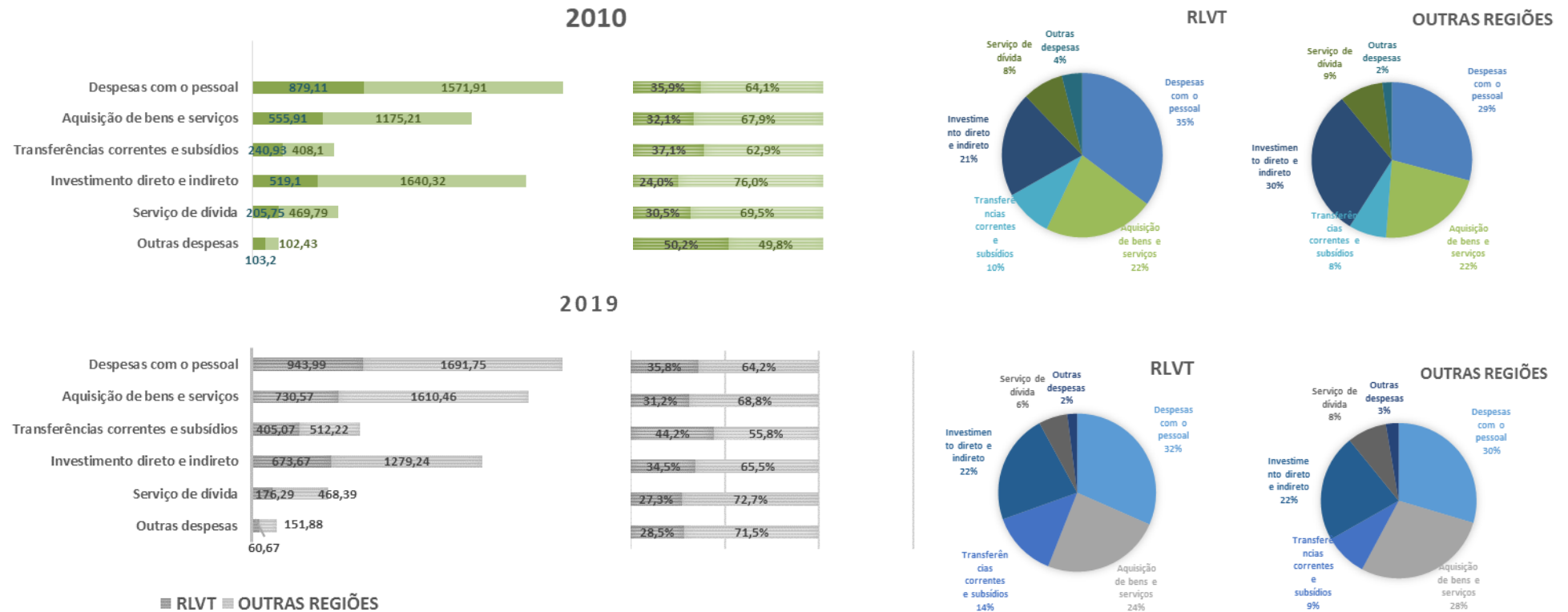
Refira-se, que devido aos critérios definidos de distribuição dos fundos do OE pelas leis das finanças locais e leis anuais do orçamento do Estado, há municípios da Área Metropolitana de Lisboa que não recebem a componente relativa ao FEF (Lisboa desde

2010, Cascais desde 2011 e Oeiras desde 2012). Acresce-se que, relativamente à RLVT, as NUT III que a compõem não têm todas a mesma classificação de acordo com os critérios definidos pelo EUROSTAT relativamente ao desenvolvimento económico e social das regiões (AML é considerada como região mais desenvolvida, enquanto que as restantes se encontram classificadas como regiões menos desenvolvidas), o que tem impacto no acesso aos fundos estruturais e consequentemente nas transferências dos fundos comunitários.

Ao nível da despesa, observa-se que 31,8% (em 2010) e 34,4% (em 2019) do total de despesas municipais nacionais foram pagas pelos municípios da RLVT.

Gráfico 38 – Despesas municipais - A RLVT no País – 2010 e 2019

Unidade: M€



Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 e 2019 dos municípios da RLVT.

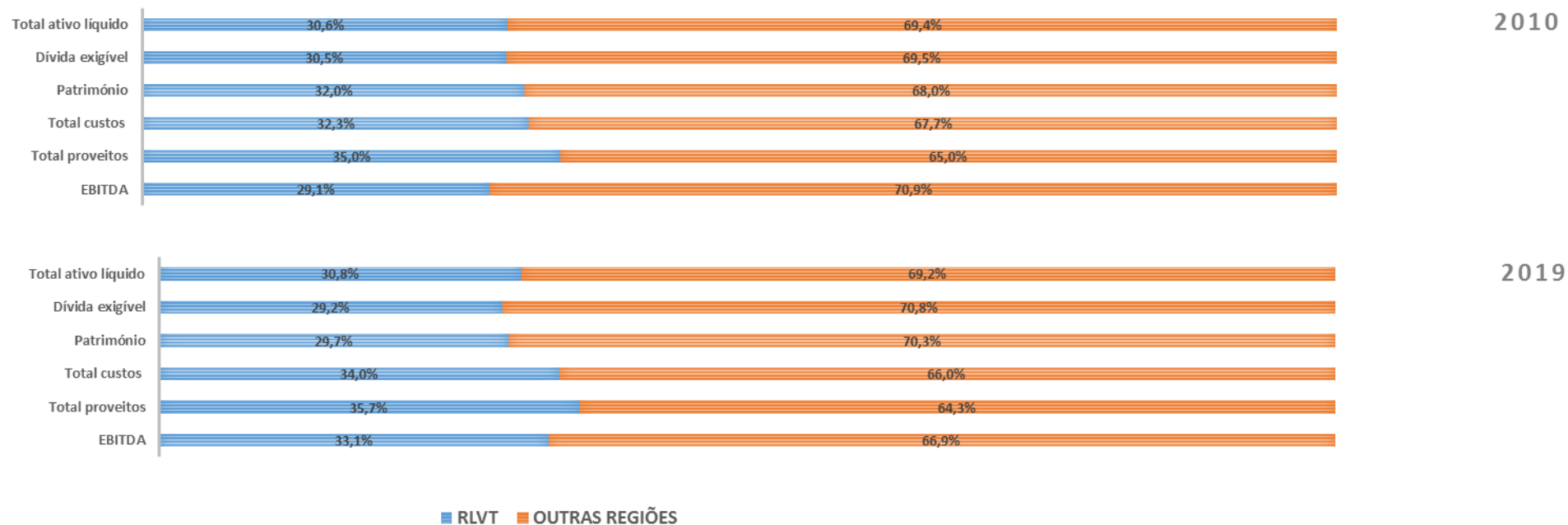
Em 2010, 35,9% do total das despesas pagas com o pessoal ao nível nacional foram gastas pelo universo dos 52 municípios da RLVT, descendo esse rácio ligeiramente, para 35,8%, em 2019. Estas despesas representam sempre a maior fatia de gastos (35% em 2010 e 32% em 2019).

As despesas com o investimento total municipal direto e indireto registaram um aumento de 2010 para 2019 na RLVT, tendência contrária verificada no resto do país.

Na RLVT, em 2010, verifica-se que este agregado representava 24%, subindo para 34,5% do total investido no País em 2019.

Considerando o início e o fim do período em análise, na RLVT observa-se uma diminuição do serviço da dívida de 30,5%, para uma participação no todo do serviço de dívida nacional de 27,3%. Também neste agregado o comportamento nacional é inverso ao da RLVT.

Gráfico 39 – Alguns agregados de natureza financeira e patrimonial - A RLVT no País – 2010 e 2019



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 e 2019 dos municípios da RLVT.

Olhando agora para alguns indicadores de natureza financeira e patrimonial, infere-se que a RLVT representa uma fatia relevante no bolo nacional de cada agregado que vai dos 29,1% (EBITDA) aos 35,0% (Proveitos) em 2010, e dos 29,2% (dívida exigível) aos 35,7% (proveitos) em 2019.

Em 2019 o total do ativo líquido na Região representava 30,8% do total nacional, e 29,7% do valor do património do País pertencia aos municípios da RLVT.

Ao nível da EBITDA, verifica-se que a RLVT tem um peso de 33,1% no todo nacional, o que significa que os municípios desta região, no seu conjunto, conseguem gerar recursos que possibilitam suportar os seus custos e o pagamento do serviço da dívida.

Atente-se porém à grande heterogeneidade destes indicadores ao nível municipal.

CONCEITOS

Acréscimos de custos – Custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es).

Acréscimos de proveitos – Proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Amortizações do exercício – Respeita à depreciação das imobilizações corpóreas (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício. As amortizações do exercício serão calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Aquisição de bens de capital – Agrega as despesas aplicadas em investimento, locação financeira e bens do domínio público.

Aquisição de bens e serviços – Engloba as despesas em bens de consumo, duráveis ou não, e aquisição de serviços.

Ativos financeiros (despesa) – Incluem as operações financeiras com a aquisição de títulos de crédito e com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, junto dos serviços municipalizados. Englobam as aplicações financeiras de tesouraria, mas também as aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Ativos financeiros (receita) – Representam os benefícios anuais ou os benefícios futuros para os respetivos detentores, concretizando-se através de meios de pagamento. Pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. Incluem a venda e amortização de títulos de crédito, nomeadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, bem como as resultantes do reembolso a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados, ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei.

Ativo – Conjunto de bens e direitos que o município dispõe destinados ao seu funcionamento.

Ativo bruto - É constituído pelo ativo imobilizado bruto que inclui todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal dos municípios, e que

não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações das autarquias (os bens e recursos naturais, as imobilizações incorpóreas, as imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros) e as disponibilidades financeiras dos municípios, bem como os bens e direitos passíveis de serem convertidos em meios monetários no curto prazo (as existências, as dívidas de terceiros, os títulos negociáveis, os depósitos em instituições financeiras e caixa e os acréscimos e diferimentos).

Ativo líquido – o valor do ativo após terem sido feitas as correções patrimoniais, ou seja, depois de deduzido ao ativo o valor das provisões e o valor das amortizações referentes às diversas rubricas do ativo.

Bens do domínio público – Abrange os bens do município que estão afetos ao uso público ou os que qualquer norma jurídica classifique como coisa pública, em contraposição aos bens que estão no comércio jurídico-privado.

Classificação económica – Quadro normativo que se destina ao acompanhamento, numa perspetiva económica, da execução orçamental das receitas e despesas públicas (na ótica da contabilidade pública). O classificador económico das receitas e despesas públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Custos com o pessoal – São os gastos com membros dos órgãos autárquicos, remunerações do pessoal, encargos para a Segurança Social a cargo do município, suplementos de remunerações, como trabalho extraordinário, trabalho em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, ajudas de custo, vestuário e artigos pessoais, alimentação e alojamento, subsídio familiar a crianças e jovens, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais ou seguros de saúde.

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas – Regista a contrapartida das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou integração no processo produtivo, como por exemplo as compras de mercadorias, água, eletricidade, combustíveis, óleos, lubrificantes, ferramentas e utensílios, etc.

Custos diferidos – Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, como por exemplo prémios de seguros.

Custos operacionais – Englobam custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações do exercício, transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, e outros.

Depósitos e caixa – Em **Caixa** inclui os meios de pagamento, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques e vales postais, nacionais ou estrangeiros; como **Depósitos** engloba meios de pagamento existentes em contas à ordem ou a prazo em instituições financeiras.

Despesa corrente – Reflete os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas.

Despesa de capital – Compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento.

Despesa total – A despesa total consiste na utilização de recursos pelos municípios tendo por fim a aquisição de bens ou serviços para a satisfação das necessidades públicas. Corresponde à soma das despesas correntes e das despesas de capital.

Dívida total municipal – A dívida total de operações orçamentais dos municípios inclui os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, assumidas pelos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos.

EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) – Lucro operacional, representa quanto uma entidade gera de recursos através das respetivas atividades operacionais; proveitos e ganhos operacionais menos custos operacionais, excluindo-se destes as amortizações do período.

Execução orçamental – A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento das despesas previstas.

Existências – Engloba, consoante a organização existente na entidade, as compras e os inventários inicial e final (inventário intermitente ou periódico) e o inventário permanente.

Fornecimentos e serviços externos – Esta rubrica compreende os subcontratos, que são trabalhos necessários ao processo produtivo próprio, relativamente aos quais se obteve a cooperação de outras entidades, submetidos a compromissos formalizados

ou simples acordos (serviços de saneamento básico, recolha, tratamento e deposição de resíduos, água - abastecimento público, limpeza urbana, sinalização e trânsito, iluminação pública, transportes escolares, cantinas escolares, serviços culturais, recreativos e espetáculos), excluindo-se os gastos com pessoal em regime de prestação de serviços (profissionais liberais) e que efetua trabalhos de carácter regular. Inclui também fornecimentos e serviços, eletricidade, combustíveis, gásóleo, gasolina, água, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, livros e documentação técnica, material de escritório, artigos para oferta, rendas e alugueres, etc.

Fundo de Equilíbrio Financeiro – Corresponde a uma subvenção geral consagrada na lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, consagrada no n.º 1 do artigo 25.º conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social.

Fundos próprios - refletem o valor líquido do património dos municípios, correspondendo à diferença entre o ativo e o passivo.

Imobilizado corpóreo – Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis (com exceção dos bens de domínio público), que a entidade utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano. Inclui igualmente as benfeitorias e as grandes reparações que acrescem ao custo daqueles imobilizados.

Imobilizado incorpóreo – Integra as imobilizações intangíveis, englobando, nomeadamente, direitos e despesas de constituição, arranque e expansão da entidade.

Índice de independência financeira – O rácio de independência financeira relaciona as receitas próprias com as receitas totais, considerando-se haver independência financeira quando este rácio for superior a pelo menos 50%.

Investimento – Em termos financeiros, orçamentais e contabilísticos, consideram-se como despesas de investimento aquelas que as autarquias destinem à aquisição ou reparação de bens duradouros por si detidos ou por si utilizados na sua atividade.

Investimentos financeiros – Abrange as aplicações financeiras de carácter permanente.

Juros - Montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de um determinado período pela utilização de um determinado montante de capital; incluem também outras despesas correntes inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento bem como às despesas inerentes aos serviços bancários e outras despesas/encargos financeiros que não sejam juros.

Outros proveitos e ganhos operacionais – Nesta classificação encontram-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

Passivos financeiros (lado da despesa) – Pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos ou subsídios reembolsáveis e garantias.

Passivos financeiros (lado da receita) – Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto prazo e a médio e longo prazo. Os empréstimos de curto prazo destinam-se a cobrir exclusivamente dificuldades de tesouraria.

Património – Consiste nos fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe sejam consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas. No início da aplicação do POCAL, resultou da diferença entre os montantes ativos e os passivos e das importâncias reconhecidas das restantes contas da classe 5.

Poupança corrente – Rácio que caracteriza o excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potencializador de uma maior capacidade em investir.

Proveitos diferidos³¹ – Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, atendendo ao princípio do acréscimo.

Proveitos operacionais – Incluem os impostos e taxas, transferências e subsídios obtidos; vendas e prestações de serviços; e outros proveitos operacionais

Proveitos suplementares – Abrange os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

Provisões – Engloba as situações a que estejam associados riscos relativos a cobranças duvidosas, depreciação de existências e investimentos financeiros. São exemplos as provisões para cobranças duvidosas, as provisões para depreciação de existências, as provisões para investimentos financeiros, as provisões para aplicações de tesouraria de curto prazo ou as provisões para riscos e encargos.

Provisões do exercício – As provisões são passivos cuja quantia ou tempestividade são incertas. As provisões do exercício refletem, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos entre dois períodos contabilísticos consecutivos, que tiver características de custo operacional. Destacam-se as provisões para cobranças duvidosas, para processos judiciais em curso e para depreciação de existências.

Provisões para riscos e encargos – Responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável e que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência dos encargos a pagar.

Receita corrente – Receita efetiva de caráter corrente, excluindo as reposições não abatidas aos pagamentos.

Receita de capital – Corresponde à receita adveniente da venda de bens imóveis e a receção de transferências atribuídas por outras entidades destinadas a financiar despesa de capital. Inclui a receita dos ativos e passivos financeiros.

Receita cobrada líquida – corresponde à receita efetivamente cobrada após ela entrar na tesouraria do município, excluindo reembolsos e restituições.

Receita fiscal municipal – Receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura, bem como as taxas.

Receita própria – A receita própria dos municípios engloba os recursos financeiros que os mesmos podem arrecadar, decorrendo das receitas cobradas localmente. Ao total

³¹ NO ÂMBITO DO NOVO SISTEMA CONTABILÍSTICO APLICÁVEL ÀS AUTARQUIAS LOCAIS AO ABRIGO DO SNC-AP APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 192/2015, DE 11 DE SETEMBRO, OS SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS DEIXAM DE ESTAR REGISTRADOS COMO PASSIVO, PASSANDO A CONSTAR DA CLASSE 5.

de receitas cobradas são assim deduzidas as transferências, correntes e de capital, bem como os empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Receita total – Receita cobrada pelos municípios, correspondendo à soma das receitas correntes, receitas de capital e outras receitas englobando estas últimas o saldo de gerência do ano anterior e as reposições não abatidas aos pagamentos. São todos os fundos passíveis de serem utilizados para financiar a despesa.

Rendimentos de propriedade – Receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, como depósitos bancários, títulos e empréstimos cedidos, e rendas de ativos não produtivos, como terrenos e ativos incorpóreos.

Reposições abatidas nos pagamentos – Correspondem a uma dedução à despesa de pagamentos orçamentais indevidos, quando ocorridos no próprio ano.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam.

Reservas – Abrange as reservas estatutárias, as reservas contratuais, as reservas livres, os subsídios, as doações e as reservas decorrentes da transferência de ativos.

Reservas de reavaliação – Reflete as contrapartidas às valorizações emergentes da atualização do cadastro matricial e aos ajustamentos monetários.

Resultados líquidos do exercício (RLE) - Resulta da diferença entre o total dos proveitos e o total dos custos.

Resultados operacionais - Os resultados operacionais evidenciam a capacidade dos municípios para gerar excedentes, correspondendo à diferença entre os proveitos operacionais e os custos operacionais.

Resultados transitados – Esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior. Esta conta regista também regularizações não frequentes e de grande significado que afetem, positiva ou negativamente, o património e não o resultado do exercício.

Serviço da dívida – Despesas pagas em juros e outros encargos e em passivos financeiros.

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis, dos municípios para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Taxas, multas e outras penalidades – Agregado composto pelas taxas pagas pelos particulares, por contrapartida à emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e ainda pelas multas e outras penalidades, decorrentes da transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

Títulos negociáveis – Inclui os títulos adquiridos com o objetivo de aplicação de tesouraria de curto prazo, ou seja, por um período inferior a um ano.

Total da dívida exigível – Constituída pelas dívidas a pagar a curto prazo e a médio e longo prazo (dívida a terceiros).

Transferências correntes (despesa) – Importâncias a entregar a entidades para financiar despesas correntes, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

Transferências correntes (receita) – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

Transferências de capital (despesa) – Importâncias a entregar a entidades, para financiar despesas de capital, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

Transferências de capital (receita) – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais – Engloba as transferências correntes concedidas às unidades institucionais (Orçamento do Estado, serviços e fundos autónomos, administração autárquica, administração regional, segurança social), bem como as transferências correntes concedidas sem contrapartida a unidades produtivas, como empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Transferências e subsídios obtidos – Inclui as transferências a que os municípios têm direito, designadamente nos termos do RFALEI e de acordo com a Lei do Orçamento do

Estado respeitante a cada ano económico. As transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa são registadas na conta 2745 "Subsídios para investimentos". Nesta classificação estão ainda englobados os subsídios, que consistem em transferências correntes obtidas sem contrapartida destinadas a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Venda de bens de investimento – Rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Venda de bens e serviços correntes – Produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento.

Vendas e prestações de serviços – Abrange os proveitos das vendas (designadamente mercadorias, eletricidade, água, sucata, habitação social) e da prestação de serviços, como sejam de saneamento, resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias, entre outros.

Trabalhos para a própria entidade – Regista os trabalhos que a entidade realiza para si mesma, sob sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios.

PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS

Portal autárquico - <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/financas-locais/>

Documentos de prestação de contas dos municípios (anos 2010 a 2019).

Baleiras, Rui Nuno, Dias, Rui, Almeida, Miguel (2018) – *Finanças Locais, Princípios Económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987* – Conselho de Finanças Públicas

Estudos Finanças Locais publicados pela CCDRLVT - <http://www.ccdrlvt.pt/pt/administracao-autarquica/1195.htm>.

Relatórios do Conselho de Finanças Públicas relativos à execução orçamental da Administração Local in site www.cfp.pt

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DE RECEITAS	6	GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL MUNICIPAL – 2010 A 2019	7
TABELA 2 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS DESPESAS	6	GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	9
TABELA 3 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	9	GRÁFICO 3 – VARIAÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010/2019	11
TABELA 4 – RLVT, EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	10	GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR AGREGADOS PRINCIPAIS – 2010 A 2019	11
TABELA 5 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2019	12	GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2019	12
TABELA 6 – RLVT, EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2019	12	GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	13
TABELA 7 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	14	GRÁFICO 7 – VARIAÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010/2019	15
TABELA 8 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	14	GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR AGREGADOS PRINCIPAIS – 2010 A 2019	15
TABELA 9 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2019	16	GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2019	16
TABELA 10 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2019	16	GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL MUNICIPAL – 2010 A 2019	17
TABELA 11 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	19	GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	18
TABELA 12 – RLVT, EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	19	GRÁFICO 12 – VARIAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010/2019	20
TABELA 13 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2019	21	GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2019	22
TABELA 14 – RLVT, EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2019	21	GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	23
TABELA 15 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	24	GRÁFICO 15 – VARIAÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010/2019	24
TABELA 16 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2019	24	GRÁFICO 16 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2019	26
TABELA 17 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2019	25	GRÁFICO 17 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL MUNICIPAL – 2010/2019	27
TABELA 18 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2019	25	GRÁFICO 18 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA TOTAL MUNICIPAL – 2010/2019	28
TABELA 19 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO ATIVO NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	32	GRÁFICO 19 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA – 2010 A 2019	29
TABELA 20 – RLVT, EVOLUÇÃO DO ATIVO NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	33	GRÁFICO 20 – EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE – 2010 A 2019	30
TABELA 21 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NO ATIVO BRUTO – 2010 A 2019	35	GRÁFICO 21 – EVOLUÇÃO DO ATIVO DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	33
TABELA 22 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NO ATIVO BRUTO – 2010 A 2019	35	GRÁFICO 22 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO ATIVO BRUTO – 2010 A 2019	34
TABELA 23 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	37	GRÁFICO 23 – ESTRUTURA DO ATIVO BRUTO – 2010 / 2019	36
TABELA 24 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	38	GRÁFICO 24 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS – 2014 A 2019	37
TABELA 25 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO – 2010 A 2019	39	GRÁFICO 25 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	38
TABELA 26 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO – 2010 A 2019	39	GRÁFICO 26 – ESTRUTURA DO PASSIVO – 2010 / 2019	40
TABELA 27 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	41	GRÁFICO 27 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2010 A 2019	41
TABELA 28 – RLVT, EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	42	GRÁFICO 28 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	42
TABELA 29 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2010 A 2019	43	GRÁFICO 29 – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2010 / 2019	44
TABELA 30 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2010 A 2019	43	GRÁFICO 30 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	45
TABELA 31 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DOS CUSTOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	46	GRÁFICO 31 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	47
TABELA 32 – RLVT, EVOLUÇÃO DOS CUSTOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	46	GRÁFICO 32 – ESTRUTURA DOS CUSTOS – 2010 / 2019	49
TABELA 33 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS CUSTOS – 2010 A 2019	48	GRÁFICO 33 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS PROVEITOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	50
TABELA 34 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS CUSTOS – 2010 A 2019	48	GRÁFICO 34 – EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	52
TABELA 35 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	51	GRÁFICO 35 – ESTRUTURA DOS PROVEITOS – 2010 / 2019	54
TABELA 36 – RLVT, EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	51	GRÁFICO 36 – EVOLUÇÃO DO EBITDA – 2010 A 2019	55
TABELA 37 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS PROVEITOS – 2010 A 2019	53	GRÁFICO 37 – RECEITAS MUNICIPAIS - A RLVT NO PAÍS – 2010 E 2019	57
TABELA 38 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS PROVEITOS – 2010 A 2019	53	GRÁFICO 38 – DESPESAS MUNICIPAIS - A RLVT NO PAÍS – 2010 E 2019	58
TABELA 39 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	56	GRÁFICO 39 – ALGUNS AGREGADOS DE NATUREZA FINANCEIRA E PATRIMONIAL - A RLVT NO PAÍS – 2010 E 2019	59
TABELA 40 – RLVT, EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2019	56		

